



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - NUPEDIA

AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO PRECOCE EM ADULTOS

DENISE PEREIRA DOS SANTOS

JOÃO PESSOA

2011

DENISE PEREIRA DOS SANTOS

AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO PRECOCE EM ADULTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Pereira Alberto.

JOÃO PESSOA

2011

S237i Santos, Denise Pereira dos.
As implicações psicossociais do trabalho precoce em adultos / Denise Pereira dos Santos - - João Pessoa: [s.n.], 2011.
193f. : il.
Orientadora : Maria de Fátima Pereira Alberto.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Trabalho infantil. 3.Trabalho precoce - Adultos. 4. Trabalho precoce - Implicações psicossociais.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

**AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO PRECOCE EM
ADULTOS**

Denise Pereira dos Santos

Banca Avaliadora:



Prof.^a. Dr.^a. Maria de Fátima Pereira Alberto



Prof.^a. Dr.^a. Renata Maria Coimbra Libório



Prof.^o. Dr. Dr. Paulo César Zambroni de Souza

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2011

DEDICATÓRIA

A Deus, fonte de toda força, que me permite vencer os obstáculos e perseverar.

Aos meus pais, cujo amor, sacrifício pessoal e apoio me fizeram chegar até aqui.

Aos adultos participantes desta dissertação, que generosamente se dispuseram a contar um pouco de suas histórias e suas vidas. Que o conhecimento construído a partir de suas falas possa servir de base para práticas que produzam realidades mais justas.

In memoriam

de Anália Maria dos Santos, que mesmo sem saber, me ensinou

muito com suas histórias e sua vida.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, luz do caminho.

A **Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Pereira Alberto**, que com toda a paciência e dedicação, me guiou nos caminhos da busca do conhecimento, mas também me fez perceber que a Psicologia pode e deve ser um instrumento em busca da construção de uma sociedade mais justa. Serei eternamente grata.

A **meus pais, Cícero e Lourdes**, que sempre me apoiaram em tudo, mesmo sem compreender bem as exigências que a vida acadêmica me impunha.

Às **irmãs Débora e Daniela**, que em meio a tantas ausências minhas, nunca desistiram de brigar pela minha presença, e sempre foram ombro amigo e palavras de conforto nas horas de alegria e de angústia.

A **meus sobrinhos Erick e Lucas**, que alegraram meus dias com suas peripécias de crianças.

Às **companheiras do CRAS, Débora e Cris**. Compartilho com vocês esse trabalho, a amizade, e as suas lutas.

A **todos os amigos e amigas da Escola Agostinho F. Neto**, lugar onde encontrei pessoas que sempre torceram por mim e me compreenderam.

À **Sandra, Gracyelle, Gleicy, Jucielly, Kamila e Alecsandra**, amigas de sempre. A **Julice e Jerfferson**, pela amizade e pela prontidão de sempre em me ouvir e ajudar.

A **SEDES e ao CRAS** pela permissão para realização da pesquisa.

À **Achilles Delari Jr.**, que com sua generosidade e prontidão fizeram este trabalho ser possível, seja com materiais, com seus conhecimentos ou suas palavras de incentivo.

Aos **colegas da pós-graduação do NUPEDIA: Gabriel, Gabriela, Gláucia, Joana, Thaís, Wilson, Fernanda, Mayara e Nayana**, que compartilharam comigo todos os momentos de

alegria e fizeram desta jornada não só um momento de conhecimento, mas também de amizade.

À Cris, Rafaela e Rodolfo, por terem se disposto a acompanhar-me nas visitas e entrevistas e compartilharem comigo a escuta de tantas histórias. Esse aprendizado também é de vocês.

A todos os amigos e amigas, de ontem e hoje, do NUPEDIA. Cresci muito com todos vocês.

Ao Prof. Dr. Paulo Zambroni, pelas contribuições para o presente trabalho através de sua leitura cuidadosa.

A todos os colegas da turma de mestrado e aos professores da Pós-graduação em Psicologia Social.

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é analisar as implicações psicossociais do trabalho precoce em adultos. Para tal, adotou-se como referencial teórico a Psicologia Histórico-cultural de Vigotski, para compreender a consciência e a vivência; optou-se por autores clássicos como Marx (1987), Engels (1985) e Thompson (1987) e contemporâneos como Antunes (2000) e Valla (2005) para definir a categoria condições objetivas de vida. Para definir trabalho precoce, foram escolhidos os conceitos de Costa (1990) e Alberto (2002). Em termos de método, foi utilizada como instrumento a entrevista aberta guiada por um roteiro inspirado na técnica da história de vida, que contemplou quatro blocos: condições objetivas de vida na infância, trabalho precoce, condições de vida adulta e implicações do trabalho precoce para a vida adulta. Entrevistaram-se sete participantes, com idades entre 31 a 55 anos, e utilizou-se, para delimitação da amostra, o critério de saturação de Minayo (2008). A técnica de análise adotada foi a análise das práticas discursivas de Spink (2004), na qual buscou-se identificar os repertórios de sentido dos participantes acerca de uma temática, através de mapas e árvores de associação de idéias. Os dados mostraram que os participantes, durante a infância, tinham um histórico de migrações, necessidades financeiras, criação por apenas um dos genitores e violência doméstica em alguns casos. Os participantes identificaram que a entrada no trabalho dava-se por volta dos sete anos de idade, sobretudo, no trabalho doméstico, na agricultura, nas feiras livres e nas ruas, trabalhando para a família ou para terceiros. As atividades de trabalho eram marcadas pelas longas jornadas e pela baixa remuneração ou até mesmo a ausência desta. O sentido do discurso dos participantes revela implicações do trabalho precoce, tanto positivas quanto negativas. Dentre as positivas, reproduzem o discurso da sociedade acerca do trabalho precoce como formador e que confere responsabilidade. Ao mesmo tempo, o trabalho aparece como sendo negativo por: atrapalhar a escolarização; trazer, para alguns

participantes, implicações para a saúde e para a obtenção de emprego na vida atual; promover a perda da infância; e trazer implicações para a relação com os filhos. A vida atual é marcada pelo emprego informal ou desemprego, tendo o benefício do Programa Bolsa Família papel relevante na manutenção familiar. Conclui-se que, para estes participantes, os sentidos que o trabalho precoce assume são contraditórios, visto como trazendo implicações positivas e negativas ao mesmo tempo, além de revelar que há uma consciência fragmentada acerca de sua história e da relação entre seu passado e presente. Compreende-se que o trabalho precoce traz marcas para a subjetividade, no momento em que lhes nega o acesso à escolarização e aos conhecimentos disponíveis em sua cultura, tira-lhes ou reduz a vivência de atividades essenciais para o desenvolvimento, como a brincadeira, e traz implicações para a construção da identidade, devido à responsabilidade precoce assumida.

Palavras-chave: trabalho infantil, trabalho precoce, implicações psicossociais.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyse psychosocial implications of the precocious work for adults. For this, it was adopted as theoretical referential Vigotski's Historic-cultural Psychology to comprehend the consciousness and experience; it was opted for classical authors like Marx (1987), Engels (1985) e Thompson (1987) and contemporaneous like Antunes (2000) e Valla (2005) to define the category objective conditions of life. To define precocious work, it was chosen the conceptions of Costa (1990) and Alberto (2002). In terms of method, it was used as instrument the open interview leaded by a guide inspired in the technical of life's history, that contemplated four blocks, objective conditions of life in the childhood, precocious work, conditions of adult life and implications of the precocious work to the adult life. It was interviewed seven participants, from 31 to 55 years old, and it was used to delimitate the sample, the saturation criterion of Minayo (2008). The technical of analysis adopted was the analysis of discursive practices of Spink (2004), in which it was sought to identify the repertoires of meaning of the participants about a thematic, by using maps and trees of association of ideas. Data showed that participants, during childhood, had migration history, financial needs, creation by only one of the parents and domestic violence in some cases. Participants identified that entry into work happened around seven years old, mostly, into domestic work, agriculture, open air markets and into the streets, to work to family or to others. The work activities were marked by many hours of work and by low payment or even absence of payment. The meaning of the discourse of the participants reveals implications, both positive and negative. Among positive ones, they reproduce the society's discourse about precocious work as training and responsibility. Among positive ones, they reproduce the society's discourse about precocious work as training and gives responsibility. At the same time, precocious work appears as being negative by: disrupting schooling;

bringing, to some participants, implications for health and for obtaining employment in the current life; promoting the loss of childhood; and bringing implications to relationship with sons. Current life is marked by informal employment or unemployment, and the benefit of the Programa Bolsa Família (Governmental Program to help low-income families) has an important function in maintaining family. It is concluded that, to these participants, the meanings that precocious work assumes are contradictories; it is seen as bringing positive and negative implications at the same time, besides showing that there is a fragmented consciousness about their histories and about relation between their past and present. It is comprehended that precocious work brings marks to subjectivity of these subjects at the moment it denies to them the access to schooling and to knowledge available in their culture, takes away from them or reduces the experience of essential activities to development, like playing, and brings implications to the construction of identity, due to precocious responsibility assumed.

Keyword: Child labor, precocious work, psychosocial implications.

LISTA DE SIGLAS

CAGEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

**CEASA - CENTRO PARAIBANO DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS
AGRÍCOLAS**

COSIPA - COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA

CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**CREPOP - CENTRO DE REFERENCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

MOBRAL - MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

**SEDES - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	21
TRABALHO PRECOCE: DOS ASPECTOS HISTÓRICOS ÀS IMPLICAÇÕES.....	21
1.1. Aspectos históricos do trabalho precoce	21
1.2. Trabalho precoce na atualidade	26
1.3. Implicações do trabalho precoce	30
CAPÍTULO II.....	38
TRABALHO PRECOCE, CONDIÇÕES DE VIDA E CONSCIÊNCIA.....	38
2.1. Categorias Teóricas	38
2.1.1. Trabalho precoce.....	40
2.1.2. Condições objetivas de vida.....	45
2.1.3. Consciência	50
2.1.3.1. Consciência e subjetividade	56
2.1.3.2. Consciência e sentido.....	57
2.1.4. Vivência	58
CAPÍTULO III	62
MÉTODO: PERCURSOS E DISCURSOS.....	62
3.1. Opções metodológicas	62
3.2. Participantes e Contexto	63
3.3. Amostra.....	64
3.4. Técnicas e instrumentos	65

3.5. Procedimentos	69
3.6. Análise dos dados	70
CAPÍTULO IV.....	76
AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO PRECOCE EM ADULTOS	76
4.1. Helena	76
4.1.1. Contextualização	76
4.1.2. Mapas de associação.....	76
4.1.3. Árvores de Associação	85
4.1.4. Análises.....	86
4.2. Laura.....	89
4.2.1. Contextualização	89
4.2.2. Mapas de associação.....	89
4.2.3. Árvores de associação	99
4.2.4. Análises.....	101
4.3. Clara.....	104
4.3.1. Contextualização	104
4.3.2. Mapas de associação.....	104
4.3.3. Árvores de associação	111
4.3.4. Análises.....	112
4.4. Glória	114
4.4.1. Contextualização	114
4.4.2. Mapas de associação.....	115
4.4.3. Árvores de associação	121
4.4.4. Análises.....	121
4.5. Vera	123

4.5.1. Contextualização	123
4.5.2. Mapas de associação.....	124
4.5.3. Árvores de associação	134
4.5.4. Análises.....	135
4.6. Marcos.....	138
4.6.1. Contextualização	138
4.6.2. Mapas de associação.....	139
4.6.3. Árvores de associação	145
4.6.4. Análises.....	147
4.7. Benedita	151
4.7.1. Contextualização	151
4.7.2. Mapas de Associação.....	151
4.7.3. Árvores de Associação	159
4.7.4 Análises.....	161
ANEXOS	185
Anexo A - Roteiro de entrevista.....	186
Anexo B – Certidão de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa.....	188
Anexo C – Termo de consentimento livre e esclarecido	189
Anexo D – Exemplo de mapa de associação de ideias	191
Anexo E- Exemplo de organização dos blocos, categorias empíricas e repertórios interpretativos	192
Anexo F – Exemplo de árvore de associação de ideias	193

INTRODUÇÃO

Atualmente o tema do trabalho precoce, ou trabalho infantil, tem sido alvo de muitas discussões, sendo pauta no meio jurídico, nas políticas públicas da Assistência Social e Saúde e nos meios de comunicação, além de luta relativamente antiga dos movimentos sociais organizados. O número, no Brasil, de 4.250.401 crianças e adolescentes trabalhadores entre 5 e 17 anos de idade no ano de 2009 (Ministério Público da União [MPU], 2009) mostra a amplitude da problemática e tem estimulado a pesquisa e investigação em torno do assunto.

Trabalho precoce é definido, para fins desta dissertação, como o exercício da atividade socialmente útil e/ou esquemas de profissionalização divergentes (Costa, 1990).

A problemática do trabalho precoce tem sido reportada como sendo ligada historicamente a setores excluídos da sociedade, além do próprio fato de se referir a crianças e adolescentes - que são mais vulneráveis pela sua própria condição de desenvolvimento em curso e pela preponderância do poder dos adultos sobre elas – inclui, sobretudo, os afrodescendentes, os pobres (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2001), assumindo uma dimensão de classe, já que crianças e adolescentes trabalhadores são oriundos, em sua maioria, de classes populares (Martins, 1993) e são inseridos em atividades de trabalho como forma de disciplinamento e de evitar a marginalidade (Passetti, 2002; Rizzini, 2004).

Associada à dimensão do disciplinamento, não podemos esquecer a existência de fatores econômicos que impelem as crianças e os adolescentes ao trabalho, são eles: a exclusão e o desemprego estrutural provocados pelas atuais configurações do trabalho que jogam milhões de trabalhadores para as camadas mais pobres, precarizando as condições de trabalho e vida, e aumentando a existência do trabalho informal (Valla, 2005), o que contribui para que famílias utilizem-se da mão de obra de crianças e adolescentes para prover sua manutenção (Kassouf, 2004a). Este fator, aliado a outros, como a falta de equipamentos

institucionais (Rizzini & Holanda, 1996), violência familiar (W. Moura, 1996), rede de relações que demanda o trabalho e crianças (Alberto, Nunes, Cavalcante & Santos, 2005), dentre outros, contribuem para a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho.

Como implicações psicossociais da execução precoce do trabalho, têm sido identificados prejuízos para a escolaridade, em termos de repetência e evasão escolar (Kassouf, 2004c; Schwartzman, 2004), dificuldades em leitura e escrita, pelo cansaço decorrente das atividades e pela concretude das tarefas (Estela, 2004; Souza, 2006). Além disso, a literatura reporta riscos em relação à saúde, afetivo-emocionais, como perda da infância, envelhecimento precoce (Alberto, Silva, Santana, Vasconcelos & Cirino, 2006), desenvolvimento de habilidades e perspectivas de futuro (M. A. Moura, 1996; Sampaio & Ruiz, 1996).

O interesse pela temática surgiu ainda na graduação quando foram realizadas pesquisas sobre as configurações da atividade do trabalho precoce de crianças e adolescentes nas atividades do trabalho no cultivo agrícola do abacaxi, na atividade informal urbana e no trabalho doméstico (Alberto et al., 2005; Alberto, Silva et al., 2006; Alberto, Wanderley, Souza & Gomes, 2006). Com referência a este último, surgiu a possibilidade de realizar uma pesquisa específica, através da qual se pode perceber o quanto a execução do trabalho infantil doméstico tem sido prejudicial à construção psicológica e social dessas meninas e meninos, no sentido do embotamento afetivo, de dificuldades cognitivas, de formação da identidade, de formação para o futuro e da escolaridade, entre outros (Santos, 2006).

A partir da atuação no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, já enquanto profissional de Psicologia, tornou-se ainda mais evidente os efeitos das atividades de trabalho na saúde, na escolarização e no protagonismo das crianças e adolescentes, mas também nos adultos que foram trabalhadores na infância. Estas percepções surgem principalmente a partir do acompanhamento das crianças e adolescentes inseridas no

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, bem como de seus responsáveis. Nesse espaço de atuação, evidenciaram-se algumas características daqueles adultos que foram trabalhadores precoces, uma vez que a maioria dos familiares das crianças do PETI também o foi. Constituíam-se em adultos com extrema dificuldade de expressar aquilo que sentiam e pensavam e de exercer sua cidadania e protagonismo, e ainda ressentiam-se muito do trabalho exercido em tenra idade.

Surge, então, a necessidade de se compreender melhor sua a dinâmica, após vários anos de exploração no trabalho, no que diz respeito ao tipo de vivências que são construídas a partir dos elementos aos quais foram submetidos na realidade de trabalho, e quais as condições de vida e trabalho que surgem a partir da vivência do trabalho em tenra idade.

Considerando estas questões, a presente dissertação pretendeu como objetivo geral, analisar as implicações psicossociais do trabalho precoce em adultos. Os objetivos específicos foram: identificar o perfil bio-sócio-demográfico do adulto que foi trabalhador precoce; caracterizar as condições objetivas de vida durante a infância e adolescência; analisar as vivências no trabalho precoce; caracterizar as condições de vida e analisar as vivências atuais do adulto que foi trabalhador precoce; caracterizar a condição de vida atual e sua relação com o fato de ter trabalhado precocemente; e, por fim, caracterizar a relação entre as vivências hoje e o fato de ter trabalhado precocemente. Para isso, a dissertação foi dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, faz-se uma retomada histórica da questão do trabalho precoce, abordando sua execução desde a colonização portuguesa, apontando características atuais da problemática, e trazendo o estado da arte acerca das implicações do trabalho precoce para adultos.

No segundo capítulo, são abordados alguns aportes teóricos e categorias centrais para este trabalho, partindo da conceituação e discussão sobre o trabalho precoce, apresentando as

condições objetivas de vida, desde os primórdios da industrialização até as configurações atuais do capitalismo, e trazendo os pressupostos da Psicologia Histórico-cultural de Vigotski, que considera que o ser humano constitui-se pelas e nas relações e condições sociais, mediadas pela linguagem e inseridas na realidade concreta.

O terceiro capítulo trata dos aspectos metodológicos desta dissertação, apontando os pressupostos, os instrumentos e os procedimentos para a realização das entrevistas, além das etapas da análise adotadas. O quarto capítulo traz a análise e a discussão dos dados obtidos nas entrevistas à luz do referencial teórico adotado.

CAPÍTULO I

TRABALHO PRECOCE: DOS ASPECTOS HISTÓRICOS ÀS IMPLICAÇÕES

Este capítulo tem como objetivo apresentar o estado da arte dos estudos sobre trabalho precoce, abordando desde aspectos históricos da questão, sobretudo no Brasil, até questões atuais. Trata também das implicações da execução do trabalho precoce identificadas por diversos autores, tanto para crianças quanto para adultos.

1.1. Aspectos históricos do trabalho precoce

O trabalho precoce sempre existiu nas sociedades humanas, desde a antiguidade. Segundo Nascimento (1994), durante a Antiguidade e Idade Média, a inserção de crianças e adolescentes no trabalho tinha como objetivo a formação, sendo que esta ocorria através dos ensinamentos dos pais, ou mesmo em oficinas de artesãos e artífices.

No entanto, foi com a Revolução Industrial que o trabalho infantil assume o caráter exploratório. A mecanização fez com que a produção pudesse prescindir da força em troca da flexibilidade, empregando mulheres e crianças nas fábricas. A partir daí, as crianças e adolescentes passaram a ser utilizadas em larga escala na indústria, a despeito das longas jornadas e condições de trabalho e de suas condições físicas e psíquicas (Nogueira, 1993). Thompson (1987) afirma que o trabalho infantil, apesar de já existir anteriormente, assume, nessa época, um caráter de exploração brutal com as piores características do trabalho familiar, sem as compensações que havia neste, como: a existência de pausas; as atividades eram variadas; nenhuma criança ficava horas a fio no trabalho, como ocorria no sistema fabril; entre as atividades, ainda havia espaço para as brincadeiras, o que explica a permanência dos jogos, danças e esportes no século XVIII. Nas fábricas, as crianças e os adolescentes eram submetidos ao trabalho em ambientes sujos, insalubres, e às mesmas

longas jornadas de trabalho de adultos, o que culminou em muitas doenças incuráveis, mutilações e exclusão dos meios educacionais.

No Brasil, já existia o trabalho de crianças e adolescentes, nas aldeias indígenas, antes do século XVI e da chegada dos portugueses ao país. Porém, este trabalho assumia um caráter educativo, pois, para os índios, trabalhar significava aprender junto com o outro. O trabalho fazia parte do aprendizado da organização social do grupo, incluindo atribuições de cada membro, todavia, de acordo com sua idade e capacidade. Isso significava assumir um papel frente aos demais. O aprendizado funde-se com a família e a vida comunitária, assumindo sentido amplo, ocorrendo na vida concreta, sendo meio de socialização dessas crianças e desses adolescentes (OIT, 2001).

Bem diferente era o que ocorria com as crianças e os adolescentes que vieram nas caravelas portuguesas para o Brasil. Segundo Ramos (2004), crianças e adolescentes entre 9 e 16 anos eram recrutadas, pelo governo português, para o trabalho nas caravelas, frente à falta de adultos para o trabalho. Essa presença de crianças e adolescentes ganhou grandes proporções, chegando a se igualar à quantidade de adultos inseridos nas atividades náuticas nos séculos XVII e XVIII. No trabalho, ficavam expostas aos abusos sexuais, às privações alimentares e sanitárias e ao duro trabalho.

Ainda segundo o autor, em Portugal, crianças e adolescentes eram buscados em orfanatos ou junto a famílias pobres, que recebiam em troca “soldos” pelo alistamento dos filhos, ou eram raptadas de famílias judias. Tal prática servia como forma de aliviar a pobreza das famílias, bem como de diminuir o número de membros para alimentar; ou, no caso das famílias judias, que podiam prover seus filhos, como forma de diminuir o seu número no país. Assim, a despeito dos benefícios para a navegação portuguesa, dos pequenos que sobreviviam

com certeza nenhum conseguia chegar ileso ao seu destino. O menor mal que podia(m) sofrer após viver alguns meses no mar, quando tinha(m) sorte, era o de sofrer um grande trauma e deixar(em) de ser

criança(s); ver seu universo de sonhos, esperanças e fantasias desmoronar diante da cruel realidade do cotidiano das naus do século XVI; perder(em) sua inocência para nunca mais recuperá-la (...) outras crianças, quando não pereciam durante a viagem, enfrentavam a fome, a sede, a fadiga, os abusos sexuais, as humilhações e o sentimento de impotência diante de um mundo que não sendo seu tinha de ser assimilado independentemente de sua vontade. (Ramos, 2004, p. 49).

Já no Brasil colônia, as crianças escravas, a partir dos sete anos, eram chamadas ao aprendizado do trabalho. Exerciam atividades nos engenhos de cana-de-açúcar, faziam serviços domésticos na casa grande, cuidavam do gado e realizavam plantio e colheita. Trabalhar, para as crianças escravas, significava aprender a obedecer ao seu senhor. Esse aprendizado começava muito cedo, em um longo processo, que as faziam aprender o modo de ser escrava. As diferenças entre as crianças da elite e as escravas se davam em vários aspectos, mas, sobretudo, um em especial: as crianças filhas dos senhores não trabalhavam. Suas atividades eram voltadas para os estudos, como preparação para assumirem a posição de senhores, no caso dos meninos, e as meninas aprendiam a bordar, costurar, entre outras atividades, preparando-se para serem as futuras sinhás. As diferenças entre as crianças escravas e as dos senhores refletiam as diferenças da estrutura econômica da época que, muito cedo, incutiam modos de ser e agir (OIT, 2001).

Goes e Florentino (2004), em estudo sobre as crianças negras escravas nas áreas rurais do Rio de Janeiro, afirmam que, da mesma forma que a cana-de-açúcar era batida, torcida e espremida, o deviam ser as crianças escravas, em sua criação. Por volta dos 12 anos de idade, seu adestramento, sobretudo via trabalho, concluía-se e passavam ser chamados pelos nomes do trabalho que exerciam. Assim, eram denominados, por exemplo, “Chico Roça”, “Ana Mucama”. A iniciação no trabalho dava-se ainda muito cedo, sobretudo acompanhando os pais escravos nas atividades. Para outras crianças, a inclusão no trabalho e a mudança de vida era repentina, com a perda dos poucos privilégios de crianças pequenas que ainda possuíam,

como, por exemplo, a não inclusão na lida em trabalhos mais pesados. Aos 14 anos, eram tidos como trabalhadores adultos, inclusive possuindo o mesmo preço de mercado desses.

Os mesmos autores ainda identificam que os escravos crioulos, que já nasceram escravos, gozavam de maior valorização no mercado do que os negros advindos direto da África, pelo simples motivo de já serem adestrados desde a infância, sendo mais “espertos”, aprendendo logo cedo a realizar os trabalhos na fazenda. Além disso, constatam que os crioulos eram mais “impacientes”, como resultado da vivência durante a infância junto à casa grande e à convivência com outros negros já livres. “A infância escravizada era a marca crucial do escravo crioulo” (Goes & Florentino, 2004, p. 189).

Já no século XX, após a abolição da escravatura e o início da industrialização, a preocupação social era disciplinar os trabalhadores para o ritmo de produção fabril. As crianças eram inseridas desde cedo nas atividades, sobretudo nas indústrias têxtil, alimentícia, química e de alimentos. Assim, em 1890, no estado de São Paulo, do total de trabalhadores da indústria, 15% eram crianças e adolescentes. Em 1919, esse número já era de 37% do total de trabalhadores do estado e, na capital, esse número era de 40%. As crianças eram inseridas nas atividades como forma de aumentar a renda familiar e os empresários aproveitavam a situação para aumentar os lucros, já que as crianças e adolescentes recebiam menos pelo seu trabalho do que um adulto. Os acidentes de trabalho eram uma constante, somados aos castigos físicos e humilhações, justificados como forma de disciplinar e educar as crianças, frente à falta de atendimento da demanda educacional (OIT, 2001).

A inserção no trabalho era vista como forma de evitar a “vagabundagem”, caminho adotado para resolver o problema das crianças e dos adolescentes que passaram a perambular pelas ruas – os “menores abandonados”. O período da escravidão mostrara que o trabalho de crianças e adolescentes era mais fácil de ser explorado, por serem mais dóceis e indefesos que os adultos. A partir daí, as crianças foram retiradas de asilos para serem exploradas no

trabalho, exercendo as atividades em ambientes insalubres, com jornadas de mais de 12 horas diárias, sofrendo humilhações e a maioria, doente (Rizzini, 2004).

De acordo com a mesma autora, a partir da década de 20, a preocupação passa a ser a formação dos trabalhadores para o trabalho na indústria e na agricultura. Os asilos foram transformados em institutos para formação profissional. As crianças abandonadas foram levadas para os patronatos agrícolas, para serem exploradas no trabalho, sendo que não passavam por quase nenhum processo real de formação. A política destinava-se ao controle populacional e ao uso da mão-de-obra infanto-juvenil.

Com a ascensão do Governo Vargas, em 1930, o trabalho torna-se aspecto central. A preocupação era com o controle de crianças e adolescentes para o trabalho. As práticas sociais e legais com relação a crianças e adolescentes existiam de forma dúbia: às crianças, filhas das elites, os direitos eram garantidos pelo Departamento Nacional da Criança, enquanto aos “menores”, filhos das classes populares, as ações em termos de repressão aos desvios eram de responsabilidade do Sistema de Assistência a Menores (Abreu & Martinez, 1997, citado em Campos & Alverga, 2001), prevalecendo a doutrina da situação irregular. Esse quadro legal perdurou até o advento da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, onde, ao menos legalmente, a todos e todas as crianças e adolescentes é estendida a doutrina da proteção integral.

Apesar desta conquista no nível dos direitos, hoje, ainda se observa um grande número de crianças e adolescentes trabalhadores, apontando para a persistência de práticas sociais diferenciadas para crianças e adolescentes advindas de classes diferentes. Aponta também para a necessidade de se compreender mais profundamente o fenômeno do trabalho precoce, os motivos de sua permanência, suas diversas facetas e implicações.

1.2. Trabalho precoce na atualidade

Na atualidade, o desemprego e a concentração de renda refletem-se na necessidade econômica das famílias, que precisam dispor dos filhos para o trabalho, como complemento à renda familiar (Alberto et al., 2005; Kassouf, 2004a; OIT, 2001). Estudos têm mostrado também que fator relacionado à necessidade financeira das famílias é a presença de apenas um responsável pela família, no caso, a mãe. Esta situação faz com que os filhos sejam chamados muito cedo para contribuir com a manutenção familiar e, frequentemente, em atividades de trabalho (Alberto, Wanderley et al. 2006; Kassouf, 2007).

A falta de equipamentos institucionais, ou sua inadequação, também contribui para a inserção precoce no trabalho. Rizzini e Holanda (1996) afirmam que o sistema educacional não está preparado para atender as crianças e adolescentes trabalhadores. Isso pode implicar que a educação escolar não seja vista como eficiente em termos de ascensão social pelas famílias e pelas próprias crianças e adolescentes, reforçando sua permanência no trabalho ou mesmo sua inserção. Alberto et al. (2005) afirmam que muitas meninas são inseridas no trabalho doméstico pela falta de equipamentos institucionais, como creches, onde as mães possam deixar seus filhos, para que elas possam ser liberadas para o trabalho. Isso faz com que as crianças e os adolescentes, por serem mão-de-obra mais barata, sejam chamados a oferecer seus serviços.

No Brasil, ao fazer uma retomada histórica sobre as políticas destinadas a crianças e adolescentes, ao longo dos séculos XIX e XX, Passetti (2002) afirma que, no século XIX, as ações destinadas aos cuidados com crianças abandonadas eram assumidas por instituições religiosas e de filantropia privadas. O Estado não assumia preponderantemente essas ações, e até mesmo ignorava as condições precárias em que viviam as famílias do fim do império e seus filhos. Com a Proclamação da República, apesar das propostas de democratização do Estado e da garantia de direitos aos indivíduos, essas não se concretizaram. Apenas a partir de

1917, com as greves e a mobilização pelo fim da exploração do trabalho infantil nas fábricas por parte dos anarquistas e movimentos operários, é que o Estado passa a se preocupar com o estabelecimento de políticas públicas para as crianças e os adolescentes, sobretudo no sentido de evitar a marginalidade e a delinqüência advindas de crianças e adolescentes pobres, abandonados ou infratores, e manter a ordem nacional.

Esta concepção de crianças pobres como potencialmente perigosas irá percorrer todo o século XX, materializando-se nas políticas públicas a elas destinadas. Seja nas escolas, orfanatos e internatos, nas casas de correção e de artífices, a idéia era conter a infância pobre e mantê-la longe da sociedade, excluindo-a. Essa prática de exclusão se aprofunda com o Código de Menores de 1927, e no período da ditadura, através do Código de Menores de 1979. Ainda que em períodos diversos e com algumas especificidades, a tônica era a mesma: conter as crianças e adolescentes pobres, mantê-los disciplinados e evitar sua potencial marginalidade, através do confinamento, da violência e da educação que não lhes permitia uma ascensão sócio-econômica futura (Passetti, 2002).

Apesar de todos os avanços que a redemocratização representou na legislação destinada a regulamentar práticas em relação a crianças e adolescentes, sobretudo em termos da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, a filantropia, que de início foi atribuída a instituições religiosas e privadas, e depois ao Estado, hoje se traduz em nova tentativa de filantropia privada, onde as ações de assistência são gradativamente delegadas ao poder privado e à sociedade civil, desresponsabilizando o Estado pelas mesmas (Passetti, 2002). Essa negação histórica dos direitos de crianças e adolescentes e de sua não assunção pelo Estado culminou e continua culminando em diversas situações de exploração, maus-tratos e negligência com relação à infância e à adolescência pobres, como a condição de rua em que se encontram milhares de crianças e adolescentes, exploração sexual e trabalho precoce.

Na contemporaneidade, a demanda pelo trabalho de crianças e adolescentes também aparece como um fator que os impele ao trabalho. Alberto et al. (2005), Alberto, Wanderley et al. (2006), e Alberto, Silva et al.(2006) identificam, nas suas pesquisas com trabalhadores precoces nas atividades do trabalho infantil doméstico, trabalho precoce na agricultura e no setor informal de rua, que, para esses, um dos fatores que contribuem para a entrada desses meninos e meninas no mundo do trabalho é a “rede de relações que oportuniza”, ou seja, a presença de pessoas do meio que necessitam de serviços e tem interesse em pagar menos por eles, e utilizam-se da mão-de-obra mais barata de crianças e adolescentes. Isso gera uma demanda que atrai essas famílias e seus filhos, sobretudo naquelas com maiores necessidades financeiras e maior número de membros.

Os fatores econômicos são importantes, mas, por si só, não explicam a inserção precoce no trabalho. É necessário considerar os fatores ideológicos que permeiam a questão e que são determinados por essas condições econômicas, mas que se refletem em uma dimensão microestrutural. Neste nível, temos a naturalização do trabalho de crianças e adolescentes, a cultura familiar e os conflitos.

Quanto à naturalização do trabalho precoce, Sousa e Alberto (2008) identificam que as concepções que permeiam uma sociedade ou cultura definem práticas, políticas e comportamentos. No caso do trabalho precoce, há, segundo as autoras, uma cultura que o defende como formador e como propiciador de ocupação do tempo das crianças e dos adolescentes (Vogel & Mello, 1991, citado em Sousa & Alberto, 2008). Campos e Alverga (2001) identificam que há uma ideologia que considera o trabalho precoce como dignificante e formador, ocultando a função de separação de classes que ele assume. Às crianças pobres é destinado o trabalho manual, e às abastadas, o trabalho intelectual. Essa ideologia construiu-se ao longo da história da constituição da sociedade brasileira e permeia as crenças de famílias, empregadores e crianças e adolescentes, da mesma forma que permearam as políticas

brasileiras destinadas a estes por muito tempo. Este é um dos fatores que contribuem para a inserção de crianças e adolescentes no trabalho, e que devem ser considerados nas ações de combate ao trabalho infantil.

Kassouf (2007) aponta que filhos que têm pais que foram trabalhadores precoces possuem maior probabilidade de serem inseridos no trabalho também precocemente, levando a um fenômeno denominado *dynastic poverty traps*. Emerson e Souza (2002) encontram, em pesquisa baseada nos dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dados semelhantes, nos quais os pais que foram trabalhadores precoces têm maior tendência a inserir os filhos no trabalho e veem isso com maior naturalidade, o que os autores chamam de *normas sociais*.

No que concerne aos conflitos, Alberto (2002) identifica que muitos meninos e meninas trabalhadores em condição de rua são inseridos em atividades de trabalho como forma de obterem sustento para as famílias, mas também, em outros casos, essa inserção ocorre como alternativa de sobrevivência, quando a violência familiar, seja em caso de maus-tratos ou violência sexual, manifesta-se. Assim, crianças e adolescentes que não encontram no seio familiar o apoio e o meio psicológico que permitam seu desenvolvimento são submetidos aos mais diversos tipos de violência, acarretando a ida para as ruas como forma de obter outras relações sociais, fugir das situações de opressão e também obterem sustento.

W. Moura (1996) identifica, em uma pesquisa baseada em estudos de casos de crianças e adolescentes trabalhadores na rua, que muitos daqueles que passam a trabalhar e, em alguns casos, efetivamente a morar na rua, o fazem quando se encontram em um ambiente familiar onde é escassa ou inexistente a solidariedade familiar, o afeto e, muitas vezes, a segurança. Este fato fica mais evidente quando a violência, sobretudo física, se faz presente. Portanto, a combinação entre pobreza e violência faria com que essas crianças rompessem definitivamente os laços familiares, uma vez que a única recompensa que poderiam obter, em

casa, seria a proteção e o afeto, que, quando não concretizada, os impele à rua e à busca de trabalho como sustento.

1.3. Implicações do trabalho precoce

Dentro das implicações da execução do trabalho precoce, uma das mais recorrentes na literatura é na escolaridade das crianças e adolescentes. Os estudos indicam que, ainda que no Brasil a questão da distorção série-idade seja generalizada, crianças e adolescentes trabalhadores, no geral, apresentam maiores índices de evasão e distorção série-idade do que aquelas que não trabalham (Alberto, Silva et al., 2006; Alberto, Wanderley et al., 2006; Haas, 2003; Kassouf, 2004a; Kassouf, 2004b; Kassouf, 2004c; Kassouf, 2007; Schwartzman, 2004), sobretudo nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste (Kassouf, 2004a, Schwartzmann, 2004). Outros estudos apontam para aspectos mais qualitativos, em que o cansaço decorrente das atividades de trabalho mostra-se como elemento que dificulta o processo de escolarização, ou mesmo o inviabiliza (Dantas, 2004; Estrela, 2004). Sousa (2006) encontrou, em sua pesquisa com crianças e adolescentes trabalhadores em atividades informais urbanas, que estas crianças e estes adolescentes possuem dificuldades com a linguagem formal, em leitura e escrita, sobretudo com a interpretação de textos. Na abordagem de conceitos e operações matemáticas, as crianças e os adolescentes pesquisados apresentaram dificuldades quando as operações eram propostas no modelo abstrato escolar. Quando as soluções eram buscadas de forma lúdica e concreta, os participantes conseguiam resolvê-las satisfatoriamente. A autora conclui que o cansaço e a falta de tempo, decorrentes do fato de trabalhar, contaminam o tempo para os estudos, e que a predominância de situações concretas vividas pelas crianças no trabalho dificultava a aquisição da linguagem formal e da matemática, culminando na distorção série-idade, repetência e evasão escolar.

Outro aspecto que tem sido abordado na bibliografia que versa sobre o trabalho infantil ou precoce é o dos riscos aos quais estão submetidos crianças e adolescentes

trabalhadores precoces. Kassouf (2007), citando Forrastieri (1997), afirma que os equipamentos e as condições de trabalho em que são inseridos não são adaptados às características de seus corpos em desenvolvimento, o que pode provocar problemas ergonômicos, fadiga e acidentes. Além disso, pela sua condição corporal, ficam mais expostos ao barulho, ao calor, à poeira, aos produtos químicos, dentre outros, que podem trazer danos irreversíveis.

Alberto et al. (2005), Alberto, Silva et al. (2006) e Alberto, Wanderley et al. (2006), identificam junto a crianças e adolescentes inseridos em atividades domésticas, na agricultura e no trabalho informal urbano que estes estão expostos a riscos físicos, biológicos, químicos e ergonômicos, como: temperaturas inadequadas, umidade, poeira, posturas corporais forçadas, longas jornadas de trabalho, levantamento de pesos inadequados para seus corpos, ritmos intensos de trabalho, movimentos repetitivos, responsabilidade excessiva, cortes, contusões e quedas. Kassouf (2004a), a partir de dados da PNAD, identifica que, dentre as cinco regiões brasileiras, os acidentes de trabalho mais comuns são cortes e fraturas, ocorrendo ainda dores musculares e problemas respiratórios, sendo estes os mais frequentes entre os participantes da pesquisa.

Em termos de riscos sociais, relacionados às condições de trabalho e às implicações para o desenvolvimento, Alberto, Silva et al. (2006) e Alberto, Wanderley et al. (2006) identificam que os mais relatados pelas crianças e pelos adolescentes são o de que o trabalho atual prejudica a formação profissional e pode provocar envelhecimento precoce. Alberto (2002) afirma que os meninos e meninas trabalhadores no setor informal de rua vivenciam uma adultização precoce, decorrente da responsabilidade prematura no trabalho e pela obrigação de ajudar a sustentar a família. Além disso, a inserção precoce reduz ou impede a vivência de atividades esperadas socialmente para a idade, como as brincadeiras e a escolarização, e dificulta a realização dos seus sonhos.

Em termos de riscos, a literatura aponta ainda que as crianças e adolescentes estão expostas a riscos psicológicos. Alberto et al. (2005) identificam que os riscos psicológicos aos quais crianças e adolescentes estão submetidas dividem-se entre riscos cognitivos e afetivo-emocionais. Dentre os cognitivos, os mais recorrentes ligam-se a dificuldades com a aprendizagem da leitura e escrita, de transmitir informações e de aprendizagem de matemática. Dentre os afetivo-emocionais, os que mais foram significativos são o sentimento de perda da infância, de adultização precoce, e a dificuldade de expressar sentimentos e emoções.

M. A. Moura (1996) constata alguns prejuízos da execução do trabalho precoce no psiquismo das crianças e adolescentes. Ele afirma que o trabalho afeta, sobretudo, o estado de ânimo – o trabalho precoce, segundo o autor, altera o ciclo entre otimismo e pessimismo, pelo fato de alterar o relógio biológico e o aprendizado. O autor identifica que a execução de atividades de trabalho precocemente afeta também a aquisição de habilidades, que teriam um “tempo ótimo” para ocorrer; depois desse tempo, a aprendizagem fica dificultada. Além disso, reconhece os prejuízos para a formação futura, uma vez que crianças e adolescentes podem não ter uma formação sedimentada, o que dificultará o desenvolvimento do adulto. Além disso, a criança ou o adolescente podem ter problemas de identidade, uma vez que são colocados em uma vida de adultos, mas não podem fugir das suas realidades, de que são crianças e adolescentes.

Sampaio e Ruiz (1996) identificam prejuízos do trabalho precoce no psiquismo no que concerne ao estado de ânimo, em que a falta de sucessão entre experiências positivas e negativas provocaria a construção de um adulto pessimista, acrítico. Apontam ainda que o desenvolvimento de habilidades fica prejudicado pela repetitividade do trabalho, o que provoca certo “engessamento” do psiquismo em sua dinâmica, dificultando a aprendizagem

de informações novas. Estes autores constatam também que o trabalho pode trazer sentimentos de desamparo pela responsabilidade assumida de forma precoce.

Alberto (2002) ainda reconhece que, em termos de perspectivas de futuro, crianças e adolescentes trabalhadores têm sonhos, sobretudo, de trabalharem em profissões que exigem formação em nível superior ou que gozem de certo status social. Porém, percebem que sua condição social lhes impõe limitações. No entanto, o que lhes resta é o sonho de obterem um emprego, uma ocupação que lhes permita a sobrevivência. Portanto, os autores identificam que há dois tipos de perspectivas de futuro: a do desejo, do que gostariam de ser e; a do real, aquela que é viável dentro das condições objetivas de vida.

No que concerne aos aspectos psicossociais e de subjetivação, a autora supracitada aponta ainda que trabalhadores precoces apresentam baixa auto-estima, pelo fato de serem trabalhadores e não serem reconhecidos enquanto tal e pela redução do tempo das brincadeiras e da socialização com os pares. A baixa auto-estima vem ainda como reflexo das humilhações e da exploração no trabalho, da exposição a riscos e da informalidade das atividades de trabalho nas quais estão inseridos.

Martinez (2001), por outro lado, afirma que as formas de subjetivação de crianças e adolescentes e suas relações com o trabalho podem ser vivenciadas de diversas formas. Afirma que a maneira como este trabalho é significado pelos mesmos pode apresentar variações, sentido desde uma forma mais positiva até como sofrível e gerador de diversas carências afetivas e de conflitos. Esses diferentes sentidos podem resultar em diversas formas de desenvolvimento da subjetividade no futuro, o que aponta para a necessidade de considerar as visões dos participantes sobre suas condições de vida e trabalho.

Woodhead (2004), em um trabalho que procura apontar indicadores psicossociais para pesquisa e intervenção junto a crianças trabalhadoras, aponta que o fato de os impactos psicossociais do trabalho infantil ainda não terem sido estudados exaustivamente refere-se à

dificuldade de sua detecção, por se ligarem a fatores subjetivos, menos visíveis. Refere-se também à multiplicidade de fatores que influenciam o desenvolvimento infantil; mesmo as atividades de trabalho podem ter configurações, e, conseqüentemente, impactos diversos: o trabalho infantil pode assumir um caráter esporádico, até assumir papel de núcleo central da vida das crianças e adolescentes. O autor afirma que o impacto psicossocial do trabalho infantil depende de diversos fatores, que podem ser agrupados em: fatores de desenvolvimento, que vão desde em que momento da infância a entrada no trabalho se dá, se o acompanha por outras fases e quais são elas, e se estende até a vida adulta; contexto, que reconhece que as circunstâncias em que o trabalho é exercido podem ser tão importantes quanto o trabalho para definir se os impactos do trabalho são benéficos ou prejudiciais; e de mediação, em que o valor cultural do trabalho, os valores e as crenças em relação ao mesmo e o que é esperado em termos sociais para metas futuras influenciam a visão das crianças sobre o caráter benéfico ou não do trabalho.

A literatura também aborda as implicações do trabalho precoce para os adultos, sobretudo no que concerne à renda, saúde e à escolaridade. Kassouf (2000) identifica, a partir de análise dos dados da PNAD de 1995, altos índices de adultos que ingressaram no trabalho antes dos 14 anos de idade, mormente na área rural. Esta autora identifica também que, mesmo controlando variáveis como escolaridade, região, idade, atividade de trabalho, dentre outras, a idade em que começou a trabalhar teve efeito significativo sobre a renda dos participantes da pesquisa, no sentido de que, quanto mais jovem se começa a trabalhar, menor o salário, quando adultos. Emerson e Souza (2007) encontram resultados neste mesmo sentido, nos quais reconhecem que o fato de trabalhar precocemente tem um grande impacto negativo na renda dos adultos, mesmo controlando-se outras variáveis intervenientes. Eles concluem, a partir dos dados, que o efeito do trabalho precoce sobre a renda passa a se reduzir entre aqueles que começaram a trabalhar mais tarde, entre 12 a 14 anos.

Lopes, Souza e Pontili (2008), em um estudo realizado a partir de dados da PNAD 2007, sobre o impacto do trabalho infantil na renda e escolaridade de adultos no estado do Paraná, encontram que, quanto mais cedo a inserção no trabalho, menor tempo de escolaridade e também menor a renda. Nas áreas urbanas, aqueles que foram iniciados no trabalho antes dos 9 anos de idade tinham, em média, 7,17 anos de estudo; os que começaram na faixa dos 10 a 14 anos tinham uma média de 8,91 anos; dentre os que começaram na faixa dos 15 a 17 anos, a média era de 10,72; e os que começaram a trabalhar acima dos 18 anos, possuíam 12,01 anos de estudo. No concernente à renda, nas áreas urbanas, os que começaram a trabalhar com menos de 9 anos recebiam, em média, uma remuneração de 17,90 reais por hora de trabalho; os que começaram com 10 a 14 anos, recebiam 22,17 reais por hora; os que começaram no trabalho entre 15 a 17 anos, 23,67 reais por hora e; os que começaram a trabalhar com mais de 18 anos recebiam, em média por hora, 34,90 reais. Esses valores eram ainda mais baixos nas áreas rurais. O autor conclui que há uma relação entre as variáveis trabalho infantil e escolaridade, no sentido de que quanto mais cedo se começa a trabalhar, menor a escolaridade; e que, por sua vez, estas duas variáveis, trabalho infantil e escolaridade baixa, têm efeitos negativos na renda desses adultos.

Emerson e Souza (2002) identificam, na mesma linha que Kassouf (2000) e Lopes, Souza e Pontili (2008), um impacto negativo do trabalho precoce na renda quando os trabalhadores precoces se tornam adultos, sobretudo aliado à baixa escolaridade. Concluem que a perda de renda quando da inserção precoce no trabalho é mais significativa do que os ganhos que se poderia ter pela renda e pela experiência adquirida no trabalho precoce. Beegle, Dehejia e Gatti (2005) encontram, em seus estudos sobre as conseqüências do trabalho precoce no Vietnã, que, em médio prazo, o trabalho precoce aumentou a renda das famílias das crianças trabalhadoras, entretanto, encontrou também que, a longo prazo, o trabalho precoce gera um déficit de renda devido à baixa escolaridade, que anula esses ganhos.

Ainda que a transmissão intergeracional do trabalho infantil também se configure enquanto uma das causas do trabalho precoce, Emerson e Souza (2002) e também Mendes (2004) reconhecem que essa transmissão também é uma das conseqüências do trabalho precoce, uma vez que os pais que se inseriram precocemente no trabalho tendem a fazê-lo mais facilmente também com seus filhos. Ou seja, o trabalho precoce, que já é uma das conseqüências da pobreza, provoca a entrada de crianças e adolescentes precocemente no trabalho, que, por sua vez, tende a perpetuar o ciclo de exclusão e pobreza.

Kassouf (2000) identifica ainda que o trabalho em idade precoce também afeta a saúde dos adultos, mesmo controlando-se o efeito da escolaridade, infra-estrutura domiciliar, saneamento, dentre outros. Kassouf, Mckee e Mossialos (2001), em estudo sobre saúde auto-reportada em adultos que foram trabalhadores precoces, encontraram que aqueles que começaram a trabalhar antes dos 10 anos de idade afirmavam possuir piores condições de saúde. No entanto, os autores alertam para os problemas que pode haver em auto-relatos de saúde, bem como da interação entre outras variáveis.

Rosati e Straub (2006), em um estudo sobre o trabalho precoce e a sua influência na saúde em adultos na Guatemala, também afirmam que esta é uma relação difícil de ser estabelecida. Ponderam que os dados encontrados em pesquisas devem ser analisados com cuidado, já que o estabelecimento de uma relação causal direta é impossível. Porém, contando com estas ressalvas, verificam que as crianças que trabalham têm 40% mais de chances de apresentarem problemas de saúde quando adultos, reforçando que estes problemas geralmente se apresentam a longo prazo.

Lee e Orazem (2007) analisaram a relação entre saúde e trabalho precoce em adultos brasileiros, a partir de dados da PNAD de 1998, usando dados auto-relatados de saúde e dados da época em que os adultos eram crianças. Estes autores encontraram que, quando é feita diretamente uma comparação entre saúde e trabalho precoce, há maior incidência de doenças,

acidentes e deficiências entre esses adultos. Quando a variável escolaridade é incluída na regressão, essa relação entre saúde e trabalho precoce quase desaparece, o que revela que existem muitas variáveis que podem interferir nessa relação, sobretudo a escolaridade.

O que pôde ser percebido, através da revisão da literatura sobre o trabalho precoce, é que, no geral, este se associa à pobreza, às condições de vida precárias e à falta de políticas públicas que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes. A revisão mostrou também que há autores que tratam dos aspectos históricos do trabalho precoce (Nogueira, 1993; OIT, 2001; Thompson, 1987), de sua definição (Alberto, 2002; Souza, 2006), das implicações da execução do trabalho precoce para a escolaridade (Haas, 2003; Schwartzman, 2004; Sousa, 2006), da exposição à riscos (Alberto, Wanderley et al., 2006; Kassouf, 2007) e das implicações para a vida adulta (Emerson & Souza, 2007; Kassouf, 2000; Lopes Souza & Pontili, 2008). Salientam-se, nesta dissertação, os aspectos pertinentes às implicações do trabalho precoce na vida adulta no que se refere à escolaridade, à saúde e ao trabalho na vida atual, e como essa experiência foi vivenciada pelos participantes.

CAPÍTULO II

TRABALHO PRECOCE, CONDIÇÕES DE VIDA E CONSCIÊNCIA

Neste capítulo, são traçadas algumas categorias relevantes para o delineamento da perspectiva teórica adotada. Neste sentido, pensar nas implicações do trabalho precoce levamos a discutir sobre sua conceituação, a concepção social associada e as características inerentes ao mesmo.

2.1. Categorias Teóricas

Dentre os motivos que impellem as crianças e os adolescentes ao trabalho, emerge, na literatura, a necessidade financeira. A referida necessidade gera-se dentro de um processo de exclusão social, decorrente do processo capital x trabalho, e que tem implicações psicossociais, primeiro porque age sobre cada indivíduo, afetando seu acesso às condições dignas de vida, e segundo porque não se limita ao atingido, toma um caráter de dimensão de classe, traz um dano social, como diz Martins (1993), usurpa infâncias, estigmatiza e exclui. Esse é um fator importante e necessário a se considerar na tentativa de compreender o fenômeno em suas implicações, pois é nesse contexto que se constituirão os sujeitos, a partir das condições de vida impostas pelo processo acima referido. Portanto, condições de vida é uma das categorias centrais para o presente trabalho.

Por outro lado, pensar nas implicações do trabalho precoce implica também em estudá-las na articulação entre aspectos externos e aspectos internos ao ser humano, em como a experiência é vivenciada. Por isso, adota-se aqui como ferramenta a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, que compreende a constituição do ser humano como resultado da interação entre estes dois aspectos. A Psicologia Histórico-cultural, criada entre 1928 e 1931 por Vigotski e Luria (Van der Veer & Valsiner, 1996), nasce do trabalho de um grupo de autores preocupados em criar uma forma de abordagem das questões

psicológicas baseadas no sistema filosófico e metodológico materialista histórico e dialético, no contexto da antiga União Soviética, sendo que o centro da teoria baseia-se na relação dialética entre duas linhas genéticas: cultural e biológica, sendo que a cultural centra-se nas mediações através de instrumentos psicológicos. Difere da teoria sócio-histórica da atividade desenvolvida por Leontiev, que tem como foco a como fonte de desenvolvimento, norteadas por motivos¹ (Alexei Nikolaevich Leontiev, 2010). Hoje o termo teoria histórico-cultural é usado para se referir ao conjunto da obra de Vigotski e também aos trabalhos posteriores de autores que dialogam com princípios desenvolvidos pelo autor.

Para Vigotski, o ser humano é constituído na dialética entre o individual e o social; o ser humano, ao transformar o mundo, transforma e constitui-se a si mesmo. Neste sentido, o autor busca a superação das formas de Psicologia objetivistas e idealistas, que ora viam o ser humano apenas como produto direto do ambiente, ora como criações independentes do mundo circundante. O ser humano é produto da interação dos indivíduos com o meio social e cultural em que se inserem. Para Vigotski, a educação, compreendida em um sentido amplo, era fundamental para o desenvolvimento, já que as influências do ambiente configuram a personalidade da criança. De acordo com isto, a aprendizagem escolar proporciona à criança interações e instrução formal, que permitem desenvolver as funções psicológicas superiores como pensamento verbal, raciocínio lógico, matemático, etc. (Vygotski, 1983/1997).

Apesar de esta perspectiva ter se originado em um meio sócio-cultural e econômico diverso em relação à realidade brasileira, entende que a Psicologia é uma ciência que tem bases históricas, que são vinculadas aos modos de vida e atuação do homem dentro de uma realidade social específica. Ou seja, permite que a ciência psicológica, bem como a visão de ser humano que adota, seja considerada em sua gênese dentro das condições materiais e históricas de vida peculiares à determinada sociedade (Rasia, 2009).

¹ Ainda que haja divergências importantes entre as teorias destes dois autores, por questões de tempo e dos objetivos desta dissertação, não nos deteremos aqui nesta distinção.

É importante salientar que não se pretende aqui fazer uma análise histórico-cultural no seu sentido mais puro, mas se busca adotar a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural como uma ferramenta que pode auxiliar na compreensão do objeto estudado, por considerar o ser humano como sendo resultante do conjunto de suas experiências hereditárias, adquiridas em seu percurso individual, como também das experiências históricas e sociais, e entendendo que a especificidade da vivência de cada situação decorre das infinitas possibilidades de interação entre as mesmas. Com base na Psicologia Histórico-cultural, duas categorias são diretamente abordadas: consciência e vivência.

Neste sentido, e de acordo com os objetivos propostos, as categorias de trabalho no presente estudo constituem-se nas seguintes: trabalho precoce, condições objetivas de vida, consciência, vivência.

2.1.1. Trabalho precoce

Vários termos têm sido utilizados para caracterizar o trabalho de crianças e adolescentes: trabalho infantil, trabalho infanto-juvenil, trabalho precoce, trabalho de menores, dentre outros. O termo “trabalho de menores” não é o mais indicado para tratar da questão, uma vez que o termo “menor” assumiu uma conotação pejorativa a partir do início do século XX, passando a significar crianças e adolescentes pobres que cometiam delitos (Londoño, 1991).

A Organização Internacional do Trabalho, em suas Convenções, Recomendações e trabalhos em geral sobre o tema, utiliza o termo “trabalho infantil” para se referir a toda pessoa com até 18 anos de idade que exerça trabalho. Porém, este termo pode trazer equívocos, uma vez que, segundo Alberto (2002), o termo infantil remete, no geral, apenas a crianças, o que pode reforçar a tendência presente na sociedade em considerar danoso o trabalho de crianças, mas não o de adolescentes.

Em relação à naturalização do trabalho de crianças e adolescentes, historicamente, principalmente na sociedade portuguesa, o trabalho manual era visto como indigno; e o trabalho intelectual, era visto como digno, sendo reservado aos filhos de nobres e ricos. Essa ideologia é trazida pelos colonizadores portugueses ao Brasil, sendo reforçado e ampliado a partir da escravidão. Com a posterior dominação inglesa sobre o comércio mundial, a ética protestante do trabalho como algo dignificante, como dever, vence a noção anterior da indignidade do trabalho, sendo amplamente difundida como forma de educação moral e espiritual, reservada a crianças e adolescentes pobres, através da execução de trabalhos manuais, menos reconhecidos socialmente (Campos & Alverga, 2001). Essa noção do trabalho como formador, como algo natural, perdura até nossos dias, sendo vista como alternativa de formação e disciplinamento à escola, mas que oculta, muitas vezes, relações de exploração. Há, no imaginário social, a idéia de que as crianças devem ser protegidas e cuidadas, de que não tem condições de sozinhas arcarem com certas responsabilidades, como por exemplo, as do mundo do trabalho. Essa idéia co-existe com a visão de que o trabalho é propiciador de formação, mostrando que convivem, na sociedade brasileira, diferentes concepções de infância.

No entanto, quando os que exercem trabalho são adolescentes, há uma aceitação muito mais expressiva por parte da sociedade em geral. A partir do momento em que os adolescentes adquirem em relação às crianças, tanto psiquicamente, como social e fisicamente, maior autonomia em relação ao seu comportamento, passam a ser vistos como capazes de exercer atividades de trabalho pesadas, como forma de evitar a marginalidade e de receberem formação. Neste sentido, deixa-se de lado o fato de que são pessoas ainda em processo de desenvolvimento, que possuem necessidades diversas das infantis, mas que ainda devem ser alvos de cuidado, atenção e proteção da exploração. Neste sentido, termo trabalho

infantil reforça esse ideário, não sendo, por isso, adequado para designar o trabalho de crianças e adolescentes.

Autores que trabalham com a temática identificam que há várias dificuldades em caracterizar e, como consequência, definir este tipo de trabalho, por alguns motivos: primeiro, porque muitas vezes é considerado apenas uma ajuda, ocultando as demandas dessas atividades, criando uma cultura de naturalização do trabalho de crianças e adolescentes, visto como formador e desejável e como meio de evitar a marginalidade; segundo, porque é legalmente proibido (Alberto, 2007; Dantas, 2004; Silva & Conserva, 2007; Souza, 2006).

No entanto, é comum a visão de que, em relação às crianças das classes populares, é “melhor trabalhar do que roubar”, sendo o trabalho visto como única alternativa de ocupação à marginalidade, como disciplinador. Equipamentos como a escola e outros são vistos como reservados às classes mais abastadas, não conseguindo, nesta concepção, cumprir o papel de instituições formadoras e que propiciem ascensão social. Este discurso justifica a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que enfraquece a luta por melhores equipamentos educacionais e de assistência, que atendam às necessidades das classes populares. Assim, o trabalho de crianças e adolescentes aparece como discriminatório, porque é reservado às classes pobres como disciplinador (Alberto, 2002), e, sobretudo, de acordo com a literatura na área, como estratégia de sobrevivência, uma vez que as condições mínimas de sobrevivência e acesso à renda não estão postas.

Em relação à questão legal, a legislação internacional de referência é a da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (Convenção sobre os Direitos da Criança, 2002) de 1989 e as Convenções n.º 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (Convenção 138, n. d.), estas últimas estabelecendo, respectivamente, a idade de 15 anos como a mínima para o trabalho e a proibição das piores formas de trabalho infantil, atividades que exponham

as crianças e adolescentes ao regime de escravidão, exploração e que tragam danos à sua moral, à saúde e à segurança.

Ressalte-se ainda que, em nível nacional, a Constituição Federal de 1988 (Constituição da República, 1988) traz, em seu artigo 227, que toda criança e adolescente devem ser protegidos de qualquer forma de negligência e exploração. Este artigo encontra seu desdobramento na criação da Lei n.º 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, em seu artigo n.º 60, determina que “É proibido qualquer tipo de trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2005).

Este artigo foi modificado a partir da Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/1998, que eleva a idade mínima para a admissão ao trabalho de 14 para 16 anos (Emenda Constitucional nº 20, 1998). Assim, na atual legislação nacional, a idade mínima para a inserção no trabalho é de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na qual o é possível a partir dos 14 anos de idade.

Neste sentido, apesar de reconhecermos as diferentes posições existentes em torno do tema do trabalho precoce (cite-se, como exemplo a perspectiva de Liebel, 2004), para fins desta dissertação adotamos a perspectiva que o trabalho de crianças e adolescentes, além de ser ilegal, é uma forma de exploração, no qual esses podem ser privados do acesso à escolaridade, ou mesmo ter um baixo aproveitamento escolar; pode trazer danos à saúde, ao desenvolvimento tanto físico, quanto moral, social e psíquico dos mesmos. Além disso, é uma questão de violação de direitos, sobretudo, do direito a terem infância e adolescência, construções sociais que implicam em muito mais do que ser criança e adolescente; implica em poder se constituir enquanto pessoas a partir de condições dignas de sobrevivência, do usufruto de etapas preparatórias essenciais para a constituição de adultos plenos de possibilidades de agir no mundo.

A partir destas considerações, adotaremos aqui o termo “trabalho precoce”, por denotar um tipo de trabalho que ocorre antes do tempo delimitado por lei para sua execução e que, neste sentido, pode ser prejudicial. Além disso, permite abarcar tanto o trabalho de crianças quanto o de adolescentes em seu bojo e, ao mesmo tempo, coaduna-se com a delimitação legal para a execução do trabalho no Brasil, que se dá a partir dos 16 anos de idade. Para utilizar uma definição mais exata, adotar-se-á, em parte, neste trabalho, a definição de Costa (1990) que define trabalho precoce como o exercício da atividade que assume uma utilidade social, ou se caracteriza por esquemas de profissionalização divergentes: tráfico e exploração sexual comercial.

Acrescenta-se aqui, a esta definição, que o trabalho precoce é a atividade que a criança e o adolescente executam, em troca de um pagamento, que pode ser realizado através de gêneros ou espécie, ou mesmo serviços, e que pode ser realizado tanto para terceiros, como no seio familiar (Alberto, 2002). A ênfase dá-se na utilidade das atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes e também na forma de pagamento, que não necessariamente ocorre sempre em gênero, mas muitas vezes é realizada através do fornecimento de alimentação, vestuário, etc. A partir da definição de Costa, enquadram-se também como atividades de trabalho aquelas consideradas como ilegais, a exemplo da exploração sexual infanto-juvenil ou tráfico de drogas.

Assume-se que o trabalho precoce traz diversas implicações para o desenvolvimento e a constituição das crianças e dos adolescentes que o executam. Implicações estas que podem se estender por toda a vida, marcando e delimitando seu curso.

2.1.2. Condições objetivas de vida

As condições de vida dos trabalhadores têm sido discutidas por diversos autores, desde Engels, Marx e Thompson, até autores que se detêm no capitalismo e nos efeitos da globalização.

Engels (1895/ 1985), em sua obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, propôs-se a revelar as condições de vida às quais estavam submetidos trabalhadores e trabalhadoras da indústria nascente na Inglaterra, e como as rápidas transformações que decorreram da mudança econômica criaram e afetaram a vida da nova classe nascente: o proletariado.

Engels afirma que, antes da introdução do maquinário na produção, sobretudo a de tecidos, a vida dos trabalhadores ingleses dividia-se entre a produção artesanal doméstica e agricultura de pequeno porte, gozando os trabalhadores, apesar de serem pobres, de meios que permitiam uma sobrevivência digna, com gestão própria do tempo de trabalho, de lazer e da vida religiosa. Com a introdução das máquinas, o início da produção em moldes industriais e o conseqüente barateamento dos custos de produção, dos produtos, e a produção em massa, há uma profunda mudança nas condições e no modo de vida dos trabalhadores. Ocorre o “inchaço” populacional nas cidades, as regiões antes pouco habitadas presenciam o crescimento desgovernado tanto de fábricas, quanto de estradas, portos e da população. Esta, impossibilitada de concorrer em igualdade com os grandes industriais e expropriada dos meios de produção para tal, se vê obrigada a se empregar na fábrica, e a se submeter a condições degradantes de trabalho e a uma remuneração ínfima.

Neste contexto, Engels (1895/ 1985) identifica que o crescimento das cidades, sem nenhuma estruturação prévia, fazia com que os trabalhadores residissem em lugares escondidos, longe do conhecimento dos burgueses, em velhos prédios, vilas, em sótãos e outros similares. As casas se constituíam em lugares sem saneamento, usualmente

constituídas de um único cômodo, onde podiam morar famílias numerosas ou mesmo mais de uma família, devido aos altos preços dos aluguéis cobrados, que muito custavam aos trabalhadores mal-remunerados. Não havia mobiliário, nem vestuário. A alimentação era, na maioria das vezes, insuficiente para as necessidades das famílias, pois não havia remuneração suficiente para comprá-las; era obtida dos restos de alimentos a baixos preços vendidos nos mercados, que continuamente eram adulterados pelos vendedores para obterem maiores lucros. Os animais habitavam o mesmo ambiente que as pessoas. Frente a esta situação, os índices de mortalidade eram alarmantes, mormente o de crianças, devido às péssimas condições de habitação, alimentação, saúde e sanitárias as quais estavam submetidos, aliada à falta de equipamentos de assistência como os de atendimento à saúde.

Toda esta situação degradante provinha da exploração do trabalho destes operários e do desemprego. Os trabalhadores eram submetidos a mais de 15 horas diárias de trabalho, sem contar as horas para refeição. Não eram raras as vezes em que operários eram obrigados a trabalhar mais de 36 horas sem descanso; as doenças e as mortes eram constantes. Mulheres e crianças de até 5 anos de idade eram largamente empregadas pelas indústrias, com jornadas de até 14 horas - no caso das crianças - que não paravam a atividade nem para as refeições. Aliava-se a isso, o não acesso a atendimento médico adequado. Essas condições causavam danos à saúde dos trabalhadores, que, na Inglaterra, tiveram, dentre tantos outros danos à saúde, um decréscimo acentuado em sua estatura, e um aumento no nascimento de crianças já doentes.

A escolaridade era algo quase inexistente entre a população operária. Mesmo com as sanções legais impostas aos industriais, que determinavam a instrução diária de pelo menos duas horas, no caso de crianças, ou aos domingos, raras eram as que reconheciam as letras, ou mesmo que sabiam a existência de cidades vizinhas; não conheciam operações matemáticas. Nem mesmo a instrução religiosa era eficaz; comum era as crianças e os adolescentes não

saberem quem eram os santos ou as grandes figuras religiosas da Bíblia. A educação para o operariado era negligenciada e evitada pelos burgueses, que burlavam todas as determinações legais a respeito. A imoralidade imperava nas fábricas e nas cidades, os crimes e a violência eram problemas recorrentes, apontados por Engels como decorrentes da degradação humana a que estava submetida a classe operária.

Marx (1883/1987) denuncia as precárias condições de trabalho dos operários, submetidos a longas jornadas de trabalho, a atividades extenuantes, sem alimentação, nem pausas. A execução de atividades em diversos ramos provocava o adoecimento, a morte por exaustão, acidentes e mortes nas fábricas. Os trabalhadores por vezes passavam a noite trabalhando, sem dormir, não recebendo nenhuma remuneração pelo trabalho extra. A promiscuidade e os freqüentes abusos demonstravam a degeneração moral dos trabalhadores, reflexo das condições de vida a que ficaram submetidos, pela avidez de lucro dos patrões.

Thompson (1987) identifica que os trabalhadores eram adestrados no trabalho desde os seis anos de idade, executando sua atividade de manhã muito cedo até a noite. Ele identifica dois grupos na classe operária: um “que tem rendimentos bem acima das necessidades de subsistência” e uma “massa de trabalhadores desqualificados, (...) cujas rendas eram quase totalmente absorvidas pela aquisição de artigos de primeira necessidade” (p. 34). De acordo com este autor, os anos de 1800 até 1850 caracterizaram-se como um período de subemprego, em que os trabalhadores especialistas estavam ameaçados pelas novas descobertas tecnológicas e pela demanda de mão-de-obra jovem e sem necessidade de qualificação que estas inovações permitiam utilizar. A grande reserva de mão-de-obra existente trazia consigo a instabilidade do emprego dos trabalhadores, fazendo com que houvesse um grande contingente de desempregados.

Tanto o autor supracitado como Engels (1895/ 1985) encontram, a partir da utilização das máquinas a vapor, uma inversão na ordem dos papéis familiares: as mulheres e as crianças

assumiam o papel de prover a renda principal da família, ou no mínimo, de compartilhá-la com os adultos. Isso não ocorria sem sofrimentos, principalmente para os homens, que até então eram os provedores da família.

Em que pese a distância hoje, autores que mostram a ainda centralidade do trabalho, que configura a situação da classe trabalhadora em termos de renda, acesso a direitos sociais como educação, saúde, dentre outros, defendem que, ao contrário das discussões correntes sobre o fim do trabalho, na verdade, o que ocorre nos dias atuais é uma mudança qualitativa no capitalismo e nas configurações do trabalho. Há uma diminuição do trabalho produtivo e uma precarização do trabalho em geral, tanto em relação ao trabalho formal e produtivo, quanto ao aumento do trabalho informal, sem garantias de direitos e de baixa remuneração, como decorrência das recentes transformações do sistema capitalista ante ao processo de globalização (Antunes, 2000). Esse processo traz em seu bojo uma série de mecanismos e medidas que têm provocado, por um lado, a precarização do trabalho, com a pobreza direta provocada pelo desemprego, e por outro, a redução por parte do Estado de diversas garantias de direitos sociais (Valla, 2005).

A precarização do trabalho emerge da transnacionalização de companhias, que promovem um enfraquecimento das empresas nacionais em nome do princípio do mercado livre e livre comércio, com queda da produção local e defasagem tecnológica, o que culmina em desemprego estrutural, ao mesmo tempo em que a introdução de novas tecnologias, enquanto revolução característica do processo de globalização e do atual estágio capitalista, dispensa a utilização de mão-de-obra dos trabalhadores. Esse desemprego promove uma dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, sobretudo para os trabalhadores mais pobres e sem possibilidade de requalificação, tão propagada hoje, que acabam por serem obrigados a se inserir em trabalhos informais, de baixa remuneração, marcados pela

instabilidade e sem diretos garantidos, ou mesmo em trabalhos temporários, por contratos ou outras modalidades com relações precarizadas (Valla, 2005).

Some-se a esse quadro a recorrente intervenção do capital especulativo nas economias nacionais. Uma vez contraída a dívida externa por parte de países periféricos para financiar obras consideradas importantes para o crescimento, as agências internacionais passam a exigir medidas dos países devedores para garantir o pagamento das dívidas. Essas exigências recaem, sobretudo, na redução do investimento dos impostos arrecadados em áreas prioritárias para a garantia dos direitos da população, como a saúde, a educação, a habitação; e o estímulo à privatização de serviços essenciais com fins a reduzir os gastos do Estado nessas áreas, além da redução dos encargos trabalhistas com os trabalhadores que possuem emprego formal. Todas as medidas do capitalismo globalizado visam aumentar os lucros dos países centrais, que delegam a queda nos lucros aos gastos dos Estados com a garantia das condições mínimas de manutenção das populações, preconizando a entrada no mercado internacional como única medida para reduzir a pobreza e promover crescimento da economia, diminuindo a intervenção na mesma e promovendo um aumento nas trocas comerciais, que, na verdade, acabam gerando maior desemprego estrutural pela impossibilidade dos produtos do mercado interno dos países periféricos para competirem com os produzidos pelos países centrais (Valla, 2005). O capitalismo financeiro, onde é preconizado o enfraquecimento e redução do Estado e fortalecimento do mercado como regulador das economias nacionais, enfraquece os Estados-nações em termos de poder, que ficam à mercê das crises econômicas de outros países, e não raras vezes acabam sendo arrastados por estas, agravando o quadro de desemprego e vulnerabilidade econômica (Mancebo, Maués & Chaves, 2006).

Toda essa situação gera uma grave situação de pobreza e de precárias condições de vida dos trabalhadores. Se no início do processo de industrialização, a precariedade das condições de vida gerava-se pela expropriação dos meios de produção, pela baixa

remuneração, desemprego e mecanização, hoje, esses elementos se associam ao desemprego estrutural, ao trabalho precário e desregulamentado, e a progressiva redução do papel do Estado nas garantias dos direitos dos trabalhadores.

A partir dos elementos apontados por estes autores, considera-se que as condições de vida podem ser caracterizadas a partir de alguns aspectos:

- a) *Acesso à renda*, que permita prover as necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, vestimentas;
- b) *Acesso a equipamentos sociais* (de saúde, escolar ou assistência);
- c) *Acesso ao trabalho e caracterização de suas condições*: a atividade realizada, as jornadas, as relações de trabalho, a organização do mesmo, a remuneração, as pausas, a influência sobre a saúde do operariado, a vivência moral e social deste trabalho;
- d) *Acesso à escolarização ou ao conhecimento*, enquanto instrumento de emancipação social (no caso, dos trabalhadores).

É a partir desta perspectiva que aqui serão consideradas as condições objetivas de vida dos participantes, entendendo-as enquanto as configurações materiais e sociais que delineiam percursos de vida e que definem o acesso a serviços e outras conquistas do mundo social e cultural em que estão inseridos.

2.1.3. Consciência

Para estudar a categoria consciência e seus desdobramentos teóricos, adota-se aqui a Perspectiva da Psicologia Histórico-cultural de Vigotski, a partir da visão de ser humano, de mundo e de subjetividade apresentada nesta teoria.

O interesse de Vigotski, frente às mudanças políticas e sociais pelas quais passava a União Soviética, seu país de origem, era a de construir uma Psicologia Humana, que adotasse pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos que permitissem superar a tradição

psicológica da época, que ora via o ser humano como determinado por leis físicas, biológicas e fisiológicas, ora como ser transcendental, que não podia ter a experiência explicada, apenas vivenciada. Para Vigotski, essa situação impedia que se abordasse o estudo do ser humano em suas peculiaridades, naquilo que permitia que se constituísse enquanto humano. Por isso, o autor retoma toda uma tradição filosófica do estudo da consciência, influenciado pelas idéias de Marx, de Espinosa, e partindo da crítica dos conhecimentos psicológicos existentes até então, o que o leva ao estudo da consciência como algo que não existe a priori, mas que se constrói no próprio processo de constituição do ser humano enquanto tal, que possui materialidade. Por isso, a consciência só existe no ser humano consciente (Delari Jr, 2000).

Vigotski traz uma concepção de ser humano ativo, “... que havia aprendido a submeter seus impulsos e emoções ao controle do intelecto (...) havia dominado completamente seu comportamento, fazendo uso dos meios que sua cultura lhe proporcionava” (Van der Veer & Valsiner, 1996, p. 265). Neste sentido, critica o abandono do estudo da consciência que era comum às correntes psicológicas do início do século XX. Para o autor, este abandono impedia que a Psicologia estudasse os aspectos mais complexos do comportamento humano. Além disso, essa negação do estudo da consciência fazia com que a Psicologia permanecesse a par do dualismo até então vigente, em que o estudo do comportamento observável via-se apartado do estudo de processos psíquicos complexos, como a fala interna e os sentimentos, processos estes não-observáveis diretamente. Vigotski considerava um absurdo que os processos subjetivos fossem considerados supérfluos ou secundários, já que se apresentavam em seu máximo desenvolvimento nas formas mais complexas da atividade humana (Vygotsky, 2004).

Em sua obra, Vigotski traz uma visão de consciência que tem profundas implicações para o delineamento da “nova psicologia” a qual se propunha a ajudar a construir, ao mesmo tempo em que essa concepção traz importantes contribuições para o estudo proposto.²

Para Vigotski, a consciência tem um caráter auto-reflexivo. Mesmo em seus primeiros trabalhos, o autor traz essa característica, afirmando que a consciência representa “a capacidade que nosso corpo tem de se constituir em excitante (através de seus atos) de si mesmo (e diante de outros novos atos) (...)” (Vygotsky, 2004, p.70). Partindo desta concepção inicial, ligada ainda à reflexologia, e em uma elaboração posterior, Vigotski traz, em outro texto que fala sobre o processo em que determinadas funções tornam-se conscientes nas crianças, afirmações que clarificam sua noção acerca da consciência. O autor afirma que aquilo que é não-consciente não é ainda inconsciente (nos termos freudianos), nem consciente. Supõe outra forma de orientação da atividade da consciência. Isto é, é algo que ainda não é consciente porque não passa pelo foco da atenção deliberada, a atenção não está concentrada nos passos da ação, mas na realização da ação como um todo.

Eu dou um nó. Faço isso conscientemente. (...). O objeto da minha consciência é o ato de dar o nó, o próprio nó e tudo o que acontece com ele, mas não aquelas ações que produzo ao dar o nó nem a maneira como o faço. O fundamento disto é o ato da consciência, do qual é objeto a própria atividade da consciência. (Vigotski, 1934/ 2009, p. 288-289).

A partir deste exemplo, podemos compreender a consciência como “conhecimento do conhecimento” ou das próprias emoções. Neste sentido, é a possibilidade de dominar as

² Para mais sobre o assunto, ver Delari Jr. A. (2000). *Consciência e linguagem em Vigotski: aproximações ao debate sobre a subjetividade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP; e também Toassa, G. (2006). *Conceito de Consciência em Vigotski*. *Psicologia USP*, 17 (2), 59-83.

formas de conhecer o mundo, e também de conhecer a si mesmo, uma vez que também o autor afirma que o processo do conhecimento de si e do outro é o mesmo; temos consciência de nós porque temos do outro. Sendo o comportamento do outro um estímulo, o próprio comportamento também serve de estímulo para ele mesmo. (Vygotsky, 2004).

Essa citação traz outra característica da consciência: o fato de sempre representar um fragmento da realidade. Isto traz fortes implicações, no momento em que vincula a consciência à atividade humana e, em última instância, ao mundo concreto. A consciência só pode ser consciência que se constrói em um sujeito concreto, que está no mundo, que com ele se relaciona e nele se constitui. Ao mesmo tempo, ao estar consciente, há um afastamento deste mundo para melhor conhecê-lo, o que permite dominá-lo e planejá-lo. Ou seja, quanto mais se está no mundo, na realidade concreta, mais é possível um afastamento que permitirá um melhor conhecimento e controle sobre este mundo e, em último momento, sobre si mesmo.

É importante ressaltar que, para Vigotski, a consciência é um processo e como tal, implica em transformações, ou seja, a consciência muda e ganha em complexidade, à medida que cada vez mais se conhece o mundo. Assim como processo humano, situa-se no topo do desenvolvimento, como uma de suas aquisições mais elaboradas, e, por isso, vem por último no desenvolvimento psicológico (Vigotski, 1933-1934/ 2006; Vigotski, 1934/ 2009).

Porém, retomando esse caráter da consciência como conhecimento dos conhecimentos, corre-se o risco de supormos que a consciência resume-se aos seus elementos cognitivos. No entanto, o próprio Vigotski atesta que a separação entre cognição e afeto é um dos problemas pertinentes à psicologia tradicional, à qual ele se opunha:

Quem separou desde o início o pensamento do afeto fechou definitivamente para si mesmo o caminho para a explicação das causas do próprio pensamento, porque a análise determinista do pensamento pressupõe necessariamente a revelação dos motivos, necessidades, interesses, motivações e tendências

motrizes do pensamento, que lhe orientam o movimento nesse ou naquele aspecto.... existe um sistema dinâmico que representa a unidade dos processos afetivos e intelectuais, que em toda idéia existe, em forma elaborada, uma relação afetiva do homem com a realidade representada nessa idéia. (Vigotski, 1934/ 2009, p. 16-17).

Portanto, o afeto é, além de parte indissociável da dinâmica psíquica, elemento que direciona o pensamento e é direcionado por este e que, ao mesmo tempo, é seu constituinte: não há pensamento em que não haja um afeto associado, isto é, não há elemento cognitivo que esteja separado de aspectos afetivos. No momento em que Vigotski considera a consciência como resultado da relação entre diversas funções psicológicas, critica o estudo da mesma pela análise dos seus elementos constituintes e defende seu estudo de forma dinâmica.

Essa noção da indissociabilidade da relação afeto-cognição no movimento de constituição da consciência remete-nos a sua gênese social. Como já dito anteriormente, para Vigotski, somos, em relação a nós mesmos, um estímulo, da mesma forma como os outros são para nós, estímulos. E o estímulo social tem papel fundamental nesse processo. Só podemos tomar consciência de nós mesmos quando tomamos consciência dos outros. A consciência só pode ser estudada de acordo com a parte da realidade em relação a qual ela se refere e se constituiu, o que significa que essa parte do real remete-se tanto às condições materiais de vida, quanto às relações sociais estabelecidas. Assim, “A vertente individual se constrói como derivada e secundária sobre a base do social e segundo seu exato modelo.” (Vygotsky, 2004, p. 83). E ainda, em outro trabalho:

Paráfrase de Marx: a natureza psicológica da pessoa é o conjunto de relações sociais, transferidas para dentro e que se tornaram funções da personalidade e formas de sua estrutura. Marx: sobre o homem como um genus [espécie], aqui – sobre o indivíduo. (Vigotski, 1929/ 2000, p.27, parênteses nosso).

Porém, essa relação entre o sujeito e o objeto de consciência nunca é direta, mas mediada. A linguagem tem papel fundamental na construção da consciência, já que é o estímulo social prioritário que proporciona sua gênese. Para Vigotski, a consciência proporcionada pelo uso da linguagem e a experiência social aparecem de forma concomitante. Ou seja, a linguagem tem papel fundamental na construção da consciência, tanto do outro, quanto de si (Vygotsky, 2004). A palavra é a unidade de análise da consciência que permite estudá-la sem perder as propriedades do todo do seu objeto (Vigotski, 1934/ 2009). É o elemento que permite estudar de forma concreta a relação entre a consciência e as relações sociais que a originam.

No texto “O problema do ambiente”, Vigotski (1994) relaciona o grau de consciência que a criança tem de uma situação ao grau de compreensão dessa situação, qual o sentido que essa situação assume para ela. Esse sentido terá papel fundamental nos impactos dos eventos ambientais sobre o desenvolvimento. Os sentidos, para o autor, só podem ser construídos através da linguagem. Esta, por sua vez, só pode ser adquirida no contato com um meio onde a linguagem em suas formas superiores é utilizada. Indo além, Vigotski afirma que a linguagem e outras funções superiores, em sua “forma ideal” (ou final), só podem ser adquiridas no contato com pessoas que utilizam esta fala ideal. Nas palavras do próprio autor

Então isto, geralmente, significa que se nós estamos lidando com uma situação na qual a forma ideal não está presente no ambiente, e o que nós temos é uma interação entre várias formas rudimentares, o desenvolvimento resultante tem um caráter extremamente limitado, reduzido e empobrecido (Vigotski, 1994, p. 350).

Disto pode-se concluir que, se a consciência emerge dos significados e este da linguagem, a consciência e a linguagem são processos intimamente ligados, uma vez que é pela linguagem que ocorre a mediação dos significados utilizados na construção dos sentidos.

Assim, no presente estudo, a linguagem torna-se instrumento para acessar a consciência e o sentido dos eventos sociais para os participantes.

2.1.3.1. Consciência e subjetividade

Vigotski, com sua teoria histórico-cultural, pretendia superar a crise pertinente à psicologia e apontar novas direções no sentido de estabelecer um método que permitisse a essa ciência considerar a psique em sua materialidade, tomando a consciência como um dos conceitos centrais em sua obra.

Se a consciência e a psique são consideradas pelo autor em sua materialidade, a subjetividade também ganha novos contornos em seu projeto de psicologia, não como uma subjetividade abstrata e universal, mas também com um caráter material e vinculada à história e à cultura em que as pessoas se inserem. Ainda que o conceito de subjetividade não seja explícito, podemos perceber na obra de Vigotski uma concepção de subjetividade própria aos autores russos da época. Os sujeitos, assim como a consciência, são constituídos no meio social, não entendido como um determinismo social estrito. Não são produtos simples das relações sociais, mas estão imersos nelas (Molon, 2010).

A constituição do sujeito dá-se através da linguagem, ou seja, de forma semiótica e também dialógica, uma vez que é a partir da interação e confronto com o outro que se dá a construção de um eu. É na dialética entre as funções interpsicológicas e intrapsicológicas que a subjetividade é constituída, não se reduzindo a uma delas. Nesse sentido, a subjetividade tem caráter processual e não é algo cristalizado e imutável. “Subjetividade é uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu.” (Molon, 2010, p.120).

É importante destacar que a subjetividade é composta no meio social, meio este entendido como realidade onde os sujeitos se inserem, que se constituem em relações mediadas e concretizadas em um meio histórico e social específico, e não universais e atemporais. Enquanto processualidade e construção, há, na constituição da subjetividade,

espaço para a criatividade e a invenção. É na esfera da subjetividade que se encontram a consciência, o pensamento, o afeto e a vontade, ou seja, a subjetividade e consciência materializam-se em sujeitos concretos, situados em dadas condições e relações sociais, as quais constroem e são construídos por elas.

A subjetividade é o aspecto individual de construção da identidade, que tem como referência o outro social, inserido em um espaço e tempo específico, contemplando tanto aspectos peculiares do desenvolvimento (o que Vigotski denomina de microgênese) quanto aspectos do desenvolvimento global (ontogênese). A ênfase na construção da subjetividade reside na constituição social dos sujeitos, não de forma direta, mas mediada pela linguagem e pela interrelação entre os significados presentes nos diversos meios sociais nos quais os sujeitos se inserem. O conceito de subjetividade é útil nesta dissertação no momento em que permite considerar, na constituição desses, os significados presentes no seu meio social e as implicações desses na construção de sujeitos que vivenciaram a precocidade do trabalho.

2.1.3.2. Consciência e sentido

Vigotski entendia que a consciência de si e do outro era constituída através das relações sociais, mediadas pela linguagem. Neste sentido, pensamento e linguagem são em sua obra conceitos fundamentais para se compreender a constituição humana, sobretudo na ênfase de que os significados se modificavam e se transformavam durante o seu desenvolvimento.

Contudo, para Vigotski, o significado era visto como uma das formas mais estáveis que as palavras assumiam em contextos diversos. Os sentidos é que tomavam para si as particularidades do contexto específico em que a palavra era utilizada. O sentido era uma formação dinâmica, complexa. Segundo Barros, Paula, Pascual, Colaço e Ximenes (2009), para Vigotski, o sentido refere-se a um evento semântico que é constituído nas relações sociais, em que estão presentes diversas formas de signos, onde se faz presente uma

singularização por parte dos sujeitos dentro do contexto histórico-cultural em que se inserem. O significado da palavra, mais estável e universal, ganha amplitude na formação do sentido, porque adquire as várias características do contexto em que está sendo utilizada; ao mesmo tempo, perde em seu caráter de generalização, de abstração, em vista do caráter específico e mais restrito em que a palavra é usada (Vigotski, 1934/ 2009).

Para Barros et al. (2009), o conceito de sentido permite visualizar a significação como dinâmica e complexa. Ao mesmo tempo, ressalta o caráter da produção de sentidos como imerso nas relações e práticas sociais, enfatizando a relação dialética entre a experiência atual e a constituição histórica do mundo psicológico. O sentido é construído nas interações cotidianas e também nas relações com os significados que circulam no meio social. Por isso, os sentidos, apesar de poderem ser vários, serão específicos, pois estão ligados a um contexto. Como a construção cultural humana é aberta, é aí onde o sujeito encontra espaço para constituir, em meio a tantos significados existentes, seu sentido próprio, utilizando deste material inacabado para sua contribuição pessoal à gama de significados existentes (Vigotski, 1934/ 2009).

2.1.4. Vivência

Outro conceito, intrinsecamente relacionado ao de consciência, é o de vivência, que tem um papel central para Vigotski. Ele afirma que a vivência deve ser compreendida como a relação interior do ser humano com um momento da realidade e como intermediária entre a personalidade e o meio (Vigotski, 1933- 1934/ 2006).

Vigotski trata do conceito de vivência como algo que integra todas as características da personalidade e do meio na criança. É uma unidade dinâmica da consciência, unidade que é sua base, diferentemente de elementos, como a atenção (Vigotski, 1933-1934/ 2006), que abrange “as formas como a criança percebe, interpreta e reage emocionalmente a um evento”

(Vigotski, 1994, p. 341). A vivência, enquanto unidade dinâmica da consciência, comporta as mesmas características desta, ou seja, a inter-relação indivisível entre aspectos cognitivos e afetivos. É através da vivência que o ambiente influencia o desenvolvimento, em seus diversos aspectos.

No entanto, em uma vivência, nem todas as características pessoais estão implicadas de uma vez, apenas algumas terão papel decisivo na forma em que a situação é experimentada. O que significa que, em uma situação, diferentes características pessoais podem estar implicadas e, em outra situação, outras características pessoais diferentes da primeira situação estão envolvidas. Eventos diversos produzirão vivências diversas, o que implica em impactos diversos no desenvolvimento da criança. Para Vigotski, o importante era conhecer que características tomam papel central em cada situação vivenciada. Para o autor, o estudo da influência do ambiente no desenvolvimento deve ser relativo, ou seja, considerar o nível de desenvolvimento e consciência da criança em um dado momento, visto que, em diferentes pontos do desenvolvimento, os eventos terão impactos diferentes. O estudo do desenvolvimento deve também considerar as vivências da criança frente a um determinado evento, quais os recursos pessoais que ela tem no momento para compreendê-lo (Vigotski, 1994).

As vivências passam por um processo de reestruturação a cada crise do desenvolvimento. Vigotski identifica crises de desenvolvimento no primeiro ano de vida, no terceiro, no sétimo e no décimo segundo anos, onde há uma brusca mudança de interesses, motivações e desejos. Essas mudanças seriam a parte menos consciente da personalidade – de onde se deduz que, apesar da ênfase de Vigotski na consciência, essa tem também um caráter parcial, ou seja, não podemos ter consciência de todos os aspectos de nosso comportamento, até porque, senão, seria impossível a busca pelo conhecimento, pelo tornar-se humano. Há

uma profunda mudança interior, na forma como a criança relaciona-se com o meio, que determina seu comportamento. (Vigotski, 1933-1934/ 2006).

O mundo subjetivo é constituído pela interação das condições sociais e pela elaboração interna desse meio (como é vivido), que evidencia também o desenvolvimento do eu, configurado pela interação das diversas formas de experiências que constituem o ser humano. Assim, o meio não constitui diretamente esses, mas esse processo ocorre de forma mediada, assumindo as peculiaridades da inter-relação entre diversas experiências (Vigotski, 1933-1934/ 2006).

No mesmo texto, o autor afirma que a criança constrói a consciência por volta dos sete anos. A criança na idade pré-escolar quer bem a si, mas não desenvolveu amor próprio, como sentimento constante e não generaliza as relações com as pessoas ao redor, nem estabelece critérios de valor de si própria. A repetição das experiências afetivas ainda é pontual e ligada à experiência imediata.

A partir deste momento, ela começa a generalizar as experiências emocionais, vividas antes isoladamente em casa situação. Agora ela começa a construir a noção de amor-próprio, que passa a ser constante em termos de se manter relativamente consistente apesar das situações específicas. Vigotski defende que o estudo da criança deve ser feito de forma relacional, a partir da vivência dela da situação. Para ele, a criança é um ser social e, se o seu meio é também social, ela então faz parte deste meio social. O que implica que devem ser estudados os significados a partir da criança, quais os significados dela em relação ao seu contexto. Vigotski afirma ainda que se deve procurar a unidade no estudo dos processos superiores, como, por exemplo, a unidade de pensamento e linguagem, e não fracioná-los em seu estudo. Da mesma forma, a vivência é tida como a unidade da consciência, na qual não se pode distinguir com exatidão o que vem da influência do meio e o que vem da peculiar

formação da criança. A vivência é sempre vivência de um outro ou alguma coisa, porém, cada vivência é pessoal (Vigotski, 1933-1934/ 2006).

Apesar de ser considerada a unidade dinâmica da consciência, o conceito de vivência carece de uma definição e desenvolvimento mais amplos por parte do autor. Podemos atribuir essa lacuna ao próprio fato de Vigotski ter falecido precocemente, e muitos dos aspectos teóricos apontados por ele não puderam ser desenvolvidos em vida, sendo tarefa que ficou a cargo de seus colaboradores. No entanto, deixou pistas, a partir das quais foram retirados alguns elementos e categorias que auxiliarão no olhar sobre o objeto de pesquisa aqui esboçado.

Esses conceitos podem ajudar a compreender as várias trajetórias de vida que se delineiam a partir da vivência do trabalho precoce, que muitas vezes assumem direções tão diversas, mesmo com contextos sociais semelhantes.

Para efeitos da presente dissertação, as vivências serão estudadas a partir de expressões denotadoras de sentido que emergem nas falas dos entrevistados, que tragam em seu bojo como eles concebem e sentem o trabalho que exerceram precocemente, bem como suas condições de vida atuais. Ainda que os participantes sejam adultos e tenham vivenciado diversos processos ao longo da vida, esta pesquisa se debruçou sobre a relação entre trabalho precoce e como este contribuiu para sua constituição, compreendendo que esta não é a única relação constituinte, mas que traz marcas na construção de sua subjetividade.

CAPÍTULO III

MÉTODO: PERCURSOS E DISCURSOS

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na presente dissertação, explicitando quem foram os participantes, a amostra, os instrumentos e as técnicas adotados, os procedimentos e a análise dos dados.

3.1. Opções metodológicas

O estudo da consciência, das vivências em relação ao mundo, das condições de vida, bem como dos sentidos que emergem dessas, suscita exigências epistemológicas e metodológicas que apontam para o uso da metodologia qualitativa, uma vez que os sentidos e as vivências não são definidos a priori pelo mundo externo, nem somente por vicissitudes individuais, mas na interação entre estes dois elementos em suas contradições e seu imbricado processo de construção.

Nesse sentido, é importante destacar que a relação dialógica entre pesquisador e participante é fundamental para o aparecimento dos enunciados e a produção do discurso, que será não uma produção individual e descontextualizada, mas que emerge da intersecção entre o discurso do pesquisador e do entrevistado, relacionada ao contexto da pesquisa e aos papéis em que cada um se situa no momento da interação.

Sendo a proposta desta dissertação *analisar as implicações psicossociais do trabalho precoce em adultos* e de acordo com a fundamentação teórica adotada, a consciência e a vivência são consideradas em sua constituição histórica e social, ligada ao contexto em que os participantes se inserem, considerando suas condições de vida e culturais em que vivem. Assim, para compreender as vivências dos participantes em relação à execução do trabalho precoce e de suas implicações na vida adulta, a noção de práticas discursivas é a ferramenta

escolhida para analisar as implicações do trabalho precoce para a vida adulta dos participantes da pesquisa, uma vez que essas práticas emergem enquanto elemento no qual os sentidos materializam-se, objetivam-se no mundo concreto, trazendo em seu bojo os intertextos, nos quais toda uma configuração das vivências se apresentam e delineiam formas de atuar no mundo.

3.2. Participantes e Contexto

Participaram desta pesquisa adultos que foram trabalhadores precoces, cujos filhos estavam inseridos ou eram egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. A pesquisa foi realizada no município de João Pessoa nos bairros do Cristo Redentor e Rangel. O acesso aos participantes ocorreu a partir do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, que realiza acompanhamentos das famílias de crianças e adolescentes inseridos no PETI, nos bairros supracitados. Este foi o caminho escolhido para acessar os participantes porque houve uma inserção anterior da pesquisadora, como psicóloga, nos referidos centro e bairros, o que proporcionou um conhecimento prévio das famílias da região, facilitando o acesso às mesmas.

Os bairros do Cristo Redentor e do Rangel são compostos por uma população de classes sociais distintas com poderes econômicos diferentes, o que justifica a presença do CRAS na região. O atendimento deste centro dirige-se prioritariamente à população em situação de vulnerabilidade social (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP], 2007), da qual foram oriundos os adultos entrevistados.

3.3. Amostra

Participaram da pesquisa 07 adultos, sendo 6 do sexo feminino e 1 do sexo masculino³. As atividades em que foram inseridos na infância foram o trabalho doméstico, a agricultura e o trabalho informal urbano.

Para delimitar o número de participantes, foi usado o critério de saturação, que se constitui no “conhecimento formado pelo pesquisador, no campo, de que conseguiu compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo” (Minayo, 2008, p. 197-198). Ou seja, o critério de saturação vale-se do conhecimento do pesquisador, que só pode ser adquirido a partir do trabalho de campo, de que as temáticas e aspectos referentes à realidade estudada já foram suficientemente mapeadas e compreendidas, a partir da indicação de repetições dos temas e dos significados nas falas coletadas, e, ao mesmo tempo, do não surgimento de elementos novos ou mesmo singulares que acrescentem informações novas ao estudo, e que, no caso desta dissertação, ocorreu em 7 entrevistas.

Como critérios para a participação na pesquisa, os entrevistados deveriam ser pais ou responsáveis de crianças e adolescentes inseridos ou egressos do PETI. A escolha desse critério deveu-se, a partir dos dados empíricos observados na área, à boa parte destes responsáveis terem sido também trabalhadores precoces, o que está em consonância com o apresentado na literatura (ver Emerson & Souza, 2002 e Kassouf, 2007). Acrescenta-se o fato de serem famílias com as quais a pesquisadora já havia trabalhado e atendido no CRAS, o que facilitou o contato e convite para a entrevista.

Além disso, utilizou-se como critérios: ter iniciado no mundo do trabalho entre os 7 a 11 anos de idade; ter trabalhado por, no mínimo, 5 anos e; situar-se na faixa etária entre os 30 a 50 anos de idade. Estes critérios foram adotados por alguns motivos: a) primeiro, porque a idade entre 7 a 14 anos consistia na idade de escolarização obrigatória, segundo a Lei 5.692

³ Foi realizada mais uma entrevista, contudo, esta mostrou-se inadequada porque o trabalho precoce aparecia na história da participante como uma eventualidade, o que fez com que optássemos pela exclusão da mesma da amostra.

de 11 de agosto de 1971, em seu Art. 20 (Lei 5.692, 1971); b) a adoção do critério de haver exercido atividade de trabalho por pelo menos 5 anos deu-se porque, para investigar as implicações, a duração deste trabalho deve ter ocupado um período significativo de tempo na vida desses participantes, do contrário, as implicações podem não ser tão evidentes, o que dificultaria sua investigação; c) de acordo com os dados empíricos obtidos na área, os adultos que mais se reportavam ao fato de haverem sido trabalhadores precoces - de eventuais prejuízos na vida escolar e profissional, e de expressões de sofrimento com relação a isto - eram os situados entre as faixas dos 30 a 50 anos.

3.4. Técnicas e instrumentos

Para compreender as vivências dentro do trabalho precoce, o contexto em que se desenvolveu e as implicações na vida daqueles que o exerciam, as falas dos entrevistados foram gravadas, posteriormente, transcritas, utilizando-se da entrevista não estruturada ou aberta com elementos da técnica da história de vida.

Minayo (2008) define a entrevista aberta como uma conversa com fins definidos, que possui um roteiro invisível e não há uma pré-definição de problemática na fala dos entrevistados, como ocorre com a entrevista estruturada ou semi-estruturada. A busca é pelos elementos relevantes que permitem aprofundar a entrevista. Esta técnica permite descrever tanto casos individuais, quanto a compreensão das peculiaridades dos grupos sociais e a comparação entre casos.

Thiollent (1982), ao problematizar a técnica da entrevista aberta, traz as contribuições teóricas de Michelat (1977) e Maître (n.d.) para sua caracterização. Segundo o autor, Michelat (1997) afirma que este tipo de entrevista permite que o entrevistado explore o campo de investigação, sendo ele quem trará os aspectos que considera relevantes. Além disso, permite a apreensão de informação de maneira mais profunda. E, para ele, o que é mais profundo é o

que é de ordem afetiva, por ser mais significativo e mais determinante dos comportamentos, do que aquilo que é de ordem intelectual ou racional.

Já Maître (n. d., citado em Thiollent, 1982) procura realizar uma articulação entre o psicológico e o social no estudo dos processos sociais, buscando nas falas tanto o vivido, o afetivo, quanto as culturas e fenômenos sociais. Além disso, para este autor, a entrevista aberta permite ao entrevistador obter o maior conjunto de informações possível sobre o entrevistado do que os outros tipos de entrevista, o que permite ter maiores elementos para a busca de significados nas falas. A entrevista aberta permite também obter um conhecimento não categorizado sobre a experiência do entrevistado. Por fim, a entrevista aberta proporciona, na relação intersubjetiva entre pesquisador e pesquisado, restituir a estes últimos a expressão de seus pontos de vista sobre os eventos que lhe ocorrem, uma vez que eles são os atores da situação estudada.

É através da entrevista aberta que se pode obter narrativas como a história de vida. Este tipo de narrativa tem como objetivo conhecer as experiências dos participantes e a interpretação destas a partir do mundo no qual vive. Assim como a entrevista, na história de vida, o campo da experiência é explorado pelo sujeito e a ênfase reside na riqueza da história pessoal. O entrevistador mantém o participante orientado para o tema de interesse e questiona quando existe a necessidade de aprofundar alguns aspectos (Becker, 1997).

A história de vida mostra-se como uma técnica importante porque permite obter dos participantes as interpretações que fazem de sua experiência, sobretudo em como elas podem explicar o comportamento, qual a visão de mundo que este possui, quais os desafios que enfrenta, e as alternativas de ação percebidas, além de levantar questões a partir do seu ponto de vista. Permite uma visão subjetiva de processos institucionais já estudados e também aproximar-se daqueles que não o foram (Becker, 1997). Minayo (1999) afirma que a história de vida é uma técnica que permite visualizar como a história coletiva perpassa e constitui a

história individual. Ao mesmo tempo, a técnica permite atentar para informações não repetidas, que podem ser importantes para compreender a lógica interna do grupo (Minayo, 2008). Para esta autora, a história de vida é uma técnica muito relevante por permitir a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, como estabelecem vínculos entre experiência pessoal e o contexto social e como lhes dão sentido a partir do presente.

Becker aponta, no entanto, que a contribuição mais relevante da técnica da história de vida é que ela dá sentido à noção de *processo*, uma vez que permite verificar a pertinência da imagem que se tem dos fenômenos, em termos de convergência teórica com os fatos observados. Outro ponto articulado ao anterior e que, sobretudo para este trabalho, torna-se crucial é a possibilidade que a história de vida proporciona de debruçar sobre os eventos de interação na história pessoal, onde novas fronteiras entre a atividade individual e coletiva são produzidas (Becker, 1997).

Bosi (1987), trazendo concepções de Halbwachs (1950), sobre a questão da memória e da lembrança de fatos passados, argumenta que, na história de vida, as relações não se restringem apenas ao mundo interno da pessoa, mas que dentro deste se encontram também as relações interpessoais que ocorrem dentro das instituições sociais. Por isso, a memória toma relevância dentro dos grupos sociais dos quais o participante pertence, amarrando a história pessoal e a coletiva. A linguagem assume papel imprescindível nesta concepção, por ser o “elemento socializador da memória” (p.18). Permite, no mesmo espaço e tempo, reunir as imagens antigas e as atuais.

Neste sentido, a autora atenta também para o fato de que não é possível obter uma lembrança “pura” dos fatos, tal como ocorreram em sua forma inicial: relembrar é re-fazer, com os materiais, as idéias atualmente disponíveis, na nossa consciência, as experiências vividas. A autora afirma que a memória tem o caráter de trabalho, de recriação (Bosi, 1987). Minayo (2008) traz uma concepção semelhante, ao afirmar que a pessoa não apenas conta a

sua vida, mas reflete sobre ela e lhe dá sentido enquanto faz a narração, partindo de seu presente e projetando-o em relação ao futuro.

Bosi (1987), ao citar Bartlett (1932), afirma que a natureza da memória coletiva não deve ser avaliada isoladamente, pois ela se constitui em relação com a experiência do grupo, no qual o participante está inserido, e com a sociedade em que vive. Isso porque se formam universos de discurso e de significado comuns, que é a construção social da memória, e que aparece também nos discursos individuais.

Considerando estes aspectos proporcionados pela entrevista aberta e pela técnica da história de vida, utilizou-se de temas norteadores, com a finalidade de orientar a entrevista de acordo com os objetivos da dissertação. Embora tenha se trabalhado na entrevista com temas, a pesquisadora preparou um roteiro sobre estes (vide Anexo A), a ser utilizado somente quando os participantes apresentavam dificuldades em fazerem narrativas a partir do pedido de falar sobre determinado tema. A utilização do roteiro, em determinados momentos, foi importante para esclarecer, junto aos entrevistados, o tema a ser abordado e facilitar a comunicação e o desenrolar posterior das narrativas.

O roteiro foi dividido em quatro blocos:

- o primeiro bloco enfocou as *condições de vida na infância*, buscando com que emergisse no discurso dos participantes temas sobre a família, infância, condições e acesso a equipamentos sociais;
- o segundo bloco enfocou a questão do *trabalho precoce*, buscando abordar os temas do trabalho precoce, da escolaridade;
- o terceiro bloco enfocou as *condições de vida adulta*, buscando a emergência de temas como a família hoje, o trabalho e o acesso a equipamentos sociais;

- o quarto bloco, *implicações do trabalho precoce para a vida atual*, buscou tematizar, junto aos participantes e na perspectiva destes, se haviam implicações do trabalho desenvolvido quando criança para a vida hoje, em termos de renda, escolaridade, saúde.

3.5. Procedimentos

Inicialmente, foi realizado contato com representantes da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em sua Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES e Coordenação geral dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, para apresentação do projeto, explicitação dos objetivos da pesquisa e dos procedimentos.

Recebendo a anuência da Prefeitura Municipal para a realização da pesquisa a partir do espaço do CRAS, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley, conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, com fins a avaliar a pesquisa em seus aspectos éticos (conforme Anexo B).

Em seguida, foi feito levantamento junto ao CRAS dos dados das famílias que possuíam crianças e adolescentes inseridos no PETI. A partir de então, foram realizadas visitas às famílias, com intuito de proceder a apresentação da pesquisa e, a partir do aceite, a explicitação dos objetivos, dos procedimentos, do sigilo, dos critérios para participação e da possibilidade de interrupção a qualquer momento da participação dos responsáveis, bem como dos usos posteriores do material coletado. Procedeu-se então a assinatura do termo de consentimento (vide Anexo C) para a realização e gravação da entrevista. Todas as entrevistas foram realizadas na residência dos participantes.

As visitas foram realizadas com acompanhamento. Em alguns momentos, com as profissionais do CRAS e, em outros, com extensionistas de um programa de extensão do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência. O referido Núcleo desenvolve atividades de pesquisa e extensão junto a crianças e adolescentes

em situação de risco, incluído as inseridas no PETI e suas famílias, portanto, pessoas que conheciam a área e já exerciam trabalhos com as famílias.

3.6. Análise dos dados

Nesta dissertação, compreende-se que, na perspectiva da Psicologia Social, o lócus da explicação dos fenômenos é deslocado de fatores individuais para as interações, as práticas sociais. A produção de sentidos dá-se no cotidiano das interações, o que faz com que a ênfase dos estudos enfoque os processos e as estruturas da interação humana, e não a fatores de explicação da atribuição de sentidos à realidade do mundo a elementos puramente individuais.

Neste sentido, a perspectiva de análise adotada aqui parte do conceito de práticas discursivas de Spink (2004), que trabalha a partir de três dimensões: *linguagem, história e pessoa*.

Por práticas discursivas, a autora compreende “... a linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (Spink, 2004, p.45). O conceito de práticas discursivas remete-se, portanto, à linguagem como uma prática social, uma vez que, ao utilizar-se dela, se produzem críticas, questionamentos, justificativas, ou seja, o uso da linguagem resulta um posicionamento ante ao interlocutor.

A utilização do termo práticas discursivas em detrimento ao termo discurso refere-se a que o foco da linguagem remete-se às regularidades, à linguagem institucionalizada nos discursos, em que a tendência é a permanência no tempo dos discursos. Esta concepção aproxima-se do que Bakhtin (1995, citado em Spink, 2004) denomina de linguagens sociais, ou seja, discursos que são próprios a um grupo. Ainda que a noção de discurso não desconsidere a diversidade de sua produção no cotidiano pelas pessoas, o seu foco ainda é o da regularidade. O conceito de prática discursiva foca na singularidade, em como os

fenômenos sociais adquirem sentido no cotidiano da linguagem em uso. O que também não significa desconsiderar que as regularidades têm um papel fundamental para a vida em sociedade.

As práticas discursivas compõem-se de três elementos: a) os enunciados, que são orientados por vozes; b) as formas, que são os *speech genres* ou gêneros de fala e; c) os conteúdos, que são os repertórios interpretativos. Os enunciados referem-se à prática social enquanto prática dialógica, que se estabelece entre dois ou mais interlocutores, presentes na interação ou estão presentificados (através de textos, livros, de vozes trazidas ao longo do diálogo ou mesmo presentes no pensamento individual). Utilizando-se da definição de Bakhtin (1994b citado em Spink, 2004), enunciados são definidos como expressões utilizadas em ações contextualizadas e, quando se ligam a idéia de vozes, adquirem status social. As vozes seriam diálogos que se travam entre vários significados possíveis e disponíveis para a produção de um enunciado. Para produzir um enunciado, portanto, o falante usa um sistema de enunciados já preexistente e se coloca em determinada posição em relação ao mesmo.

Os *speech genres* ou gêneros de fala são formas relativamente estáveis de enunciado que procuram ser consoantes com o contexto da interação. Estes se ligam mais especificamente às regularidades lingüísticas que orientam as práticas do cotidiano das pessoas.

Já os repertórios interpretativos se referem às “unidades de construção das práticas discursivas” (Spink, 2004, p.47), e seria o apanhado de termos onde residem as diversas formas e possibilidades das construções discursivas, ou compreensão das ações, dentro de um contexto específico. Os repertórios interpretativos são imprescindíveis para a compreensão tanto das regularidades quanto das singularidades dos discursos, sobretudo essa última, pois permite apreender como repertórios oriundos de diversos discursos se articulam para produzir formas incomuns, gerando argumentos específicos e contradições.

A dimensão da história das práticas discursivas se remete à questão dos contextos de sentidos, onde há o diálogo entre sentidos novos e antigos. A questão do tempo é fundamental para se compreender essa dimensão história. A partir das leituras de vários autores sobre a questão da temporalidade dos discursos, Spink (2004) trabalha com três tempos: o tempo longo, que se refere aos conteúdos culturais que foram tomando forma a partir das configurações sociais e uma época. Ainda que ligados a um contexto específico, esses discursos atravessam o tempo e podem ser revisitados e revigorados em tempos futuros, e chegam ao tempo presente como fragmentos, ou seja, repertórios; o tempo vivido corresponde aos processos de modificação ou ressignificação dos conteúdos do discurso a partir das práticas de socialização que as pessoas experienciam ao longo da vida e nas quais aprendem as linguagens sociais; o tempo curto reporta-se às práticas discursivas que ocorrem nas interações cotidianas, na comunicação direta, em que há uma articulação de repertórios para dar sentido às experiências, e quando a multiplicidade de sentidos se apresenta de forma mais expressiva.

A partir da consideração desses tempos, é que se compreende que a produção de sentidos é um processo social e histórico, o que exige um conhecimento do contexto social e cultural em que ocorre determinado fenômeno.

A dimensão da pessoa emerge nesta concepção como uma negação da dicotomia sujeito-objeto que ocorre no fazer ciência. A noção de pessoa pressupõe que o homem situa-se no diálogo, na relação, o que nega um eu existente a priori, mas o insere em sua constituição na relação com um mundo e com um outro, na intersubjetividade. Neste sentido, a identidade perpassa pelo posicionamento ante os diversos discursos possíveis, aos outros possíveis que estão presentes nos discursos (Spink, 2004).

É importante destacar que dentre as possibilidades de análise suscitadas pelos conceitos e pressupostos apresentados, trabalhou-se nesta dissertação com a identificação e

compreensão dos *repertórios interpretativos*, com o objetivo de analisar junto aos entrevistados suas vivências em relação ao trabalho precoce, as condições de vida na infância e na vida atual e, sobretudo, se identificam implicações e quais os sentidos que emergem de suas falas acerca das implicações do trabalho precoce para a vida adulta.

Considerando estes elementos e pressupostos das práticas discursivas, faz-se necessária a utilização de técnicas de análise que tornem visíveis o uso que é feito dos conteúdos das práticas discursivas. Neste sentido, utilizamos nesta dissertação os *mapas de associação de idéias e as árvores de associações de idéias* propostas por Spink (2004).

Os mapas de associação de idéias possuem como objetivos organizar o processo de análise das práticas discursivas, na busca dos repertórios utilizados pelos participantes e da dialogia que subjaz a construção de sentidos. Assim, busca auxiliar o processo de interpretação e facilitar a explicitação dos passos realizados na análise.

Para a construção dos mapas, o primeiro passo é definir as categorias gerais, que são guiadas pelo objetivo da pesquisa, como forma de visualizar as dimensões teóricas. Os conteúdos são então sistematizados a partir dessas categorias, mas de forma diversa da análise do discurso, uma vez que se preserva a seqüência das falas, e visualiza-se o movimento da dialogia a partir da disposição das falas. Então, as falas são deslocadas para as colunas com as categorias pré-definidas, sem fragmentá-las (Spink, 2004).

Nesta dissertação, para a construção dos mapas, procedeu-se da seguinte forma:

- Transcrição das entrevistas, demarcando elementos das falas como risos, choros, pausas;
- Leitura das entrevistas, para promover um conhecimento da totalidade das mesmas;
- Definição das categorias, segundo as quais, as falas seriam organizadas, de acordo com os objetivos. Estas categorias, para fins de clareza, serão chamadas aqui de categorias empíricas, pois apesar de não terem sido pré-definidas no campo de

pesquisa, são opções definidas pelo pesquisador, sem se constituir, no entanto, em categorias teóricas;

- Em seguida, construíram-se os mapas, que se constituíram em quadros, onde as colunas foram nomeadas com as categorias empíricas definidas, e nas quais o conteúdo das falas foi disposto na coluna correspondente à categoria empírica a qual representava. É importante frisar que as intervenções da pesquisadora também são consideradas na construção do mapa, uma vez que fazem parte da dialogia que compõe o processo das práticas discursivas. Na leitura vertical das colunas, temos os repertórios, enquanto que, na leitura horizontal, aparece a dialogia (vide Anexo D).
- Os repertórios foram agregados em 4 blocos: a) condições objetivas de vida; b) trabalho precoce; c) condições de vida adulta; e d) implicações do trabalho precoce para a vida adulta. Esses blocos foram assim organizados buscando-se contemplar os objetivos da presente investigação, e abordam tanto a história passada dos participantes, na infância, quanto a vida atual, e no último bloco há uma busca de integração, junto aos entrevistados, destes dois tempos.

Após o término da construção dos mapas, procedeu-se a interpretação dos repertórios que emergiram das falas, a partir das categorias empíricas e do referencial teórico adotado (vide Anexo E para exemplo de organização dos repertórios).

Com fins a possibilitar a visualização do fluxo das falas dos participantes, foi utilizada também como técnica de análise as árvores de associação de idéias. As árvores de associação permitem compreender de forma mais clara o encadeamento do discurso do participante, de uma forma resumida, o que facilita compreender a singularidade da produção de sentidos e a dialogia da entrevista. Esta técnica costuma ser utilizada em trechos específicos das

entrevistas, onde se busca compreender a construção do argumento do entrevistado (Spink, 2004).

No caso específico desta dissertação, as árvores construídas referiram-se às falas pertinentes ao bloco da entrevista denominado *implicações do trabalho precoce para a vida adulta*, visto sua importância dentro dos objetivos desta dissertação e também porque permitiu visualizar a argumentação dos participantes sobre a identificação ou não de implicações.

Para a construção das árvores de associação, nesta dissertação, procedeu-se da seguinte forma:

- As árvores iniciaram-se com a pergunta deflagrada pelo pesquisador e terminaram com a conclusão do entrevistado ou mesmo com a realização de uma nova pergunta. Assim, em sua construção, as falas foram resumidas e usaram-se, graficamente, linhas simples para indicar o encadeamento do discurso do participante e linhas duplas para indicar as intervenções do pesquisador (vide Anexo F);
- Posteriormente, as árvores foram descritas e realizou-se a interpretação dos sentidos e da argumentação que emergiram nas falas dos participantes.

CAPÍTULO IV

AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO PRECOCE EM ADULTOS

Neste capítulo, são apresentadas a descrição e a análise dos dados obtidos nas entrevistas com os participantes, nas quais buscamos identificar os sentidos referentes ao trabalho precoce e as implicações do mesmo na vida dos participantes.

4.1. Helena⁴

4.1.1. Contextualização

A sra. Helena tem 36 anos, define-se como de cor branca, tem como escolaridade a segunda série do Ensino Fundamental e mora em uma comunidade popular de João Pessoa. Sua família é oriunda da cidade de Alhandra, interior da Paraíba. Morou na cidade até os 8 anos, quando se mudou com a mãe para João Pessoa, se separando do pai e dos 9 irmãos e foi inserida no trabalho doméstico, na mesma residência onde a mãe trabalhava como lavadeira.

Mora atualmente com os dois filhos e o esposo, sendo que a renda familiar vem do Programa Bolsa Família. Os filhos, que são um adolescente e uma criança, são atendidos pelo PETI. O marido realiza biscates como catador de material reciclável, e Helena faz bicos como faxineira.

4.1.2. Mapas de associação

No bloco **condições objetivas de vida na infância**, as categorias empíricas características, implicações e vivências possibilitaram a emergência de diversos repertórios. Os que foram utilizados pela participante para caracterizar a infância são a *naturalidade*, a *dinâmica familiar*, a *manutenção familiar* e os *equipamentos sociais*. Na categoria implicações, foram agrupados os repertórios *criar-se separada dos irmãos*, *falta de paciência*

⁴ Todos os nomes dos participantes utilizados nesta dissertação são fictícios, a fim de preservar sua identidade.

para estudar. O que emerge na categoria vivência foi expresso nos repertórios *começo da sua história de vida, amor de irmãos só quando convive, estrutura social*.

Na caracterização da infância, ela trata que é *natural* de Alhandra e historiciza a infância em 2 tempos: Quando morava com o pai e a mãe e após o rompimento dos pais. Até os 8 anos, morou com pai e mãe. Na época em que residia com o pai, não trabalhava, não fazia nada, o pai não obrigava a fazer nada, pois era “machão”, e tinham melhores condições de vida: tinham alimentação, vestimentas e podia brincar. Segundo ela, a *dinâmica familiar* foi marcada por um erro que a mãe cometeu com o pai, deixou os dez filhos com ele e foi embora para o Recife, e retornou grávida de outro. O rompimento dos pais e a volta da mãe que levou Helena marcam um novo tempo da infância dela, o que ela vai nominar como o começo da sua história. A partir daqui, tem-se o segundo momento de sua história, quando ela passa a morar com a mãe na casa dos patrões e começa a trabalhar. Helena traz que o que ela e a mãe ganhavam no trabalho permitia a *manutenção familiar*, pois, segundo ela, na época, a moeda era o cruzeiro e ganhavam bem. Ao mesmo tempo, afirma que ela não fazia nada com o que ganhava, uma vez que o dinheiro que ela obtinha no trabalho era dado todo à mãe, de quem ela esperava receber algo, mas só recebia algo da patroa. No seu discurso⁵, também diz que os *equipamentos sociais* e serviços disponíveis ou funcionavam de forma precária, ou mesmo não existiam. Quanto ao acesso a equipamentos de saúde, haviam postos, mas parece pelo discurso que existiam muito mais pela obrigação de existirem, do que pela própria adequação às necessidades da população. Quanto à assistência, essa era inexistente e tudo dependia de ter condições de pagamento. Só teve acesso à escolarização via Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), sendo que só lhe foi possível cursar até a segunda série, no turno da noite. No momento que trata dessa questão, sorri, o que pode indicar que o

⁵ Nesta dissertação, por questões de redação, utilizaremos o termo “discurso” no sentido do conceito de “práticas discursivas” definido por Spink (2004) e já apresentado no capítulo III.

fato de ter sido aluna desse movimento, o MOBRAL, seria motivo de chacota, face à visão corrente acerca do mesmo.

P49 – E nessa época que tu era criança, tinha é, posto de saúde, escola?

H50 – Tinha, tinha até a MOBRAL. Lembra da MOBRAL?

P51 - já ouvi já...

H52 - Pronto! Eu ia pra MOBRAL! [risos]...aí com 8 ano eu fazia mais a MOBRAL, eu num queria tá no colégio de dia, aí meu pai ia lá mais eu, eu estudava durante a noite. Aí eu fiz até a segunda série lá na MOBRAL mulher! Só estudei MOBRAL...(Helena, 36 anos, sexo feminino).

Na sua fala, Helena significa que o ato da sua mãe ao abandonar os filhos trouxe para a família e para ela implicações. A situação de separação da família acarretou o cuidado das crianças por outros, a *criação longe dos irmãos*: “H60 - ...Eh!...gosto de meus irmão, mas lá e eu cá! Mas sabe por quê? Já divido a isso, porque eu num fui criada junto com eles! Aí num tenho amor de irmão não...”. Para Helena, essa separação trouxe uma mudança de vida, sobretudo nas condições e nas atividades que viria a desenvolver a partir de então, incluindo o trabalho e a *falta de paciência para estudar*.

Helena dá sentido a suas vivências da situação familiar como um divisor de águas em sua vida: antes e depois da separação dos pais. Após esta separação, *começa sua história de vida*, segundo ela. Há uma mudança em sua vida, em termos de condições e de relações. Há uma maior dificuldade de obter os meios para sobrevivência, o que contribui para inserção no trabalho, e também não é construída uma relação afetiva com os irmãos, pois, para ela, só há *amor de irmãos quando convive*, e como isso não ocorreu, ela não percebe os irmãos como sendo pessoas de sua família, são sentidos como “estranhos”. A *estrutura social* aparece, sobretudo, mais relacionada aos sentidos que constrói sobre o governo. Para ela, a valorização do trabalhador na época, com a garantia dos direitos, é vivida como sendo melhor que a de

hoje. Assim, significa que o trabalhador era mais respeitado, o que permitia inclusive a sobrevivência com o que ganhava como mostra o trecho abaixo.

H44 - ...Pronto, aí daqui, a minha história de vida começa daqui.

H56 - ...O governo naquela época já era ruim, e agora ficou pior. Eu num acho que melhorou esse governo não. Mas o governo de antigamente era mais, era melhor. O salariado tinha mais respeito, hoje em dia é contado os salariado que tem décimo, é contado esses que tem férias....

No bloco **trabalho precoce**, os repertórios agrupados, assim como no primeiro bloco, contém repertórios que foram organizados a partir das categorias empíricas características, implicações e vivências. Os repertórios usados para caracterizar o trabalho precoce foram a *configuração do trabalho doméstico*, *trabalho como necessidade de sobrevivência*. As implicações são apresentadas pelos seguintes repertórios: *evasão escolar e responsabilidade precoce*. Já o que confere sentido as suas vivências no trabalho emerge nos repertórios *apoio divino*, *marcas do trabalho na memória*, *falta de retribuição da mãe*.

No que concerne às características, podemos observar, a partir dos repertórios trazidos por Helena, que a *configuração do trabalho doméstico* por ela desempenhado quando criança incluía uma diversidade de tarefas a serem realizadas, que ia desde o cuidado com a arrumação da casa, a atividades que liberavam os padrões dos cuidados essenciais com a casa e com os filhos, como cozinhar e tomar conta das crianças. Para Helena, a infância foi marcada e organizada a partir da atividade de trabalho, sem a possibilidade de realização de outras atividades esperadas socialmente para esta etapa vital. A duração da jornada de trabalho era indefinida e as tarefas se estendiam das cinco da manhã até meia noite ou mais, principalmente no cuidado com as crianças. A *necessidade de sobrevivência*, segundo Helena,

é o que levou com que a mãe a inserisse no trabalho. O trabalho garantia o pagamento tanto em alimentação, quanto em dinheiro para suprir as necessidades básicas familiares.

P29 – E...porque é que tu precisou trabalhar quando era criança?

H30 – Prá me manter...que chegou o momento de eu cumê papa d'água e eu num queria...farinha...farinha cum mingau cum açúcar, aquele sem leite...minha mãe fazia...não!!! Eu trabaiava no meio do mundo também...eu só num pegava reciclage, num fazia essas coisa ainda não...mas quando eu morava cum minha mãe era assim...

Quanto às implicações, Helena identifica como repertório a *evasão escolar*, pois, a partir do momento em que se estabeleceu a necessidade do trabalho, se perdeu a escolarização. Identifica que, após isso, não teve nada. A *responsabilidade de forma precoce* é outra implicação identificada por Helena: ela, criança nova, ao invés de ser cuidada, tinha que cuidar de outras três crianças, o que mostra uma incoerência e inadequação de papéis: “P27 – *Era pequenos os meninos?* H28 – [*Sinaliza com a cabeça que sim*]...*e ficava tudo na minha responsabilidade...eu novinha mulé, tomando conta de treis minino...imagina!*”.

Os sentidos que ela constrói para as vivências no trabalho remetem-se a um *apoio divino* ante aos sofrimentos pelos quais passa desde a entrada no trabalho, com os quais não pode lidar sozinha, apenas contando com a ajuda de uma força que esteja além dela e das suas possibilidades de ação, no caso, Deus. Ao mesmo tempo, esses sofrimentos deixaram *marcas do trabalho em sua memória*, ficaram registrados, segundo ela, para sempre, o que expressa em meio a risos. Helena ainda traz como vivência do fato de disponibilizar o que recebia do trabalho, um sentimento de ingratidão, de *falta de retribuição da mãe*, a quem ela tanto apoiou anteriormente: “H44 - *...Aí daí é que é, pegar seu salariozinho assim, e aí oh, “tome mãe”, e num ficava com um centavo...e a mãe hoje em dia num fazer nada pela pessoa? Nam!*”.

No bloco **condições de vida adulta**, agrupou-se os repertórios a partir das categorias empíricas características e vivências. Os repertórios usados para caracterizar a vida atual foram a *entrada dos filhos no PETI, e a manutenção familiar*. Os repertórios que expressam os sentidos que Helena dá às vivências na vida adulta são: *melhor viver de biscates do que ser humilhada, melhor trabalhar do que roubar, exemplo familiar, vida maravilhosa, dificuldade de conseguir trabalho, e a vida como um papel ruim*.

Na caracterização, Helena inicia o discurso narrando como se dá a *entrada dos filhos no PETI*, que ocorre pelo fato de os mesmos irem para as ruas com ela realizar a cata de materiais recicláveis. Aparece em seu discurso as vozes de agentes sociais que inseriram seus filhos no programa, que trazem a concepção do trabalho precoce como prejudicial é corrente, o que contrasta com a concepção de Helena sobre o trabalho, que o vê como menos prejudicial do que roubar. Helena, ao falar da *manutenção familiar*, afirma que tem alimentação, moradia, e considera que o que obtém fazendo “biscates” permite que se alimentem e vistam. Ela relata que, para isso, como estratégias, soma o que recebe do Programa Bolsa Família com os biscates que realiza, paga as contas, e de resto, divide a “feira”, e traz o discurso de que quem é pobre só pode fazer algo se for comprado de forma parcelada. Em termos da obtenção de algum benefício que auxilie na manutenção da família, além do recebido do Programa Bolsa Família, Helena afirma que recebe o benefício que ganha com os biscates, fazendo “lavagens” de roupa e faxina.

P67 – E assim, com o que vocês ganham, o que todo mundo trabalha aqui ganha, dá pra se manter?

H68 – Dá, dá...eu junto com os bicaite com os da bolsa famia, pago a energia, pago o gás e o resto que fica eu... Que o pobre só tem uma coisinha comprano pra pagá de duas veiz, de três. Eu merma faço o que? Duas fera básica, 280, mas pago o que?...de quatro veiz, vou pagano de quatro veiz, fora as carnizinha que vem os bicaite né, um danonim pra um, uma frutinha pra oto...

Quanto às vivências, Helena considera que é *preferível viver fazendo biscates*, mesmo com dificuldades, do que ter um “emprego” – sobretudo no trabalho doméstico – e *ser humilhada*. Para ela, ninguém pode querer “ser mais do que a pessoa”. Helena, em determinado momento da entrevista, se questiona se é “certo” levar os filhos para o trabalho, ao que conclui que não é, mas é *melhor do que deixar os filhos roubarem*. Aponta que para, evitar isso, *o exemplo familiar* que os filhos têm é suficiente, e que eles só aderem a práticas desviantes se assim o quiserem. Apesar das dificuldades, Helena avalia sua *vida atual como maravilhosa*, a despeito *da dificuldade em conseguir trabalho*. Dificuldade que atribui quase como algo mágico, como “feitiço” feito contra ela, uma vez que não consegue encontrar uma explicação para a escassez repentina. No seu discurso, se faz presente a contradição da falta de trabalho com a vida atual, avaliada como maravilhosa. Helena considera, ao mesmo tempo, que sua *vida é um papel ruim*, marcado por muita luta. Podemos dizer que considera uma vida boa porque não é humilhada no trabalho doméstico e ainda tem melhores condições de vida que as da infância, mas, ao mesmo tempo, essa vida ainda é marcada por dificuldades de sobrevivência, o que exige muito esforço de sua parte: “H68 - ...*É muitxa luta minha filha! A minha vida é um papel, num vá querer esse papel pra você não, que esse papel é muito ruim!*”.

Dentro do bloco **implicações do trabalho para a vida adulta**, foram identificados repertórios organizados a partir das categorias empíricas implicações e vivências. No tocante às implicações, aparecem os repertórios *trabalho como impeditivo dos estudos, privação da infância, responsabilidade precoce, trabalho como não trazendo conseqüências para a saúde, apanhar da vida, lembranças do passado, impossibilidade de melhores condições de vida, profissão desejada*. Nos repertórios de sentido associados às vivências, podemos destacar *para ter trabalho precisa de estudos, avaliação negativa do trabalho, história de vida como*

pesadelo, viver feliz como pode, possibilidade de viver no luxo, trabalho precoce não ter relação com a vida atual, sentir bem com a vida atual.

Como implicações, para Helena, o *trabalho, quando criança*, é considerado como *impeditivo dos estudos* e como condição para conseguir um “emprego” melhor, faz com que se veja como “ninguém”, afeta a percepção que tem de si mesma, no sentido de uma desvalorização pessoal e profissional. Acrescenta ainda a impossibilidade de ter boa escolarização, “bom estudo”, com apenas a segunda série. A constatação dessa implicação traz uma mudança na relação com os filhos: pelo fato de sofrer esta implicação, ela insiste, “fica em cima” para que os filhos estudem. Helena expressa muito pesar pelo fato de ter *sido privada de vivenciar sua infância*, não ter desenvolvido as atividades que outras crianças podiam fazer, o que significa como “privação do mundo”. Além disso, apesar de na época ter dez anos e ser uma criança, tinha de ter *responsabilidades precocemente* e estava submetida à vontade dos outros.

No que concerne à saúde, Helena considera que sua saúde é boa e que, até o presente momento, *não sofre conseqüências do trabalho que desenvolveu para a saúde*. E apesar de tanto sofrimento, de tanto *apanhar da vida*, ela afirma que não se tornou uma pessoa má. Essas *lembranças do passado* ainda trazem sofrimento na vida atual, ao serem lembradas. Todo o tempo em que Helena despendeu no trabalho é, para ela, vivido como uma perda, onde não teve retorno do pagamento que recebia pelo trabalho, em termos de condições de vida, nem em termos de estudo e emprego. Isso para ela *impossibilitou que tivesse melhores condições de vida* e pudesse dar um futuro melhor aos filhos. Apesar disso, todo o sofrimento não fez com que perdesse a capacidade *desejar com uma profissão* que exija formação: seu sonho é ser educadora, trabalhar com crianças, ainda que reconheça que, para isso, precisaria ter escolarização. Nesse sentido, não é possível dar às crianças algo que não se teve.

H48 - ...É que nem eu podia dizer a meus filho, hoje eu podia, eu podia ter o que? Uma casa boa, ter investido aqueles meu saláru num banco, mermu no nome dela [da mãe], mais ia ter uma casa boa, ia ter um lugar decente, pra tá criano meus filho, mas hoje em dia eu me encontro com o quê? Mei mundo de ano em vão. Sem um estudo, sem um emprego, morano numa favela, só que, olha aí o que me restou...nam! Esse futuro aí eu dô pros meu fi não! Enquanto eles poder estudar, eles tão estudano!

No tocante às vivências, a escolarização reveste-se de importância para Helena, sendo condicionada à obtenção de emprego, ou seja, *para ter trabalho, precisa ter estudo*. E não é qualquer “estudo” que serve, mas um estudo “bom”, com um mínimo de anos, pois hoje é exigido um nível de aprendizagem que poucos anos de escolarização, como os que ela teve, não podem oferecer. Ela avalia o *trabalho exercido quando criança como negativo* e que pelo fato de não ter vivido seu “momento de criança”, pela responsabilidade que teve de assumir precocemente, conclui que isso “num é vida de ninguém não!” e que sua *história é pautada por tanto sofrimento que remonta a um pesadelo*. Mesmo assim, ela *vive feliz dentro das condições que lhe são possíveis*. Helena considera que sua vida poderia ser diferente, que hoje poderia *viver em melhores condições de vida*, o que denomina “no luxo”. Helena acredita que o *trabalho não tem relação com a vida atual*, mostrando certa dificuldade em estabelecer uma relação entre as dificuldades que aponta, como a falta de estudo e de obtenção de emprego, e o trabalho exercido. A vivência de *se sentir bem com a vida atual* perpassa pela possibilidade de viver sem ser humilhada ou mandada, que para ela são tidas como as piores coisas, que ferem sua dignidade de pessoa e não lhe conferem o respeito pelo qual tanto preza.

P77 – E como é que tu se sente com a tua vida hoje?

H78 – Ah eu me sinto bem! Num vô mintí, eu me sinto bem! De num tá sendo aumilhada por ninguém, de tá sendo mandada...porque a coisa pior do mundo é a pessoa tá sendo gritada, mandada, humilhada, é muito chato isso.

Aqui são finalizados os quatro blocos, contendo os repertórios que expressam os sentidos relacionados às categorias empíricas características, implicações, e vivências. No entanto, para compreender o fluxo do argumento utilizado, da associação das ideias para a construção do sentido, no caso desta dissertação, na construção do sentido das implicações do trabalho precoce para a vida adulta, foram utilizadas aqui as árvores de associação de ideias.

4.1.3. Árvores de Associação

Utilizou-se nesta entrevista dez árvores para abordar as implicações do trabalho precoce para a vida adulta. Na primeira, o fluxo do argumento de Helena vai da constatação de que não teve estudo, não teve nada. Na segunda, Helena constata que atrapalhou e muito, que hoje era para ser “doutora”, alguém que possui estudos e considera que hoje não é ninguém.

Na terceira, afirma que é bem de saúde e até hoje não sofreu conseqüências do trabalho, porém, pondera que não sabe daqui em diante. Em um quarto momento, traz em seu discurso que foi ruim, porque não teve o seu momento de criança, foi privada do que os outros meninos faziam. Na quinta, constrói seu fluxo de idéias questionando-se se isso é história de ninguém e responde em seguida que é um pesadelo. Confirma essa ideia que “tanto apanhou da vida como os outros”, mas que, apesar disso, a vida não a fez ser ruim.

Na sexta, aborda a questão impossibilidade de melhores condições de vida, mas hoje se encontra com “meio mundo de ano em vão”, sem estudo, sem emprego, morando em uma “favela”. Na sétima, sobre o que gostaria de ser em termos profissionais, Helena constrói o argumento de que, se tivesse estudo, gostaria de ser educadora, de trabalhar com crianças de rua

Na oitava, apresenta que a vida poderia ser diferente, poderia estar no “luxo”. Na nona árvore, fala que ter trabalhado na infância não tem relação com a vida hoje. Na décima, discorre sobre como se sente com a vida hoje, ela afirma que se sente bem, de não estar sendo

humilhada por ninguém, de estar sendo mandada, e acrescenta em seguida que a “pior coisa no mundo é ser gritada, mandada”, o que considera muito chato.

Para Helena, o trabalho precoce trouxe implicações negativas para os estudos e para a vida profissional. Contudo, ela não percebe implicações para a saúde, ainda que traga uma incerteza disso com relação ao futuro.

4.1.4. Análises

A necessidade financeira, quando aliada à criação por apenas um dos genitores, sobretudo a mãe, tem sido reportado pela literatura como um dos fatores que contribuem para o trabalho precoce (Alberto, Silva et al., 2006; Kassouf, 2007; Kassouf, 2004a; OIT, 2001), o que é corroborado aqui.

O discurso de Helena encontrado nesta dissertação confirma os achados de Alberto, Santos, Leite, Lima, Paixão e Silva (2009) e Tavares (2002) quanto à configuração do trabalho precoce doméstico como tendo extensas jornadas diárias de trabalho, grandes ritmos de trabalho, indefinição de carga horária.

O discurso de Helena corrobora os dados de autores (Haas, 2003; Kassouf, 2004a, Schwartzman, 2004, Alberto et al, 2005) que identificam as implicações psicossociais do trabalho precoce como a evasão escolar e a responsabilidade precoce.

Na história de Helena, observamos que há uma repetição de parte de sua história: assim como ela foi trabalhadora precoce, seus filhos também o foram, o que confirma aquilo que a literatura aponta de que pais que foram trabalhadores precoces têm maior probabilidade de que seus filhos também o sejam (Kassouf, 2007; Emerson & Souza, 2002), sobretudo porque veem o trabalho como natural e formador (Emerson & Souza, 2002). O discurso de Helena contém as várias vozes da sociedade brasileira. Ela reproduz as práticas discursivas, cujo sentido é o do trabalho precoce como um antídoto a marginalidade. Mas cuja dose só é

aplicável às crianças pobres (Vogel & Mello, 1991, citado em Sousa & Alberto, 2008; Campos & Alverga, 2001).

A subjetividade que emerge dessa vivência de inserção precoce no trabalho, constituída no meio social (Molon, 2010) é a de um sujeito que vê seu passado como um “papel ruim”, pautado no sofrimento, o que é apontado por Sampaio e Ruiz (1996) como sendo umas das implicações que a execução do trabalho precoce pode trazer para os adultos, pela repetição de experiências negativas.

Outras implicações do trabalho precoce para a vida adulta, presentes na literatura e no discurso de Helena, são: não consegue ter um bom trabalho, prejuízos para a formação, inclusive para a identidade (Moura, 1996), e efeitos negativos na renda. De acordo com a literatura, o trabalho precoce pode impedir uma ascensão sócio-econômica daqueles que foram trabalhadores precoces, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social (Mendes, 2004).

Helena também revela no seu discurso os aspectos identificados por Alberto et al. (2005), a perda da infância, do tempo de brincar e dos estudos, que são destinados socialmente aos períodos da infância e adolescência e que as delimitam, não são vivenciados ou o são de forma reduzida, trazendo para os trabalhadores precoces o sentimento de que perdeu uma fase da vida. A questão da responsabilidade precoce é relatada por Sampaio e Ruiz (1996), que afirmam que essa responsabilidade vem acompanhada de um sentimento de desamparo, o que nos parece ser a vivência que emerge no discurso de Helena: além da perda da infância, um sentimento de quem não tem amparo, nem os cuidados da infância, e de quem foi explorado no trabalho.

Helena ainda expressa que sua história é um pesadelo, vendo seu passado de forma negativa. M. A. Moura (1996) identifica que a execução do trabalho precoce pode trazer problemas de identidade futuros, pois há uma incoerência entre o fato de serem crianças e

desempenharem atividades de adultos. Compreendemos que isso parece ocorrer com Helena, tanto que há uma negação de seu passado como sua história pessoal. Apesar dos sofrimentos, a mesma afirma que hoje não é uma pessoa ruim, porque ela conta com o apoio divino nas dificuldades pelas quais passa.

O discurso de Helena quanto ao que desejaria ser confirma o que Alberto (2002) identifica que as vivências de inserção precoce no trabalho podem criar, para aquele que as vivenciou, perspectivas de futuro que se configuram como sendo da ordem do desejo, mas, ao processar a escolha da profissão, ela fica muitas vezes circunscrita as profissões da ordem do real: aquelas palpáveis ante as condições de vida e trabalho. Aqui compreendemos que ser educadora para Helena era algo da ordem do desejo, mas que, diante das condições de vida e do trabalho que lhe foi imposto, tornou-se um sonho distante.

Apesar de identificar em seu discurso implicações do trabalho precoce, Helena não estabelece relação direta entre trabalho precoce e vida adulta, já que ela considera que trabalhou apenas quando criança. Para ela, pareceu ser difícil estabelecer alguma ligação entre passado e futuro na história pessoal. Contudo, o meio social de Helena na infância percebia o trabalho precoce como sendo algo que não trazia danos, inclusive, via-o como formador e positivo, significado esse que aparece no discurso da mesma para formar seu sentido pessoal sobre o trabalho: ela identifica implicações ligadas tanto ao trabalho quanto a sua história familiar, mas ao mesmo tempo o percebe como formador e preventivo da marginalidade, o que se percebe quando utiliza como justificativa para a inserção dos próprios filhos no trabalho. Como a consciência é constituída a partir das relações estabelecidas e das condições sociais (Vygotsky, 2004), os significados presentes no meio social de Helena são utilizados por ela para construir esse sentido acerca do trabalho. Ao mesmo tempo, como a consciência ganha em complexidade ao longo do desenvolvimento (Vigotski, 1933-1934/ 2006; Vigotski, 1934/ 2009), só quando adulta, ela toma consciência das implicações do trabalho precoce.

Essa consciência articula-se aos significados presentes em seu meio sobre o trabalho precoce, formando seu sentido pessoal para o mesmo e fazendo com que se compreenda a aparente contradição entre as implicações do trabalho precoce que identifica em sua vida e a concepção do trabalho como preventivo da marginalidade.

4.2. Laura

4.2.1. Contextualização

Laura é uma mulher de 46 anos, que se auto-define como de cor preta, tem como escolaridade a segunda série do Ensino Fundamental e reside em uma comunidade popular. Nasceu na cidade de Campina Grande, interior do estado da Paraíba, tendo se mudado com a família para a capital, João Pessoa, aos 19 anos. Antes de migrarem para a capital, a família, composta pelos pais e os irmãos, vivia da agricultura e de fretes (entrega de compras de clientes) na feira, além de outras atividades realizadas pelos irmãos, como o trabalho doméstico em casa de terceiros.

Atualmente, ela é casada e reside com o marido, três filhos e um neto. O marido faz bicos de pedreiro, não obtendo renda fixa. Um dos filhos é atendido pelo PETI, sendo os três adolescentes. Laura faz algumas lavagens de roupa como subsistência e recebe o benefício do Programa Bolsa Família, que constitui a maior parte de sua renda. Ainda faz artesanato, mas afirma que não consegue obter renda com a atividade. Mora próximo a outros familiares, e os pais já são falecidos. Os filhos atualmente estudam e auxiliam a mãe em uma barraca de doces e balas que fica na frente da própria residência.

4.2.2. Mapas de associação

No bloco **condições de vida na infância**, as categorias empíricas características, implicações e vivências possibilitaram a organização de vários repertórios. Quanto às características, emergiram no discurso de Laura os repertórios *naturalidade*, *trabalho na*

infância, composição familiar, dinâmica familiar, manutenção familiar, equipamentos sociais. No tocante às implicações, Laura traz como repertórios a *privação da infância e dos brinquedos*. Já em relação às vivências, emergem do discurso de Laura os repertórios *naturalização do trabalho precoce, trabalho infantil doméstico como escapatória ao trabalho na agricultura, valorização dos alimentos ante sua escassez, estudar no MOBREAL ser motivo de chacota*.

No que concerne às características, Laura relata que sua *naturalidade* é de Campina Grande, interior da Paraíba, e cita como atividades desenvolvidas nessa época o *trabalho na infância*. Pode-se perceber, através do discurso de Laura, que as condições de sobrevivência no interior eram precárias, ainda mais considerando a *composição familiar*, com grande quantidade de pessoas na família, que era constituída por onze pessoas, entre os pais e os irmãos. A família possuía uma *dinâmica* em que trabalhavam os pais e os filhos maiores, sendo que estes trabalhavam em outras atividades além da agricultura, como o trabalho doméstico em casa de terceiros. Segundo Laura, no “roçado”, todos tinham de trabalhar, independentemente das outras atividades de trabalho desenvolvidas.

No que concerne à *manutenção familiar*, o que se obtinha no trabalho permitia apenas que se garantissem parte da alimentação para os membros. Não havia condições para obter outros itens de necessidade, e o que parece trazer certo alívio para a situação era a existência de uma “creche” que Laura e os irmãos freqüentavam e que fornecia itens de higiene pessoal e outras atividades para as crianças. Aliado a isso, emerge como estratégia utilizada pela família a substituição dos alimentos indisponíveis pelos que eram acessíveis no momento, como forma de evitar a fome.

Quanto aos *equipamentos sociais*, no caso da escolarização, segundo Laura, os que não podiam pagar estudavam no período noturno e, no diurno, estudavam aqueles que tinham condições de pagar. No que se refere aos equipamentos sociais de saúde, Laura expressa em

seu discurso que, em sua infância, não havia postos de saúde. A prática, na época, era a de recorrer ao farmacêutico. A assistência que ainda havia na época era inacessível à família de Laura porque, além dos locais de recebimento situarem-se muito distantes, a mãe não sabia como chegar aos mesmos. Assim, a família ficava à mercê de doações de vizinhos.

L67 – Num dava pra comprá assim...móvel né, rôpa, calçado, isso num dava não e a gente inda ia pra creche...tinha creche... mas num era que nem essas creche que tem aqui não, as criança né...era que nem o PETI...era que a gente ia a gente ganhava escova de dente, pasta, ganhava rôpa lá tinha passeio a gente ia pro museu...

P68 – E quando faltava alguma coisa assim, vocês faziam o quê?

L69 – Faltava alguma coisa na nossa casa?

P70 – Sim.

L71 – Ah...quando faltava assim alguma coisa prá comer?

P72– É...

L73 – quando não tinha feijão prá colocá no fogo, aí minha mãe colocava batata...no fogo...um jirimum, qualqué coisa...sabe? Aí, a gente não cumia arroz também não...comia farinha, o arroz, tinha arroz no dia de domingo...a gente comia arroz no dia de domingo, durante a semana era só feijão cum farinha, e arroz no domingo...cumia feijão, maxixi, quiabo...e jirimum...(Laura, 46 anos, sexo feminino).

Laura traz em seu discurso como implicações a *privação da infância*, demarcada, sobretudo, pela falta de ter brinquedos e do brincar, o que faz, segundo a entrevistada, com que haja a valorização de tudo: como não teve “nada” na infância, tudo o que pôde obter é vivido como sendo importante e como uma conquista em sua vida.

L105 - ... eu dou valor a tudo, porque eu sei que eu num tô, eu num tive nada quando eu era criança, eu num tive infância, num tive nada...

...no tempo que eu vivi, que a gente queria uma boneca, uma bonequinha!, óia, eu tinha uma boneca que eu achei no lixo na idade, quando eu era pequena achei uma boneca no lixo mas sem os braço...meu irmão pegou um pedaço de pau, fez com uma faquinha dele que agente botava assim, de um lado pro outro, os bracinho da boneca, a bixinha era dura assim, num tinha nem como vestir uma, uma ropinha num tinha...tá entendendo...

No que se refere às vivências, no discurso de Laura, emerge uma *naturalização do trabalho precoce*, no momento em que ela narra que era vivenciado como uma atividade corriqueira na época, e que servia como contribuição ao núcleo familiar, pois trabalhava para a família e não para outras pessoas, portanto, era um dever. Laura narra que a irmã, por trabalhar durante a semana em casa de terceiros como doméstica, ficava livre de trabalhar na agricultura durante este período, o que mostra que ela vivenciava o *trabalho infantil doméstico como escapatória ao trabalho na agricultura*.

A restrição do consumo de determinados tipos de alimentos aos finais de semana conferia ao momento uma *valorização dos alimentos ante sua escassez* por parte das crianças, o que explica o sorriso de Laura ao narrar a situação.

A escolarização disponível à época da infância de Laura era a do MOBREAL (Movimento Nacional de Alfabetização). A inserção no *MOBREAL* é vivida como sendo motivo de *chacota*, uma vez que a condição de estudante do movimento fazia com que fosse discriminada por outros alunos: “L107 - ...agora à noite era que tinha aquele espaço pra gente que num tinha condições de pagá... prá servi de mangaça...ficava só se juntando cum a gente que estudava à noite nera...”

No segundo bloco, **trabalho precoce**, as categorias empíricas características, implicações e vivências trouxeram em seu bojo os seguintes repertórios: em relação às características, emergiram *configuração do trabalho precoce na agricultura, organização do trabalho familiar, motivo de trabalhar, inserção no trabalho na agricultura, dupla jornada de*

trabalho, configuração do trabalho infantil doméstico. Com relação às implicações, aparecem os repertórios *trabalho impede ou dificulta a escolarização e más condições de trabalho.* Enquanto vivências, emergiram do discurso os repertórios *ser feliz por ter os pais, ser enganada pela patroa.*

Neste bloco que aborda o **trabalho precoce**, a categoria características é inicialmente abordada por Laura a partir do repertório *configuração do trabalho na agricultura.* As atividades realizadas eram a de plantar, limpar o mato, carregar água. A jornada de trabalho na agricultura durava cerca de 9 horas de trabalho diário. Laura e os irmãos andavam muito até a chegada no roçado e realizavam as refeições no mesmo espaço de trabalho. Como remuneração, Laura destaca o vestido de Natal, única coisa que ganhava estritamente para si de todo o trabalho que realizava. E reforça que o vestido era de chita.

No que se refere à *organização do trabalho familiar*, não apenas os filhos tinham de realizar mais de uma atividade de trabalho, mas também o pai tinha dupla jornada, ao trabalhar na agricultura e pegando frete na feira. Nesse sentido, o adiantar o serviço no roçado pelas crianças visava agilizar e aumentar a produção. Essa constatação reafirma-se quando Laura narra que o *motivo para trabalhar quando criança* é devido à impossibilidade de pagamento de outros trabalhadores por parte do pai, o que faz com que utilize os filhos no trabalho. Para Laura, sua *inserção no trabalho na agricultura* dá-se quando ela fica maior, ou seja, aos sete anos de idade, pois antes era pequena.

A *dupla jornada de trabalho* de Laura, na agricultura e no trabalho doméstico, multiplica as exigências que lhe são feitas pelas atividades de trabalho, visava a ajuda na sobrevivência familiar. Dessa forma, reduz-se o tempo de trabalho na agricultura, que passa a ser realizado nos finais de semana. Quando ocorre a migração para João Pessoa, Laura passa a trabalhar somente no trabalho doméstico. Quanto à *configuração do trabalho doméstico*, percebemos que é presente o discurso do “brincar com criança”. Essa idéia do “brincar”

aparece mais nitidamente quando é descrita a *configuração* dessa atividade realizada por Laura. Quando da execução do trabalho, percebemos que as tarefas multiplicam-se: adiciona-se o cozinhar, o arrumar.

P32 – E assim, que hora vocês começavam e que hora terminava... o serviço?

L33 – A gente saía de casa de quatro horas da manhã...dependendo né, porque todo ano papai colocava um, fazia um roçado, aí as vezes um era mais perto, outro era mais longe..aí a gente saía de quatro hora chegava de umas sete, oito hora da manhã, aí ficava lá até...quatro hora gente vinha embora pra casa...quatro horas da tarde...a gente tomava café, almoçava tudo lá...lá dentro do roçado tinha um rancho, uma casinha que a gente fazia...de vara, cobre cum...palha...a gente chama o rancho, cozinhava na lenha lá dentro... e fazia lá...era assim...

No que concerne às implicações, a incompatibilidade entre trabalho e estudos, ou seja, a idéia de *o trabalho impedir ou dificultar a escolarização* fica caracterizada no caso de Laura, uma vez que só podia estudar nos meses em que não havia colheita, ou seja, segundo ela, 4 meses no ano. Por isso, Laura passa a estudar a noite no MOBREAL, onde, segundo ela, só dormia devido ao cansaço do trabalho. Ela narra também que se alimentavam do que encontravam no mato durante as horas de trabalho e que se cortavam muito devido às palhas de milho, o que aparece como *más condições de trabalho*. A avaliação do trabalho como ruim, nesse caso, passa diretamente pelas más condições referidas.

L27 - ...a gente só estudava durante o ano 4 meses....todo o ano 4 meses era o que a gente estudava...porque...se botasse roçado aí a gente não podia né...aí uma coisa ou outra... aí a gente tentou estudar a noite...Mas a gente só fazia dormir...porque saía de madrugada pra ir pra o roçado, chegava de seis horas, cinco e meia entrava...aí era a hora de ir pra o colégio aí ficava dormindo lá...[silêncio 6 s]

Em relação às vivências, temos que, para Laura *ser feliz*, é necessária a *presença dos pais*, de seu apoio, e em comparação com hoje, essa perda é maior e mais causadora de sofrimento do que o trabalho no roçado do passado. Adicionado a isso, tem-se a impossibilidade da substituição de alimentos que ocorria em sua infância, hoje tudo precisa ser comprado.

Para Laura, a vivência da entrada no trabalho doméstico foi pautada pelo sentimento de ser *enganada pela patroa*, uma vez que a promessa das brincadeiras com a criança foi substituída pela realização dos serviços domésticos.

L61 – Nove anos...que...ela botava...eu lembro que ela pediu a papai pra mim brincar, ficar na casa dela brincando com o bebê dela, com a criança dela sabe...mas era mentira! Quando chegou lá tinha um banquinho e tudo, que eu num alcançava nem a pia dela que era alta ela botava um banquinho pra mim lavá prato, botá inhamé no fogo...

No bloco **condições de vida adulta**, as categorias empíricas trouxeram os seguintes repertórios: quanto à caracterização, emergiram do discurso da entrevistada os repertórios *manutenção familiar e ocupação que gostaria de ter*. No tocante às vivências, emergiram do discurso de Laura os repertórios *avaliação da vida atual, receio de deixar os filhos para trabalhar, Bolsa Família permite que cuide dos filhos em casa, ocupação dos filhos*.

Quanto à categoria empírica características, Laura inicia seu discurso apresentando o repertório *manutenção família*, que para ela é pautada pela incerteza. Em comparação com a sua infância, parece-lhe ser ainda pior em um ponto: naquela época, a substituição de alimentos permitia que a família sobrevivesse, faltavam outros alimentos, mas não se passava fome.

Laura hoje não possui emprego fixo, realizando apenas trabalhos esporádicos como faxinas e lavagens de roupa e as vendas dos artigos de crochê que faz. Essa situação de

desemprego parece trazer muitas dificuldades de sobrevivência à família, uma vez que o marido também não tem emprego e os filhos são adolescentes e crianças. Neste contexto, o benefício do Programa Bolsa Família é a única renda fixa que a família recebe, e o que permite a manutenção familiar. Quando os recursos são insuficientes, a saída é pedir – não nas ruas, o que parece ser algo humilhante para Laura – a parentes, contanto com a solidariedade de outros. Ela busca outras formas de obter alguma renda: constrói uma barraca de doces, obtida com materiais ganhos em troca de votos durante as eleições, conta com ajuda de parentes.

Laura possui, segundo ela mesma, uma profissão, que é a de artesã, porém, não tem condições para obter renda com o que faz. Nesse sentido, *a ocupação que gostaria de ter*, seu desejo, é possuir um comércio para vender o que produz. Contudo, não tem nem apoio para fazê-lo e, nas condições atuais de vida, não tem como fazê-lo por si mesma.

P102 – E quando falta alguma coisa assim o que vocês fazem prá, prá conseguir o que falta?

L103 – Pedê! Não na rua né, quando falta alguma coisa assim ele [o marido] vai prá casa da irmã dele, de um irmão, a irmã dele mês passado veio me levou pro supermercado, fez feira prá mim...esse sofá aqui mesmo foi a mãe dele que deu à gente...tudo assim. E essa barraquinha aqui [barraquinha de doces em frente de casa] eu fiz, eu fiz cum...primeiro eu fiz ela pedindo na pulitica do ano passado, ganhei os tijolo, ganhei cimento, meu irmão levantou, meu marido cobriu...e é cum o dinheiro do Bolsa Família que eu compro os negócio...bota lá...é deles mesmo, dos meus dois filho...isso aqui...eu compro todo mês...eu compro, assim, compro, pago a luz, compro alguma coisa que tá faltando, compro, compra pipoca, compra bomboins, botá ali dentro...quem sabe daí num cresço, né não?

No tocante às vivências, Laura, em seu discurso, expressa que *avalia que a vida hoje é tida como ruim*, ante a falta de emprego e de condições para o trabalho. Emerge no discurso dela um *receio em deixar os filhos a sós para o trabalho*, receio esse pautado na preocupação com a criação dos filhos na comunidade em que vivem, que é marcada pelo tráfico de drogas.

Desta forma, as amizades constituem um perigo à parte, uma vez que podem levar os filhos a ter contato com as drogas. Como forma de evitar isso, Laura deixa o trabalho e passa a cuidar dos filhos. Assim, o *Bolsa Família permite que cuide dos filhos em casa*, custeando as despesas familiares, visto não poder trabalhar fora de casa, diante deste contexto.

No discurso de Laura, o trabalho reveste-se de um caráter preventivo da marginalidade. Por isso, procura uma *ocupação para os filhos*, inserindo-os no trabalho na barraca de doces, como mais uma medida para evitar que tenha amizades que considera perigosas.

L85 – Hoje?...hoje num é...hoje ainda é ruim né, hoje...eu acho mais ruim...

P86 – Porque?

L87– ah, porque...às vezes a gente tem prá hoje e num tem prá amanhã, num tem de onde tirar, num tem como substituir, antigamente tinha!...pudia falta, faltava carne...oxe! carne era, era luxo! Arroz era luxo, mas ninguém nunca passou um dia sem comer...

No bloco **implicações do trabalho para a vida adulta**, apareceram repertórios que expressavam sentidos organizados nas categorias empíricas implicações e vivências. Quanto à categoria implicações, surgiram os repertórios *trabalho ajuda nos estudos, trabalho familiar como ocupação, trabalho interrompe os estudos, aprendizagem da leitura e escrita como suficiente, trabalho traz vantagem para a saúde, perda da infância traz implicações para a relação com os filhos, não gostar de desperdício, o estudo não mudaria nada, conhecimento de que trabalhar foi bom*. Em relação à categoria vivências, apareceram os seguintes repertórios: *a educação de antigamente como preventiva da marginalidade, não se arrepender do trabalho precoce, gostar de ir à escola, trabalho permite a valorização de tudo, trabalhar traz responsabilidade, educar os filhos para a valorização, trabalhar é melhor para o futuro do que estudar, sentimento de inutilidade*.

No que concerne às implicações, ao ser abordada na entrevista a relação entre trabalho e estudos, para Laura, o *trabalho ajudou nos estudos* porque permite que ela trabalhe hoje e o *trabalho familiar é uma ocupação* que evita que as crianças roubem.

Segundo a entrevistada, para seu pai, a *escolarização servia para a aprendizagem da leitura e escrita*; aprendido isso, já era o *suficiente*. E Laura e os irmãos tiveram de aceitar essa posição.

No que se relaciona às implicações na relação entre trabalho e saúde, Laura vê o *trabalho como trazendo vantagens para a saúde*, uma vez que existem pessoas mais novas que vivem mais doentes do que ela. Para Laura, a *perda de sua infância*, ou seja, o fato de não ter tido brinquedos e alimentos, faz com que ela “passe na cara” dos filhos como foi a própria infância, para fazer com que valorizem o que possuem. Ela afirma que *não gosta de desperdício*, indigna-se com o desperdício dos filhos e usa suas experiências na infância como elemento para educá-los.

Para Laura, os *estudos não mudariam nada*, ou seja, não trariam ascensão econômica, uma vez que o máximo de escolarização que teria acesso seria o ensino básico. Ao mesmo tempo, a *consciência de que o trabalhar foi bom* está presente desde sempre, afirmando que se as crianças trabalhassem hoje, não haveria a prostituição e o uso de drogas corrente entre crianças e adolescentes.

P106 – e assim, se tu não tivesse trabalhado, e pudesse ter estudado mais, hoje tu poderia ganhar melhor?

L107 – Não! Não porque...a gente só ia estudar o básico...tá entendendo? E o que é que você consegue com o estudo básico hoje em dia? Hoje em dia você já num consegue nada, imagina antigamente!

...aí mermo se eu tivesse estudado todo, todos os meus estudo todinho durante a minha infância, eu ia sê a mesma coisa que eu sô hoje em dia...porque eu sei ler, sei escrever...e ia mudar o quê?

Nada!...[silêncio: 5s. Cabisbaixa, triste]

Em relação à categoria vivência, emerge no repertório de Laura que a *educação recebida antigamente poderia evitar a marginalidade hoje*. Por isso, ela *não se arrepende de ter trabalhado precocemente*, uma vez que esta prática evitou que roubasse. Apesar de estudar poucos meses no ano, Laura afirma que *gostava de ir à escola*, de estudar e que aproveitava o que lá era aprendido. O trabalho trouxe, segundo a mesma, a *valorização de tudo*, pois valorizavam o que tinham porque conquistavam com sacrifício. O trabalho traz para a vida adulta *responsabilidade* e Laura tenta *educar os filhos para uma valorização das coisas*, o que, para ela, os filhos não fazem.

De acordo com ela, ter estudado não traria mudanças em sua vida. Ante a essa visão da escolarização, *trabalhar foi melhor para o futuro do que estudar*, já que lhe permitiu ter uma formação e evitou que roubasse. Ela expressa um *sentimento de inutilidade*: apesar do trabalho que realizou durante a infância, a adolescência e que perdura até hoje - de tanto sacrifício - a vida continua sendo difícil. Laura afirma que o que pode deixar de herança para os filhos são os valores da vida.

P114 – e como é que tu se sente com a vida que tu tens hoje?

L115 – Como é que eu me sinto?

P116– Hurum.

L117 – às vezes, inútil, às vezes num me sinto bem não mulhé, porque...é uma vida sacrificada...tanto na infância, quanto na adolescência, e agora adulta...cum os filho continua a merma coisa...mudou o que? Eu num tenho nada...eu continuo sem nada, do mermo jeito que eu era antigamente...trabalhei que só, e hoje em dia eu continuo do mermo jeito, sem nada...só tenho o que? Tenho meus filho...se eu morrer hoje, o que é que eu vou deixá pros meus filho? A única coisa que eu vou deixá pros meus filho é os valores da vida, as coisa que eu ensinei a eles, o que é a vida...[silêncio: 5 seg].

4.2.3. Árvores de associação

Nesta entrevista, foram utilizadas também dez árvores para abordar as implicações do trabalho precoce para a vida adulta. Na primeira árvore de associação, a pesquisadora abordou

o que a entrevistada acha de ter trabalhado quando criança. Laura constrói seu fluxo do discurso realizando uma comparação entre o passado e o presente. Afirmar que atualmente é que não se pode trabalhar na infância e que todas as pessoas têm acesso às escolas públicas, mesmo quem tem condições de pagar, que naquela época a escolarização disponível era o MOBRAL.

Na segunda, a pesquisadora traz para o diálogo a relação entre trabalho e estudos. O fluxo do discurso construído por Laura é de que trabalhar ajudou nos estudos, pois hoje consegue trabalhar. Na terceira árvore, a pesquisadora insiste nessa relação e Laura afirma que só estudou até a segunda série, que nunca estudou um ano completo e que, em determinado mês, tinha de parar os estudos para trabalhar no roçado. Aqui, temos um fluxo do discurso contraditório, composto de várias vozes e da vivência de Laura sobre a escola.

Na quarta árvore, é abordada pela pesquisadora a relação entre trabalho e saúde. Laura afirma que trabalhar trouxe vantagens para sua saúde, pois quando trabalha dá mais valor a tudo, pois tudo o que tem foi conquistado com sacrifício e trabalho.

Na quinta árvore, aparece a relação entre trabalho precoce e a vida hoje, Laura afirma que é “mais ruim” e constrói um fluxo que compara passado e presente. No seu discurso, hoje é pior porque “tem para hoje e não tem para amanhã”, não há como substituir os alimentos, por isso não é boa a vida. Em contraponto, antigamente tinha como substituir, “carne e arroz eram luxo, mas não ficava sem comer”. Na sexta árvore, a pesquisadora insiste nessa relação entre trabalho precoce e vida hoje, Laura utiliza-se de um discurso de que há uma relação porque o trabalho permite que se torne um adulto mais responsável e contrapõe sua infância a de seus filhos. Ela dá valor a tudo, porque não teve infância, trabalhou quando criança. Os filhos não dão valor ao que tem, pois não viveram a época em que ela viveu

Na sétima árvore, na qual a pesquisadora indaga se não tivesse trabalhado e tivesse estudado poderia ter melhor renda hoje, Laura afirma que não, uma vez que só poderia estudar

o básico. Para ela, mesmo que tivesse completado os estudos na infância, seria a mesma coisa que é hoje, uma vez que sabe ler e escrever, e questiona-se se isso mudaria algo. E na sua resposta, ela diz que não mudaria nada.

Na oitava árvore, ao ser abordado pela pesquisadora a possibilidade de a vida ser diferente, Laura questiona se essa possibilidade se refere ao fato de ter estudado, ao que a pesquisadora intervém afirmando que também. Ela afirma que não, que seria pobre do mesmo jeito, estudar não mudaria nada, e que teve “mais futuro” ter trabalhado, pois trabalhava para sobreviver e pra não ter tempo de pensar em pegar nada de ninguém.

Na nona árvore, ao ser questionada, pela pesquisadora, quando tomou conhecimento de que trabalhar foi bom, Laura traz que sempre teve conhecimento disso, sobretudo hoje quando vê as meninas na prostituição e drogas, e que se trabalhassem não teriam tempo de pensar nisso.

Na décima árvore, que se abordou como sente com a vida, todo esse discurso de que foi bom trabalhar quando criança dá lugar a outro tipo de discurso do sentimento. Laura elabora um fluxo que expõe como se sente inútil. Às vezes, não se sente bem, porque a vida é sacrificada, tanto na infância quanto na adolescência e adulta continua a mesma coisa, sem nada como antigamente. Trabalhou muito e continua sem nada, só tem os filhos, e se morrer, só pode lhes deixar os valores da vida.

Portanto, para Laura, trabalhar não trouxe implicações positivas para os estudos, pois consegue trabalhar hoje e se tivesse estudado mais não mudaria a vida profissional hoje. Para ela o trabalho trouxe vantagens com relação à saúde, pois promoveu responsabilidade e valorização do que possui.

4.2.4. Análises

As condições de vida de Laura na infância e a inserção precoce dela e dos irmãos no trabalho confirma o que a literatura traz que a necessidade financeira, desemprego e a falta de

equipamentos institucionais são fatores que impelem as crianças ao trabalho (Kassouf, 2004a; OIT, 2001; Rizzini & Holanda, 1996; Passetti, 2002). Essas condições na infância trazem implicações: a privação da infância e dos brinquedos, o que é confirmado também como implicações do trabalho pela literatura (Alberto et al, 2005).

As relações sociais estabelecidas em sua infância e na vida posterior configuram uma mentalidade e vivência de Laura de naturalização do trabalho precoce, mentalidade que é identificada por diversos autores como sendo corrente e comum no meio social (Campos & Alverga, 2001). Ao mesmo tempo, o trabalho doméstico é visto como uma escapatória ao trabalho na agricultura, o que corrobora ao achados de Rizzini e Fonseca (2002), que, em pesquisa com trabalhadoras domésticas, identifica que as meninas que trabalhavam na agricultura viam o trabalho doméstico como fuga do trabalho na agricultura, e percebiam aquela como sendo uma atividade que causava menos sofrimento e exigências.

A configuração do trabalho na agricultura era pautada pelas exigências físicas da atividade, pelos longos deslocamentos, pelas extensas jornadas e pelas dificuldades de alimentação no trabalho. Alberto, Wanderley et al. (2006) identificam que as crianças e adolescentes trabalhadores na agricultura ficam expostos a muitos riscos, como cortes, contusões, radiação solar, o que emergiu também no discurso de Laura.

A configuração do trabalho doméstico que desempenhou na infância (dupla jornada, diversas tarefas como lavar louça, lavar roupa, limpar a casa, brincar com criança) contemplava as mesmas características mostradas pela literatura como sendo uma forma de desvalorizar a atividade doméstica enquanto tal e disfarçá-la como uma ajuda, negando as exigências da mesma e reservando-lhe baixas remunerações ou mesmo sua inexistência (Tavares, 2002; Alberto et al, 2005).

As implicações do trabalho precoce emergem no discurso de Laura na impossibilidade de estudar, uma vez que a longa jornada de trabalho e as exigências da atividade implicavam

em um cansaço físico que fazia com que Laura e os irmãos dormissem na escola, sendo mais um fator que dificultava a escolarização, o que corrobora os achados de Estrela (2004) e Kassouf (2004b), dentre outros.

Percebemos que a ocupação que Laura gostaria de ter se prende às condições e vida concretas que possui. Nesse sentido, não há um sonho com uma profissão que exija escolarização: ela se detém àquilo que lhe é possível hoje, o que mostra uma perspectiva de futuro ligada à sobrevivência imediata. Diante disso, percebe-se no discurso de Laura o que Alberto (2002) encontra junto às crianças em condição de rua: as perspectivas de futuro se prendem ao que é viável; não ocorrendo, no caso de Laura, a busca por um sonho em termos profissionais.

O discurso de Laura repete a ideologia presente na sociedade brasileira desde o início do século passado e que configurou diversas instituições e práticas sociais, como afirma Passetti (2002) do trabalho como forma de prevenir a marginalidade.

Segundo Vigotski (1934/ 2009), a consciência emerge a partir da necessidade de redirecionar a ação, da resolução de um problema. Compreendemos que a consciência do trabalho precoce como positivo, para Laura, emerge no momento em que há uma problemática social relevante e presente em sua realidade, o que a faz refletir sobre o conhecimento que tem da situação. A solução encontrada é relacionada a sua vivência pessoal e às concepções de trabalho presentes nas relações sociais que estabelece: o trabalho precoce reveste-se de importância e serve de antídoto à essas situações.

A constituição da subjetividade de Laura é perpassada pela visão corrente no seu meio social do trabalho como formador, como desejável. Essa mentalidade é para ela confirmada ante a realidade social na qual se insere. A família de origem aparece como tendo um papel relevante na vida de Laura, tanto que procura reproduzir com os filhos a educação que recebeu dos pais: daí parece decorrer também a visão do trabalho como formador. As

vivências na infância, então, parecem configurar não só os sentidos de Laura sobre o trabalho, mas os próprios valores que tem e, em decorrência, a forma de criar os filhos. Ante a precariedade dos equipamentos de escolarização, o trabalho emerge como um espaço de formação para Laura, já que, naquele momento, não havia outro espaço que lhe fosse acessível, o que parece configurar a constituição de sua subjetividade.

4.3. Clara

4.3.1. Contextualização

Clara tem 31 anos, se auto-define como branca, e mora em uma comunidade popular da cidade de João Pessoa. Estudou até a quinta série do Ensino Fundamental. Sua família é oriunda da mesma comunidade em que reside hoje. Quando criança, morava com o pai, a mãe e os irmãos, contabilizando 6 pessoas. A entrada de Clara no mundo do trabalho deu-se aos 9 anos, quando foi trabalhar na feira, e depois inseriu-se no trabalho doméstico.

Mora atualmente com o esposo e dois filhos, sendo que sobrevivem do benefício do Programa Bolsa Família. Clara trabalhava como doméstica, mas no momento estava sem trabalhar. O marido à época da entrevista estava impedido de trabalhar por problemas cardíacos. Clara ainda possui uma venda de doces em frente de casa, a qual proporciona uma pequena renda para a família.

4.3.2. Mapas de associação

No primeiro bloco, o das **condições de vida na infância**, as categorias empíricas a partir das quais os repertórios que emergem do discurso de Clara foram agrupados foram características e implicações. No que se refere à categoria características, os repertórios que surgiram foram a *origem e dinâmica familiar*, *violência doméstica*, *equipamentos sociais*, *cuidados com a mãe e os irmãos*. No tocante às implicações, aparece no discurso de Clara o repertório *evasão escolar*.

No que se refere às características, a *origem familiar* de Clara é a de uma comunidade popular, comunidade na qual reside até hoje. A *dinâmica familiar* durante a infância, segundo ela, era pautada pelo trabalho da mãe vendendo plantas, no trabalho doméstico e no trabalho na própria casa, enquanto trabalhavam respectivamente no trabalho doméstico e na feira livre. De acordo com Clara, o pai era muito violento e batia nela, na mãe e no irmãos, sendo a dinâmica familiar marcada pela *violência doméstica* por parte do pai, que também não ajudava “nas coisas” em casa.

Clara relatou que a família tinha acesso a *equipamentos sociais* como postos de saúde e escolas. Não recebia qualquer tipo de assistência, nem governamental. A mãe dela precisou passar por muitas cirurgias, vivia muito doente, então o *cuidado com a mãe e os irmãos* é destinado à Clara: “C82 - ...*minha mãe se opero, num tinha tempo, num tinha quem cuidasse dela...eu tomava conta dos meus irmão piqueno, quem tinha de cuidar era eu, aí pronto!...*” (Clara, 31anos, sexo feminino).

Como implicações, a necessidade do trabalho, a entrevistada afirma que teve muitas *reprovações* e faltas na escola, que a fizeram deixar a escola, ou seja, em *evasão escolar*.

C42 - ...aí sempre eu perdia muita prova, era reprovada...porque num tinha tempo de estudá, aí num fui mais estudá não... porque meu pai nunca deu nada a gente aí a gente tinha que trabalhá, eu minha mãe, os minino quando era pequeno também...aí num terminei meus estudo...

No bloco **trabalho precoce**, os repertórios que emergiram do discurso de Clara foram relacionados às categorias empíricas: características, implicações e vivências. No que se refere às características, temos como repertórios as *atividades de trabalho*, *configuração do trabalho na feira*, *configuração do trabalho doméstico*, *motivo da inserção no trabalho*. Como implicações, ela traz em seu discurso o repertório *evasão escolar e dificuldade de obtenção de*

um bom trabalho. Em relação às vivências, a mesma apresenta em seu discurso como repertório *trabalhar para não morrer de fome*.

Com relação às características, Clara narra que trabalhou quando criança em mais de uma *atividade de trabalho*, desde o cuidado com os irmãos até o trabalho doméstico em casa de terceiros. Na *configuração do trabalho na feira*, o que Clara recebia no trabalho utilizava para a sobrevivência da família. A entrada no trabalho, de acordo com ela, deu-se através de vizinhos que conheciam quem precisasse de trabalhadores na feira e que conheciam sua situação.

Com relação à *configuração do trabalho doméstico*, a entrada, segundo ela, deu-se também através da indicação de vizinhos. Ela desenvolvia uma série de atividades como limpar casa, lavar roupa, que a faziam ser responsável pela manutenção da casa como um todo, além de cuidar dos irmãos e da mãe. Narra ainda que começou a trabalhar aos nove anos de idade e nunca mais parou.

Clara aponta que o *motivo da inserção no trabalho* ocorre pela necessidade financeira familiar, aliado ao fato de apenas a mãe manter a família. É importante destacar que, antes mesmo da entrada no trabalho na feira, Clara e o irmão já pediam esmolas, pois precisavam ajudar a família; a entrada no trabalho é o passo seguinte.

P15 – Ai tua fazia o que quando tu era criança?

C16 – Eu? Eu trabalha na feira, ajudava os povo a vender as coisas, vendia planta mas minha mãe...trabalhava em casa de família tomando conta de minino, tomava conta dos meus irmão quando minha mãe ia trabalhá que num tinha quem tomasse...

No que se refere às implicações, emerge no discurso de Clara a *evasão escolar*. As exigências do trabalho fora e do cuidado com os irmãos em casa impediam que pudesse ir à

escola e estudar em casa, o que fazia com que repetisse de ano. Clara identifica que a impossibilidade de estudar traz consigo uma *dificuldade de ter um bom trabalho*.

C42 - ...aí sempre eu perdia muita prova, era reprovada...porque num tinha tempo de estudá, aí num fui mais estudá não...

P53 - E o que é que tu acha de ter trabalhado quando criança?

C54 - Eu acho que...assim...num tem muita vantagem não...porque você perde muitas coisa, seus estudo...muita coisa...aí é isso que eu digo...estragou muito né...porque hoje eu podia ter meu estudo, ter um trabalho bom, num tenho...

Ela traz como vivência desta situação de trabalho que é preciso *trabalhar para não morrer de fome*, pois a sobrevivência assim o exige. Mesmo com essas dificuldades, é preciso levar a vida, da maneira que lhe é possível: “*C54 - ...mas de todo jeito a pessoa tem de trabalhá, que ninguém vai morrê de fome, nem deixá os outro morrê...e assim a gente tem que levar a vida...*”.

No bloco **condições de vida adulta**, os repertórios que emergiram foram agrupados nas categorias empíricas características, implicações e vivências. Quanto à categoria características, apareceram os repertórios *manutenção e dinâmica familiar hoje, profissão que desejaria exercer*. Com relação às implicações, temos os repertórios *relacionamento com os filhos e o que faltou para ter a profissão desejada*. Já as vivências em relação à vida adulta foram expressas nos repertórios *depreciação do trabalho doméstico, Bolsa Família como salvação*.

Como características, em relação à *manutenção familiar*, Clara aponta que trabalha em qualquer atividade que consegue, como lavagens de roupa, trabalho doméstico na casa de terceiros. Afirma que trabalhou até recentemente, durante sete meses, mas que saiu do

trabalho, o que dificulta a manutenção da família. O motivo da saída do trabalho foi maus-tratos da patroa em relação à Clara.

A *dinâmica familiar* de Clara hoje é marcada pela impossibilidade do marido trabalhar e pelas dificuldades em criar os filhos. Ante a isso, a família organizou um pequeno negócio e balas e doces para tentar se sustentar. Ao ser abordado sobre o que *desejaria de ser em termos de profissão*, Clara afirma que gostaria de ser zeladora, o que ela aponta como um sonho. “C74 - ...que a gente botou esse negocinho aqui [estante com balas, doces dentro de casa] pra viver a vida...[aumenta o tom de voz] não tão boa né! Que também num dá quase nada...mas...pra quem num tinha nada já um dinheirin, é muita coisa...”.

Para Clara, o trabalho trouxe implicações para o *relacionamento com os filhos* no momento em que, em comparação com as suas condições na infância, os filhos podem ter o que ela não teve, sobretudo, quanto ao estudo. Ela faz questão de mostrar aos filhos, como tentativa de que eles valorizem os estudos, que as dificuldades que vivencia no trabalho hoje, para ela, são decorrentes de não poder ter estudado e ter outra profissão, o que a obriga a hoje ser “piniqueira”, um termo pejorativo para designar as trabalhadoras domésticas.

Ao ponderar sobre o que *faltou para ter a profissão desejada*, no caso, a de zeladora, Clara afirma que faltou estudo. Ou seja, o estudo é valorizado mesmo nessas condições. Indica ainda que faltou conhecimento, ou seja, contatos, pessoas que a ajudem na inserção neste tipo de trabalho, uma vez que nunca trabalhou nesses lugares.

C66 -...como eu digo a eles, “vocês tem do bom e do melhor agora como pobre, mas...vocês tem coisa que eu nunca tive”...mas nenhum quer dar valor né?...hoje eu tenho de ser “piniqueira”...porque num tenho estudo...tenho de tá sendo xingada de um e de outro, porque...tem muita gente que tem xingado...digo pra eles direto...eu digo a eles, “eu boto vocês no colégio, estude, que hoje em dia só tem alguma coisa quem tem estudo, quem num tem num tem nada, tem só de ser xingado e passá o dia tirano grude dos outro, só isso, mais nada...”...digo pra eles direto...

No que concerne às vivências, todas as dificuldades pelas quais Clara passou e todas as humilhações, a baixa remuneração e as exigências do trabalho a fazem *depreciar o trabalho doméstico*. Neste sentido, ela vivencia o trabalho doméstico como ruim e se pudesse escolher seria a única profissão que não exerceria.

No que se refere ao *Bolsa Família como salvação*, percebe-se que, para ela, esse benefício é vivenciado como de extrema importância, já que é fundamental para a manutenção da família, visto que atualmente todos estão desempregados, e a única renda que possuem é a da barraca de doces, que é insuficiente para a manutenção dos membros. “C70 - ...Menos de casa de família, porque você trabalha muito, ganha pouco e é muito xingada...sei que eu preciso, mas pra ser humilhada tanto, não...”. “C74 - ...pronto a salvação é o bolsa família...”.

No bloco **implicações para a vida adulta**, os repertórios que emergiram do discurso de Clara foram organizados a partir das categorias empíricas implicações e vivências. Com relação às implicações, emergem os repertórios *trabalho precoce atrapalhou os estudos e dificulta obter trabalho hoje, trabalho trouxe desvantagem para a saúde, implicações para a relação com os filhos*. Já com relação às vivências, os repertórios que apareceram no discurso dela foram *vida hoje melhor que antigamente, valorização dos estudos como elemento de ascensão econômica, vida seria diferente se tivesse o apoio paterno, não se sentir bem com a vida hoje*.

Enquanto implicações do trabalho precoce, Clara identifica que o *trabalho atrapalhou os estudos* e que, por isso, tem *dificuldades de conseguir trabalho hoje*. O fato de ter trabalhado dificultou a vida, uma vez que, para ela, mesmo procurando emprego, o estudo que possui não é suficiente para a obtenção de um trabalho.

Clara identifica ainda que o *trabalho lhe trouxe desvantagens para a saúde*, uma vez que mesmo sendo muito nova, sente-se muito cansada. As dificuldades que Clara tem em

conseguir emprego por não ter escolarização suficiente e as próprias condições de sua infância trazem *implicações para a relação com os filhos*: isso faz com que insista em mostrar a vida que teve e tem aos mesmos, justificando a insistência para que eles permaneçam nos estudos.

P47 – e tu acha que trabalhar quando criança assim, ajudou ou atrapalhou teus estudos?

C48– atrapalhou...

P49 – porque?

C50 – Tá porque eu num tinha tempo de estudar...num tinha tempo de estudar, num terminei os estudo e hoje em dia pra arrumar um trabalho tem que você ter um estudo...se num tiver estudo você num arruma...currículo eu já botei em muitos canto, mas meu grau de estudo é muito pouco...pro que eles tão pedindo agora...aí pronto...aí sem estudo num vai a lugar nenhum não...hoje em dia tem de ter estudo pra mó de um trabalho bom...sem estudo...

Como vivências, Clara avalia que a *vida de hoje é melhor que a de antigamente*, que mudou totalmente. Ela acredita que a vida poderia estar ainda melhor se tivesse estudado. Essa *valorização dos estudos como elemento de ascensão econômica* confirma-se no modo como reforça a necessidade dos estudos junto aos filhos, e também no momento em que Clara afirma que se tivesse estudado mais, poderia ter um trabalho melhor hoje e oferecer coisas melhores aos filhos, já que poderia possuir uma renda melhor.

Para ela, a vida seria diferente se o *pai lhe tivesse dado apoio*. Ainda que a vida atual seja melhor que a de antigamente, ela não se sente muito bem com a vida de hoje. Por isso, apesar da vida não ser boa, de *não se sentir bem com a vida hoje*, essa tem de ser levada adiante.

P79 – e tua vida podia ter sido diferente?

C80 – podia...

P81 – Como assim?

C82 – Podia melhorá mais um poco...podia melhorá mais um pôco...se meu pai fosse uma pessoa boa, pra os filho, ajudasse mais, me apoiasse no meu estudo, me desse alguma coisa, ele nunca deu nada a gente de cume, ele só fazia batê, batê, batê na gente, só isso... agente pedia esmola pra gente cumê...

4.3.3. Árvores de associação

Utilizou-se nesta entrevista sete árvores para abordar as implicações do trabalho precoce para a vida adulta. Na primeira árvore, aparece a relação entre trabalho e estudo. Clara afirma que o trabalho atrapalhou os estudos. Na segunda, aparece a relação entre trabalho e saúde. Ela afirma que o trabalho precoce trouxe-lhe desvantagens, pois se encontra cheia de problemas, com desvio da coluna, e que se sente muito cansada desde que começou a trabalhar, pois começou muito cedo e teve de trabalhar até hoje. Na terceira, aborda o que acha de ter trabalhado quando criança, seu discurso é que não teve vantagem, porque ela perdeu muitas coisas, sobretudo o estudo, e que “estraga muito”.

Na quarta, comenta acerca da vida hoje, Clara contrapõe dois discursos: um relacionado a ela mesma e outro aos filhos. Ela afirma que, em comparação com a vida de antes, melhorou “cem por cento”, que seria melhor se tivesse seus estudos, pois estaria em um bom trabalho; hoje tem de ser “piniqueira” porque não tem estudo, por isso sofre xingamentos. Em relação aos filhos, ela afirma que eles têm coisas que ela não teve, mas nenhum deles dá valor, e que diz aos mesmos que estudem, pois só tem algo quem tem estudo.

Na quinta, aborda que se não tivesse trabalhado e tivesse estudado a vida poderia ser melhor, porque teria um trabalho mais digno, podendo dar “coisa melhor aos filhos”; contudo, não pode porque não teve estudo e não teve trabalho.

Na sexta árvore, a pesquisadora aborda a possibilidade de a vida ser diferente. Laura trata a questão em duas vertentes: ela afirma que a vida poderia melhorar se seu pai tivesse ajudado os filhos, se a apoiasse em seus estudos. No entanto, a vida foi diferente, ele nunca deu nada à família, foi perdendo os estudos e não estudou mais. Na sétima, retoma a vida

hoje. Ela afirma que não se sente tão bem, mas é preciso “levar” a vida, e questiona o que se pode fazer.

Percebemos então, que para Clara o trabalho precoce trouxe implicações para o estudo, no sentido da evasão escolar; trouxe desvantagens para a saúde e dificultou a obtenção de um trabalho melhor hoje, afetando as condições de vida dos filhos.

4.3.4. Análises

No discurso de Clara, encontram-se presentes os mesmos aspectos encontrados por Kassouf (2007) e Alberto, Wanderley et al. (2006) em seus estudos, de que um único genitor responsável pela família, aliado às necessidades financeiras, são fatores que contribuem para a entrada de crianças no trabalho (Alberto et al., 2005; Kassouf, 2004a; OIT, 2001).

Em seu discurso, também revela a sua inserção durante a infância em diversas atividades de trabalho, com destaques para o trabalho na feira e o trabalho doméstico. A inserção em ambas as atividades deu-se através de contatos de vizinhos e de donos de banca de feira, o que corrobora o que Alberto et al. (2005) e Alberto, Silva et al.(2006) denominam de rede de relações que oportuniza a entrada no trabalho precoce.

Confirmam-se aqui os achados de Kassouf (2004a) e Schwartzman (2004), dentre outros, de que o trabalho precoce culmina muitas vezes em evasão escolar e distorção sériedade. O aspecto mais marcante a se destacar no discurso de Clara e que corrobora os achados desses autores é que eles estudaram crianças, e Clara é uma mulher adulta, com 31 anos de idade, mas com a vida na infância muito parecida com a das crianças trabalhadoras precoces de hoje.

O trabalho precoce atrapalhou os estudos (Lopes, Souza & Pontili, 2008; Emerson & Souza, 2002; Beegle, Dehejia & Gatti, 2005) e promoveu outras implicações como a dificuldade de obter um bom trabalho na vida adulta. Essa constatação de Clara vai ao encontro do que autores como Lopes, Souza e Pontili (2008), Emerson e Souza (2002) e

Beegle, Dehejia e Gatti (2005) constatam: quanto mais cedo se começa a trabalhar, menor a escolaridade, o que tem impacto negativo na renda. Compreendemos aqui que a renda é consequência da impossibilidade de obtenção de um trabalho com melhores condições.

Essa idéia do trabalho precoce como tendo impacto negativo na renda ganha força quando Clara discursa sobre a condição de vida atual e a manutenção familiar. Hoje está sem trabalho, mas, mesmo quando trabalha, é como doméstica, profissão que trabalhou quando criança, atividade que possui baixa remuneração, porém, a única que é possível ante sua baixa escolaridade. Como o marido está impedido de trabalhar por motivo de doença, a única saída que a família encontra é a venda de doces. Neste contexto, o Bolsa Família é vivenciado como a salvação, o que mantém a família.

A situação de trabalho na infância parece trazer implicações para a relação com os filhos, já que não pôde estudar, e como os filhos hoje estudam, há uma cobrança para que se esforcem, e há o uso do exemplo pessoal por parte de Clara para mostrar a importância do estudo para os filhos.

A profissão desejada é ligada às condições atuais que possui, baseada na sua situação concreta de baixa escolaridade, sem vislumbrar uma possibilidade de profissão que exija formação e que lhe proporcionasse uma ascensão econômica, o que corrobora os achados de Alberto (2002) sobre a perspectivas de futuro em trabalhadores precoces.

Clara identifica em seu discurso implicações do trabalho precoce na vida adulta, através da relação entre trabalho precoce e saúde. Esses dados corroboram os de Kassouf (2000) e Rosati e Straub (2006), que encontraram em seus estudos que as pessoas que foram trabalhadoras precoces reportam maiores problemas de saúde em comparação com adultos que não foram trabalhadores precoces.

Esses aspectos do discurso de Clara apresentam as práticas do cotidiano da sociedade brasileira, cuja cultura naturaliza o trabalho infantil ao longo da história. Práticas discursivas

que revelam sentidos construídos nas interações sociais, nos contextos vivenciados por ela com a família, com os vizinhos, com a comunidade, na sociedade que concebe que o lugar da criança pobre é trabalhando, ajudando a manter a família, mesmo que isso a afaste ou a retire da escola. De uma cultura cujo fato de ter trabalhado precocemente tem implicações na vida adulta, engendrando um processo de subjetivação em um sujeito que se concebe como “piniqueira”, mas que paradoxalmente avalia que sua vida é melhor do que antes.

O discurso de Clara relaciona as condições que teve, os maus-tratos do pai, as condições de vida difíceis que impeliram ao trabalho precoce e a impossibilidade do estudo às dificuldades da vida hoje, afirmando que a realidade é que tem de ser enfrentada. Percebemos que a consciência dela a respeito de uma vida melhor hoje advém de uma retomada histórica de sua vida, relacionando condições e trabalho precoce, o que condiz com o que Vigotski (Vigotski, 1933-1934/ 2006) afirma que a consciência sempre se remete a um fragmento da realidade, e de que ela advém das condições e relações sociais (Vygotsky, 2004). As condições de vida de Clara hoje lhe remetem a essa consciência; sendo que o trabalho precoce assumiu para ela um sentido negativo, tanto que, a partir dessa consciência, ela busca educar os filhos no sentido de investir na educação para condições de vida diversas das atuais.

4.4. Glória

4.4.1. Contextualização

Glória tem quarenta anos, define-se como de cor parda e estudou até a quinta série do Ensino Fundamental. É natural da cidade de Souza, interior da Paraíba. Diante do alcoolismo dos pais, da falta de cuidado que tinham com os filhos e da violência doméstica, Glória passa a ser cuidada pela avó. Quando ela faz dez anos de idade, a avó a deixa na casa de um tio de Glória, para trabalhar como doméstica enquanto a esposa dele trabalhava. Aos dezesseis anos, descobre então que está grávida e passa a viver com o pai da criança, mas, após algum tempo,

separa-se do mesmo. Vai para São Paulo com o filho, onde se casa novamente e tem uma filha. O marido é assassinado e ela trabalha por algum tempo em uma limpadora. Casa-se com o terceiro marido, com o qual tem um filho e volta a morar na Paraíba, onde reside até hoje. Mantém contato com a antiga patroa, da época de infância, e hoje vivem do trabalho do marido, que é pedreiro, e do aluguel de uma casa que construíram, e Glória não trabalha atualmente. Os filhos são egressos do PETI, sendo que Glória não recebe mais o benefício do Programa Bolsa Família. O filho mais velho participa do Programa Projovem Urbano, no qual se inseriu após uma breve estadia em São Paulo, para onde foi com o objetivo de trabalhar.

4.4.2. Mapas de associação

No primeiro bloco, **condições de vida na infância**, os repertórios expressos no discurso de Glória foram agrupados a partir das categorias características, implicações e vivências. No que se refere à características, aparecem os repertórios *naturalidade, violência doméstica e negligência por parte dos pais biológicos, a avó quem decidiu a ida para a casa da esposa do tio, manutenção da família, ficar na casa da tia para ajudar, equipamentos sociais*. No que concerne às implicações, emerge o repertório *só estudou porque morava na casa da esposa do tio*. Em relação às vivências, Glória traz como repertórios *violência doméstica por parte do pai e terror, agradecimento por ficar na casa do tio*.

No primeiro bloco, **condições de vida na infância**, os repertórios expressos no discurso de Glória foram agrupados a partir das categorias empíricas características, implicações e vivências. No que se refere à características, aparecem os repertórios *naturalidade, violência doméstica e negligência por parte dos pais biológicos, manutenção da família, ficar na casa da tia para ajudar, equipamentos sociais*. No que concerne às implicações, emerge o repertório *só estudou porque morava na casa da esposa do tio*. Em relação às vivências, Glória traz como repertórios *violência doméstica por parte do pai e terror, agradecimento por ficar na casa do tio*.

Em termos de *manutenção da família*, Glória narra que a manutenção era possível devido ao bom trabalho do tio e de sua esposa. Esta por sua vez não mantinha nenhuma empregada doméstica, pois acreditava que não sabiam nada. Para Glória, ela *fica na casa do tio para ajudar*. A inserção na casa do tio, em sua visão, trouxe-lhe implicações positivas, pois acredita que estudou porque se afastou dos pais que não cuidavam dela e dos irmãos. O acesso a *equipamentos sociais* era dificultado pela distância dos mesmos, o que fazia com que Glória tivesse de usar o ônibus, condição que Glória não possuía.

G48 - ...quando eu via meu pai minha filha, eu já ficava...sabe, meu pai era desses grosseiro, pegava a pessoa batia...ai quando eu via meu pai...já ficava me mijando todinha, tu acredita? Quando ele vinha em cima de mim...mas...pra mim ainda foi um alívio eu ter saído da casa dos meus pais, quando meu pai bebia minha filha num podia vê ele beber que me mijava todinha, porque ele pegava pra valer mermo...tá entendendo? Pegava prá valer mermo, ele era...danado meu pai...as filha ficava...(Glória, 40 anos, sexo feminino).

No que concerne às implicações, emerge o repertório *só estudou porque morava na casa da esposa do tio*. Segundo Glória, seus pais não cuidavam dos filhos. Isso a faz narrar que só pôde estudar até a quinta série porque morava na casa dos tios; de outro modo dificilmente poderia ter chegado a este nível de estudo: “*G48 - ...eu acho que também eu só cheguei a quinta série porque também morava lá...*”.

No que concerne às vivências, Glória traz como repertórios *violência doméstica por parte do pai e terror, agradecimento por ficar na casa do tio*. Glória narra que, na época em que morava com os pais biológicos, o pai agredia muito os filhos. Ela vivenciada essa situação com terror. Nesse sentido, para ela, a saída da casa dos pais foi vivenciada como um alívio, e ante a violência doméstica que sofria, Glória mostra-se *muito agradecida à esposa do tio por ficar em sua casa*, visto que permitiu que saísse do contexto da família de origem: “*G48 - ...ai eu fiquei na casa do meu tio, e agradei muito a ela...*”.

No segundo bloco, referente ao **trabalho precoce**, os repertórios foram organizados a partir das categorias empíricas características, implicações e vivências. Nas características do trabalho, temos os repertórios *atividades desenvolvidas*, *pagamento pelo trabalho*, *jornada diária*, *exigência da esposa do tio*. Como implicações, emerge enquanto repertório no discurso de Glória que, pelo fato de trabalhar durante o dia, *ia à escola no período noturno*. Com relação às vivências, os repertórios que foram expressos no discurso de Glória foram *confiança da esposa do tio no serviço*, *ninguém queria trabalhar com a esposa do tio*, *não gostar do controle de horários*, *motivo de permanecer na casa do tio*.

Quanto às características, as *atividades desenvolvidas* por Glória referiam-se, sobretudo, ao cuidado com a criança e a arrumação da casa. O *pagamento pelo trabalho* era feito através da moradia e alimentação e através do que a esposa do tio lhe dava em termos de roupa e calçados. Apesar de considerar uma ajuda e não um trabalho, Glória narra que tinha horários a serem seguidos, tinha uma *jornada diária*. Além disso, havia a *exigência da esposa do tio* e fiscalização do serviço. “G32 – *O que é que era que eu...eu ficava olhando o minino, aí limpava a casa, que ela deixava a comida pronta já...mas eu cuidava mais do minino...*”.

No que concerne às implicações, a exigência do trabalho a ser desenvolvido durante o dia, realizando as atividades para que a esposa do tio pudesse trabalhar, fazia com que *o único período em que Glória podia estudar era o noturno*: “C32 -...de noite que eu ia pra escola...”.

Enquanto vivências, Glória narra em seu discurso que não tinha *confiança por parte da esposa do tio na execução do serviço*, principalmente em algumas atividades, como a de cozinhar. Glória surpreende-se com o fato de *ninguém querer trabalhar com a esposa do tio*, pelo fato de ser muito exigente, sendo que, quando aborda essa questão ela sorri. Ela expressa que *não gostava do controle da patroa em relação ao horário* para início das atividades, e que permaneceu na casa do tio porque a avó a deixou lá, e os pais biológicos não tinham condições de cuidar dela. Ou seja, o *motivo de permanência na casa do tio* se deveu ao fato

de não ter outras alternativas de sobrevivência. Contudo, isso não lhe impediu de vivenciar algumas situações como sendo ruins, mormente a exigência da esposa do tio com relação às atividades que desenvolvia.

G48 -sabe eu num gostava dessa parte não...ela dizia que tinha de acordar no horário que botá pra despertá pra fazê as coisa...e aí eu fiquei né, porque meus pais era...bebia muito e tal, sabe...o negócio é que ela...a mulhé do meu tio era umas pessoa assim exigente...

No bloco **condições de vida adulta**, os repertórios foram organizados nas categorias empíricas características e em vivências. No que se refere às características, emergiram os repertórios *composição familiar, manutenção familiar, relação atual com a esposa do tio, acesso a equipamentos sociais*. Com relação às vivências, surgiram do discurso de Glória os repertórios *o sonho de ter aluguel, gostaria de trabalhar mas não tem emprego, valorização da moradia, autonomia nas tarefas de casa*.

No tocante às **condições de vida adulta**, em suas características, Glória afirma que *a família atualmente é composta* por 5 pessoas: ela, o marido e os três filhos. Podemos perceber no discurso dela que existem dificuldades na *manutenção familiar* hoje. Ela não consegue mais trabalho e quem trabalha na família é o marido, tendo muitos descontos no salário, devido a encargos trabalhistas, por isso, a família precisa buscar outros meios para a sobrevivência. Um deles é o aluguel. A redução do benefício do Programa Bolsa Família obriga Glória e os familiares a buscarem as estratégias de sobrevivência já descritas.

A relação atual de Glória com a esposa do tio, antiga patroa durante a infância, é a da ajuda: pede favores, recebe presentes. Quanto aos equipamentos sociais, ela narra que existe o acesso a escolas e posto de saúde, ainda que estes estejam mal-cuidados.

G12 - ...a gente fez essa casa aqui, mas desde que viemos de São Paulo que passamos um tempo lá né, aí eu confiei Carlos pra lá um tempo [o filho mais velho], foi que a gente conseguiu assim fazer essa casa, mas ainda tá em obra...a gente subiu pra cá porque as coisa foi piorano, a situação, ter cuidado com as coisa, sabe, aí subimos pra cá, cê vê, ainda como tá feia, aí...pra mó de ganhar um dinheirinho aí em baixo, que num tava dando o que ele ganha pra pagá as conta...aí temos que ficá aqui até...melhorá um pouco...e depois ele pretende descer, ficá lá embaixo, que ele tem problema de pele assim, sabe, pode nem ficá nessa...foi até internado, até incostado com o problema de pele que ele tem...pode nem ficá assim, mas é o jeito...desde que eu cheguei de São Paulo, em o que, uns nove ano, que a gente mexe aqui nessa casa...duas firma mandou meu marido já embora, né, e aí tem o dinheiro essas firma...aí uma parte num precisa nem se preocupar tanto, né?

No que se refere às vivências, Glória afirma que ter *uma casa para poder alugar é um dos seus sonhos*. Apesar de ainda não estar terminada e ser feita com materiais de segunda mão, já pode morar na casa nova que construiu, para alugar a antiga, o que afirma entre risos. Para ela, lembrar o que passou traz lembranças tristes, mas que, apesar disso, as “coisas boas” estão acontecendo, mesmo que com muita luta. Ela *gostaria de trabalhar se tivesse emprego*, mas afirma que não há mais possibilidade de trabalho, pois ninguém lhe dá.

Mesmo a comunidade em que mora sendo vista como violenta e pobre, o que é *valorizado para ela é ter uma moradia*, não importa onde. Ela valoriza também o fato de ter *autonomia na execução das tarefas domésticas*, que realiza quando e da forma que quiser.

G56 - ... passei por tanta coisa menina, que a gente fica lembrando, lembrando, fica assim, num tem jeito não...tem gente que diz assim: “num dá nem pra acreditá”...que um dia eu tia tá assim, sabe? No meu canto...apesar do local tudo assim, num em nada a ver sabe, o importante é que é seu, você acorda a hora que quer, sabe? Você faz as tarefas de casa quando quer fazê, quando tá mais disposta, pra fazê...né? num tem aquele negócio de as pessoas cobrar, né? Cobrar, né? Então a minha realização maior né agora pouco foi ter essa, né...

No bloco **implicações do trabalho para a vida adulta**, os repertórios expressos por Glória foram organizados nas categorias empíricas implicações e vivências. Quanto às implicações, Glória aponta o repertório *abandono dos estudos*. No tocante às vivências, os repertórios que emergiram foram *vida de hoje melhor que a de antes, a vida não poderia ser diferente, se sente bem com a vida de hoje*.

Para Glória, no bloco **implicações para a vida adulta**, aparece enquanto implicação que o *abandono dos estudos* deu-se porque decidiu ir embora e deixou de vez a escola, o que condiz com sua concepção de que se não tivesse ido para a casa do tio, não teria estudado.

P41 – e assim, ter ajudado nessa época na casa dela, atrapalhou ou ajudou teus estudos?

G42 – não...meus estudo eu que, que ficou meio assim sabe, as coisa, né, eu decidi ir embora e larguei, ela [a tia] me botava pra escola na marra sabe, muitas vez aí ela ia atrás de mim, vê se eu tava estudano mermo, sabe, ela era impossível também, sabe...

Com relação às vivências, para Glória, em comparação com outros momentos de sua vida, *hoje é melhor*, ainda que ela ainda esteja construindo sua história e não esteja concluída. Para ela, a sua história familiar, a situação dos pais e a decorrente negligência com relação aos filhos fazem com que, para ela, *sua vida não pudesse ser diferente*. A mudança vem com o fato de os irmãos terem encontrado pessoas que quiseram casar com eles, o que inclusive parece remeter a certa consciência de Glória em relação a isso no momento em que reflete sobre este fato. O riso de Glória, neste momento, parece marcar essa tomada de consciência.

Glória *sente-se bem com a vida hoje* e essa avaliação é feita a partir do relacionamento com o filho mais velho e com o marido. Mesmo com os perigos da comunidade em que vive, o filho não lhe traz problemas, o que para ela parece ser vivenciado como uma questão que lhe traz alívio.

P69 – e quando tu tomou conhecimento assim...de que tua vida não podia ter sido diferente, ia ser assim?

G74 – porque assim...né...pai e mãe bebendo...né...aí quem quiser levá uma filha deles a sério?...acho muito raro aparecê alguém que quisesse...porque minha mãe era cachaça assim pra ficá assim né...eles ficava bagunçano no meio da rua, né...é...brigano mermo, esculambano...só bebia prá...brigá... Ai é lamentável, mai...eu acho que ninguém assim, vendo os pais daquele jeito, quem gostaria de levá alguma filha deles? Eu acho difícil...alguém querê levá a sério...

4.4.3. Árvores de associação

Assim como nos discursos dos outros participantes, as Árvores de Associação possibilitou-nos visualizar o percurso do discurso de forma mais nítida entre trabalho precoce e vida adulta. Na primeira árvore, ao abordar a relação do trabalho precoce com os estudos, o fluxo do discurso de Glória é direcionado no sentido de que não atrapalhou os estudos, ela foi quem decidiu ir embora e abandoná-los. Na segunda árvore, o fluxo do trabalho precoce para a vida hoje é apresentada como sendo melhor do que antes. Na terceira árvore, a pesquisadora introduz a questão do que gostaria de ser em termos profissionais, Glória diz que está realizando o que deseja, mas contraditoriamente complementa que gostaria de trabalhar, embora não haja condições, pois as pessoas não dão mais emprego.

Na quarta árvore, quando a pesquisadora aborda se sua vida poderia ser diferente, Glória elabora um fluxo que retorna a realidade vivida e diz que não, pois os pais gostavam de beber e não cuidavam dela e dos irmãos.

Portanto, para Glória, o trabalho precoce implicou na possibilidade de ter estudos, e não trouxe implicações para a saúde.

4.4.4. Análises

As suas condições de vida na infância assemelham-se ao retratado na literatura que aponta que em famílias onde as crianças e adolescentes vivenciam situações de violência, a inserção no trabalho dá-se como forma de manter-se após a fuga do meio familiar onde ocorre a violência (Alberto, 2002; W. Moura, 1996).

A inserção precoce no trabalho na casa do tio assume as mesmas características do que foi identificado na literatura (Alberto et al., 2005) sobre trabalho precoce doméstico, “ajuda”. Essa denominação do trabalho doméstico como ajuda, sobretudo em casa de parentes, encontra respaldo na literatura: que muitas meninas são inseridas em casa de parentes para trabalharem como domésticas como forma de obter melhores condições de vida e de equipamentos sociais, sendo que a denominação ajuda costuma ocultar a demanda de trabalho das crianças e adolescentes, descaracterizá-lo enquanto tal, o que provoca baixas remunerações ou mesmo a remuneração através de gêneros (Tavares, 2002; Alberto et al., 2005). O pagamento era feito através de alimentação, calçados e presentes que a tia lhe dava.

Embora a frequência a escola acontecesse em horário noturno, demonstrando que o cotidiano de Glória era organizado a partir do trabalho, ficando as outras atividades em segundo plano, inclusive os estudos, a escolarização só foi possível ante a ida para a casa da tia, já que na família de origem ela não vislumbrava essa possibilidade, devido às condições e à dinâmica de violência familiar. Como essa situação de violência era vivenciada com medo e terror por Glória, a ida para a casa da tia reveste-se de um sentido de agradecimento pela possibilidade de sair deste contexto. Contudo, compreendemos que o preço pela acolhida foi outra negação de direitos, agora via trabalho precoce.

O trabalho desenvolvido por Glória tinha como tarefas o cuidado com a criança e com a casa. Apesar de ser considerado, por Glória, como uma ajuda, havia exigências de horários e tempo para o cumprimento das tarefas por parte da tia. Esta situação nos faz compreender que a atividade tida como ajuda por Glória, na verdade constituía-se como um trabalho com exigências de eficiência, horários e tarefas a serem cumpridas. Esta indefinição da relação de trabalho é reportada por autores como Tavares (2002), Moreira e Stengel (2003) com forma de invisibilidade do trabalho doméstico e de negação de suas demandas, o que culmina na

ausência de ou baixa remuneração e exploração da mão-de-obra das crianças e adolescentes que o executam.

Identifica-se que diferentemente de Helena e Clara, Glória e Laura não concebem que o trabalho precoce teve implicações para seus estudos. Percebe-se assim que umas consideram positivo e outras negativo. A maneira como este trabalho é significado pelos trabalhadores precoces pode apresentar variações, sentido desde uma forma mais positiva, até como sofrível e gerador de diversas carências afetivas e conflitos (Martinez, 2001).

No caso de Glória, o trabalho assume tanto uma forma positiva, por permitir a fuga de situações de violência, quanto negativa, pelas exigências da patroa e impossibilidade de autonomia. A vivência do trabalho oscila entre fragmentos de um passado sofrível na família de origem, as oportunidades que se abrem no trabalho doméstico, e a exploração no mesmo. Contudo, observa-se que, para Glória, poucas eram alternativas de vida possíveis ante suas condições, o que implicou que, para abandonar uma forma de violência, foi preciso se submeter a outra: a do trabalho precoce, o que revela a ausência do Estado, naquele momento, de prover ações de proteção para ela e outras alternativas de vida. Essa situação traz para ela uma indefinição do trabalho que desenvolveu enquanto tal, sendo que a consciência da exploração no trabalho não aparece de forma clara.

4.5. Vera

4.5.1. Contextualização

Vera tem 45 anos, se auto-define como de cor morena, nunca estudou e mora em uma comunidade popular da cidade de João Pessoa. Mora com mais seis filhos e o marido. Ela é dona-de-casa e o marido faz bicos no Centro Paraibano de Abastecimento e Serviços Agrícolas (CEASA), local onde existe uma feira de hortifrutigranjeiros. A família vive basicamente do benefício recebido do Programa Bolsa Família e da ajuda recebida de outras

pessoas. Hoje duas das filhas são participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Na infância, Vera morava com a mãe e mais seis irmãos, em outra comunidade popular de cidade de João Pessoa, de onde se mudou para o lugar de moradia atual. Trabalhou na infância no trabalho doméstico em sua própria casa e na CEASA, sobretudo juntando restos de verduras e frutas da feira.

4.5.2. Mapas de associação

No bloco **condições de vida na infância**, os repertórios que emergiram do discurso de Vera foram organizados nas categorias empíricas características, implicações e vivências. No que se refere às características, apareceram os repertórios *origem e composição familiar*, *dinâmica familiar*, *manutenção familiar*, *equipamentos sociais*, *não ter moradia*. Como implicações aparecem no discurso de Vera os repertórios *não ter acesso à escolarização*, *adoecimento dela e dos irmãos*, *não ter lazer nem brinquedos*. Enquanto vivências, Vera traz em seu discurso os repertórios *não dar desgosto à mãe*, *a vida quando criança não foi boa*.

Em relação às características, Vera inicia seu discurso situando a *origem familiar*. Ela narra que, durante sua infância, a família morava em uma comunidade popular chamada Paulo Afonso, em João Pessoa, que ela denomina como “favela”. Depois a família ganhou uma casa, através de uma deputada, no bairro do Grotão, onde moraram por 8 anos, até a venda da casa e a mudança para o Rangel, bairro onde vive até hoje. A *composição familiar* era formada pela mãe, que mantinha a casa, e por mais sete filhos incluindo Vera. A mãe matinha a família sozinha, pois já havia se separado do pai de Vera há muitos anos.

A *dinâmica familiar* girava em torno da mãe de Vera, que era quem trabalhava para alimentar os filhos e quem os criou. Segundo Vera, ela foi pai e mãe, já que não foi criada com o pai. Quando os filhos cresceram e ficaram adolescentes, inseriram-se no trabalho fora de casa também, como forma de auxiliar na manutenção da família. Assim, a irmã de Vera

entrou no trabalho doméstico e o irmão pegava frete na feira. Vera narra que, quando chegava a tarde, ela e os irmãos não tinham tempo de brincar, comparando-se com a vida das crianças de hoje; a esse horário já iam dormir, pois não havia acesso a nenhum meio de comunicação ou alguma forma de lazer.

Essas dificuldades aparecem também em relação à *manutenção familiar*. Vera traz em seu discurso que o que a família conseguia com o trabalho só dava para a alimentação, e mesmo assim não permitia se alimentar bem, mas foram sobrevivendo como podiam, com a ajuda de outras pessoas. Para complementar a renda, os filhos trabalhavam também, sobretudo o mais velho, na feira. Quando a mãe adoeceu, a irmã de Vera também foi em busca de trabalho, no caso, o doméstico e, em seguida, Vera passou a buscar alimentos na CEASA.

Quanto aos *equipamentos sociais*, Vera narra que, na época de sua infância, não havia equipamentos de saúde próximos ao local de residência. Quando alguém adoecia, recorriam aos grandes hospitais, que ficavam muito distantes do local de moradia. Vera relata que uma de suas irmãs faleceu por falta de socorro médico. A família não tinha nenhum tipo de assistência, o único auxílio que receberam foi a casa doada. Vera ainda relata que a família passou muito tempo *sem ter moradia*. Quando residiam no Paulo Afonso, a casa era feita de palha, e depois quando foram morar no bairro do Geisel, a casa era de taipa. Ao ganharem a casa no bairro do Grotão, esta era de alvenaria; contudo ao se mudarem para o Rangel, a casa era de papelão, o que trazia transtornos em época de chuvas.

P39 – E assim quando faltava as coisa em casa, que é que cês faziam?

V40 – a gente ia pedir...ia pedir ajuda...a gente ia pedir...nóis saía, nois saía pedindo e o povo dava...era...e chegava em casa assim quando a gente via nossa mãe cum fome, desmaiano de fome, que hoje em dia agente, todo mundo ajuda, a maioria ajuda, e naquele tempo não, minha mãe era sentada numa cadera quando eu via ela já desmaiano de fome eu saía correno ia, eu tinha que arranjà, pidia numa venda, pidia num mercadinho, pidia numa fêra, e tinha que chegá em casa cum aquela cumida pra ela cumê, pra ela num morrê de fome...naquele tempo era assim porque ela num tinha emprego, só

era a gente mermo...e agente num dexava não, quando via ela passano mal mermo, sabia que era fome...a gente saía correno e arranjava mermo...ajuda a gente pidia ajuda assim, mas pra ter ajuda na nossa casa, ninguém, ninguém, ninguém... (Vera, 45 anos, sexo feminino).

Como implicações, Vera traz que, de toda a família, ela é a única que *não teve acesso à escolarização*, e não sabe ler, pois os irmãos estudaram só depois de crescerem, porque não havia colégios próximos ao local de moradia, o que tornava a ida à escola algo perigoso. Só ia para o colégio quem tinha posses. Por outro lado, Vera traz que a sua mãe também nunca pensou no estudo, já que ela também nunca estudou, pois a avó não inseriu sua mãe no colégio, uma vez que ela trabalhava no engenho cortando cana.

Vera narra também que a falta de condições de moradia e de dormida fez com que *ela e os irmãos adoecessem* de uma verminose, fato que ela atesta trazendo a voz do médico que os atendeu na ocasião de um internamento, já que, segundo ele, se dormissem no chão, voltariam a ser internados no hospital.

Vera apresenta em seu discurso que ela e os irmãos *não tinham lazer nem brinquedos* quando eram crianças. Ela e os irmãos não possuíam amigos, pois a mãe não deixava, nem tinham condições de terem brinquedos, o que a mãe buscava compensar fazendo bonecas de pano para as filhas.

V60 – eu num tinha lazê não...eu num tinha...eu pra acabá, eu nunca ganhei uma buneca...nunca tive uma buneca! Porque quando eu via assim, eu num tinha amiga, minha mãe num dexava a gente tê amiga não...não, tinha não...porque todas criança tinha direito a tê uma amiguinha pra brincá, essas coisa né, mas a gente, a gente num tinha condições de comprá uma boneca...quando eu ira pra rua a pé cum a minha mãe, pra pidi ajuda, a gente passava naquelas loja, via aquelas buneca, a minha mãe dizia que eu chorava demais...eu cum nove ano eu chorava de me acabá, que meu sonho era tê uma buneca...e ela nuca tinha condições de comprá uma buneca, tinha não...o que ela fazia pra gente era buneca de pano...ela fazia cada buneca...era...aí eu tinha um zelo tão grande pur aquela

buneca...tinha...meus irmão nunca ganho um carrinho prá brincá, uma bola? Eles nunca ganhô...de jeito nenhum...a vida da gente era assim...nunca tive lazê não...

Quanto às vivências, Vera narra que, apesar de não ter sido criada com o pai, ela e os irmãos *nunca causaram desgosto a mãe*, pois todos se tornaram pessoas honestas. Apesar disso, Vera avalia que *a vida quando era criança não foi boa*, pois não tinham emprego. “V30 -...meus irmão sofreu demais também...sofreu..pra arranjá alguma coisa, mas nunca peguemo o que é dos outro...não!...a gente foi criado desse jeito...o que eu tenho prá dizê, porque a vida da pessoa, da gente num foi boa não...”.

No bloco **trabalho precoce**, os repertórios que emergiram do discurso de Vera foram organizados nas categorias empíricas características, implicações e vivências. Quanto à características, temos os repertórios *ajuda na CEASA, configuração do trabalho doméstico*. Em relação às implicações, emergiu o repertório *porque não estudou, não pode trabalhar hoje*. No tocante às vivências, temos os repertórios *trabalhava para não morrer de fome, trabalhar não foi bom*.

Vera traz como características que, quando tinha 12 anos, *ajudava as pessoas que vendiam na feira, na CEASA* e em troca recebia como pagamento os alimentos e verduras para auxiliar na alimentação da família. O local era distante da sua casa e a jornada durava o dia todo, nas quartas-feiras. No entanto, a ajuda na CEASA não foi a única nem a primeira atividade de trabalho de Vera. Antes disso, aos dez anos, ela já realizava *trabalho doméstico, que se configurava no trabalho em casa*, carregando água para a mãe levar roupas para terceiros, atividade que, segundo ela, exigia muito esforço físico. Ela ajudava também na entrega das roupas que a mãe lavava aos clientes. Ela precisava também buscar lenha para a mãe cozinhar para a família, já que não tinham condições de comprar botijões de gás. Então, ela e o irmão saíam de casa em busca de lenha. Além dessas atividades, ela também lavava a louça de casa, o que fazia em uma lagoa. Ela descreve o cotidiano da realização dessas

atividades e conclui que, ao seu término, já era de noite, ou seja, hora de dormir, de onde concluímos que Vera não tinha tempo de realizar outras atividades.

P61 – E aí tu já começava o dia trabalhando?

F62 – e durmia trabalhano...

P63 – e começava com o que?

F64 – eu cumeçava butano água...

P65 - ah começava pela água...

F66 – pela água...quando terminava de botá água, aí dizia: “Vera”, e eu: “oi, senhora!”, “num tem lenha não minha filha, pra cozinha...” “...perai eu vou eu arrumo agora..”, aí eu e meu irmão pegava o carro de mão, a gente ia pra dentro dos mato, caçá lenha, catava quenga de côco, aí botava, quando chegava em casa, aí..”Vera!”..digo: “oi! Senhora!”...”lavá os prato!”, aí botava uma bacia de prato, botava os prato dentro da bacia e ia lavá na lagoa...pra que pra num gastá água de casa muito...aí descia pra lavá na lagoa...eu e meu irmão...aí lavava aqueles prato tudin na lagoa, dexava enxugá, botava dentro, botava na cabeça e subia a ladêra...quando eu chega em casa já era hora de que? De durmi...

Como implicações, temos como repertório que emergiu do discurso de Vera *porque não estudou, não pode trabalhar*. Para ela, como não estudou quando criança, hoje só pode trabalhar como doméstica, cuja atividade está muito difícil de conseguir. Se for em outra profissão, não pode trabalhar, porque não tem estudo.

V76 -...porque num tenho meu istudo, quero trabalhá, só se for em casa de família...outra que hoje até em casa de família tá difícil de ter...isso se for pra trabalhá em colégio, em alguma coisa assim num posso, num posso mais trabalhá...porque? Hoje em dia pra, pra..pegá um pessoa pra trabalhá tem que ter istudo...se num tiver num trabalha...né de jeito nenhum...

Quanto às vivências, Vera traz que *precisava trabalhar, procurar lenha para cozinhar; se não fosse assim, a família morreria de fome*, sem ter outra forma de cozinhar os alimentos. Ela narra que seu sofrimento na realização destas atividades diminuiu quando se mudou do bairro do Grotão, pois nesse período já tinham como obter botijões de gás e água da rede pública. Vera fala que, para a mãe dela, o trabalho que ela exerceu foi bom, ajudar foi importante, mas para ela *trabalhar não foi bom*, sobretudo pela perda dos estudos.

P75 – E assim o que que a senhora acha de ter trabalhado quando criança?

F76 – quer dizê...trabalhei pra minha mãe...foi uma coisa importante né? Ajudei ela assim, acho que é uma coisa importante, mais num foi pra mim num foi bom porque num tenho meu istudo, quero trabalhá, só se for em casa de família...

No bloco **condições de vida adulta**, os repertórios que aparecem no discurso de Vera foram organizados a partir das categorias empíricas características, implicações e vivências. Em relação às características, temos os repertórios *manutenção familiar, as filhas são conformadas*. No que se refere às implicações, emergiu do discurso de Vera o *estresse pela falta de condições*. Como vivências que emergem da fala de Vera os repertórios *não inserir as filhas no trabalho, se conformar com o que Deus dá, Bolsa Família é uma ajuda mas prefere emprego, incerteza em relação ao futuro*.

Quanto às características, Vera apresenta a *manutenção familiar*. Vera narra que hoje trabalha em casa, já que não consegue trabalho. O que mantém a família é o benefício do Programa Bolsa Família, que é muito pouco para manter os filhos. Vera expressa muita preocupação com o futuro, pois os filhos estão crescendo e ela não consegue trabalho para mantê-los. O marido está desempregado há algum tempo, e faz bicos na CEASA. A família passa por diversas dificuldades, como não ter condições de pagar o uso da água e de energia elétrica, e conta com a ajuda da mãe para poder utilizar esses serviços. A casa em que moram

foi cedida por um amigo da família, porque não tiveram condições de pagar aluguel, na condição de quando houver condições, pagar a casa.

Para manter a família conta com diversas formas de ajuda: recebem ajuda dos profissionais do PETI em termos de alimentação, vestimentas e, às vezes, trabalho; pedem ajuda no rádio, para conseguir material de construção e até mesmo cirurgias. Além disso, Vera realiza cata de material reciclável para vender e obter algum dinheiro; vende perfumes para empresas, e até mesmo escreve para programas de televisão com fins a obter ajuda. Há também a tentativa de Vera de fazer alguns bicos. Apesar de todas as dificuldades de sobrevivência pelas quais passa a família de Vera, *ela afirma que as filhas são conformadas, que não reclamam e nem pedem nada a ninguém.*

V10 - ...meu marido tá desempregado ele, faz biscate..

P11 – ele faz biscate de que?

V12 – na CEASE...é na CEASE...é porque ele num tá trabalhano não, ele tá sem emprego...já faz dia que ele tá sem emprego...né...e assim a gente veve mais com a bolsa família mermo, quando recebe pronto...e aqui ó a energia é cortada...a água é cortada...porque num tem condições de pagar...de jeito nenhum...ai a CAGEPA⁶ já veio, já arrancou o medidor já...bebendo água da casa de mãe, usano, né, as custa da casa, a energia do mesmo jeito...é assim, a gente vai levando assim...é nessas condição...

No que se refere às implicações, surgiu do discurso de Vera o *estresse pela falta de condições*. Vera narra que há dias em que acorda estressada, briga com os filhos, porque se preocupa com a falta de condições de sobrevivência e a falta de auxílio. Por isso, acredita que só tem ajuda de Deus. Quando se sente estressada, vai catar lixo. Ante a falta de ajuda, à Vera só resta confiar em uma ajuda divina, para continuar a vida e buscar a sobrevivência diária.

⁶ CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. É a companhia responsável pela rede de abastecimento pública de água e esgotos na Paraíba, incluindo o abastecimento residencial.

V82 -...Num tenho nada na minha vida, amanheço estressada, às veze eu fico brigano cum os minino cum as minina, elas fica cum medo, “mãe tenha paciência mãe, tenha paciência!”, mas eu digo:...“hoje eu to estressada!”...num tenho...num tenho de onde buscá...num tenho ajuda e só se for de Deus...é o dia todin aqui dentro...a hora que chegá to aqui dentro...e quando tô cum estresse pego o carro de mão do meu cunhado emprestado e vô catá lixo...lá pra baxo pro mei do mundo...onde eu chego tudo bem...aí pronto, a ajuda que eu tenho...

Como vivências, Vera narra que *não insere as filhas no trabalho* porque são menores de idade e traz a voz da assistente social, que não permite isso. Ela traz em seu discurso que *se conforma com o que Deus dá*, sendo pouco ou muito. A vida é difícil, mas o importante para ela é continuar.

Vera vivencia o *benefício recebido do Programa Bolsa Família como uma ajuda*, mas *preferia ter um emprego*, uma vez que o benefício é muito pouco e não atende a todas as necessidades da família; sempre falta algo dos itens de necessidade. Vera expressa em seu discurso uma *incerteza em relação ao futuro*, já que a vida foi sempre assim, e não sabe como será no futuro. A despeito dessa incerteza, ela continua a viver da forma que Deus quer. Ante a esta constatação, só Deus para fazê-la continuar em sua luta: “V86 - ...Sei que minha vida é assim mermo...mas vô levano...né, até quando Deus quizé... a minha vida é essa merma...se num miorou até agora, acho que daqui pra frente...num sei né? A vida é essa...”.

No bloco **implicações para a vida adulta**, os repertórios que emergiram do discurso de Vera foram organizados nas categorias empíricas implicações e vivências. No que concerne às implicações, apareceram os repertórios *trabalho atrapalhou os estudos*, *não consegue sair só porque não sabe ler*, *trabalho trouxe desvantagens para a saúde*, *desejo de ter uma profissão*. No que se refere às vivências, temos os seguintes repertórios: *vergonha de não saber ler*, *se tivesse estudo a vida seria diferente*, *nascimento da filha trouxe consciência*,

trabalhou tanto e não ganhou nada, se sente mal com a vida de hoje, vida é boa quando se tem condições.

Apareceram no discurso de Vera como implicações, que o *trabalho atrapalhou os estudos*, ainda que não tenha trabalhado para terceiros. A mãe dela nunca se preocupou com os estudos, uma vez que ela também não estudou, apenas trabalhou. A falta de estudos hoje faz com que Vera não consiga nem mesmo assinar seu nome. Relacionada a essa questão da impossibilidade de escolarização, Vera afirma que *não consegue sair só porque não sabe ler*. Ela narra que precisa sempre ir com uma das filhas, porque teme perder-se, já que não pode ler os nomes das ruas e os destinos dos ônibus.

Vera narra que o *trabalho trouxe desvantagens para a saúde*, uma vez que hoje tem muitos problemas de saúde. Ela traz a voz do médico para atestar que os problemas de saúde que possui, sobretudo, os problemas de visão estão associados ao fogo de lenha que fazia na infância. Vera identifica outros problemas de saúde e associa-os às atividades de trabalho na infância: dor na escápula devido a carregar água, dor nas pernas. Ela identifica que, mesmo sendo nova, não tem saúde e, por causa disso, não consegue trabalhar nem fazer outras ações cotidianas.

Vera afirma que tem o *desejo de ter uma profissão*, mas faz questão de ressaltar, logo de início, que isso só poderia ocorrer se tivesse estudo. Ela narra que desejaria trabalhar como merendeira ou mesmo faxineira em hospitais, ou cuidando de doentes.

No tocante às vivências, Vera traz em seu discurso que sente *vergonha de não saber ler*, porque as pessoas a discriminam por isso. Ela traz a voz de outras pessoas que a questionam se sabe escrever, se quer estudar. Ela afirma que quer estudar, pelo menos para aprender a fazer o nome. Para ela, a possibilidade de a *vida ser diferente se ela tivesse estudado*, pois a vida seria melhor em termos de condições, inclusive poderia ajudar outras

peessoas. Ela traz o discurso, comum no meio religioso, de que quem ajuda hoje, Deus ajudará mais.

Vera parece se aproximar do que denominamos aqui de uma *tomada de consciência de que a vida poderia ser diferente depois do nascimento da filha*. A consciência dela manifesta-se na preocupação em dar um futuro à filha, já que não tinha emprego. Seu sonho era poder oferecer uma vida boa para a filha; contudo, na impossibilidade disso, ela afirma parece se conformar com o que tem, a partir do discurso religioso de que só se tem aquilo que Deus permite, e reafirma que se tivesse estudo a vida seria melhor.

Vera discursa que trabalhar tem relação com a vida hoje, uma vez que *trabalhou tanto e não ganhou nada*. Ela narra que se o trabalho desenvolvido tivesse direitos garantidos, ainda teria tirado proveito e hoje não sofreria, mas como não foi, seu futuro ficou prejudicado, e se encontra nas atuais condições de vida.

Vera traz que hoje *sente-se mal com a vida*. O que a conforta é a vida religiosa e a confiança em Deus. O seu mal-estar se expressa, sobretudo, nas épocas festivas, quando não tem condições de comprar nada, por isso, conclui que a vida não é boa. Para ela, quando se trabalha e se tem retorno, é bom, mas quando não se tem nem dinheiro, nem emprego, a vida torna-se ruim. *A vida é boa quando se tem emprego e condições de sobrevivência*; mas quando isso não ocorre apesar de tanto trabalho, não há como vivenciar que a vida é boa.

P83 – E assim, ter trabalhado quando, quando criança, tem alguma coisa a ver com a sua vida hoje?

F84 – Se fosse um trabalho, se fosse um trabalho de documento assinado, se fosse um trabalho...é né?

Porque o que eu ganhei? Né? Trabalhei tanto e...num ganhei nada...nada, nada, nada...num ganhei nada! Eu acho que foi uma coisa meio complicada mermo, porque eu acho, se, se eu tivesse trabalhado num serviço bom assim aí eu acho que sei não né? Hoje em dia num vivia sofreno tanto! Né? Tem, tem, porque às vez eu fico pensano assim, aqui mermo, aqui sentada, nesse sofá véi, pensano: “Meus Deus, que é que foi que eu ganhei na minha vida, Jesus? Trabalhei tanto, num ganhei nada! Num tive um

futuro melhor...pensei que agora eu cum meus quarenta e poucos anos ia tê um futuro...que nada! Tem não...Ganhei nada! De jeito nenhum...

4.5.3. Árvores de associação

Da mesma forma como realizado com as entrevistas dos demais participantes, os discursos sobre as implicações do trabalho precoce para a vida adulta foram organizados em árvores de associação, para facilitar a compreensão do fluxo do discurso, pois, nas entrevistas, os participantes traziam muita informação.

Na primeira árvore, a relação entre trabalho precoce e vida adulta é abordada a partir da relação entre trabalho precoce e estudos. Para Vera, o trabalho precoce atrapalhou os estudos. Na segunda, a relação entre trabalho precoce e vida adulta foi abordada a partir da relação entre trabalho precoce e saúde. Vera afirma que o trabalho precoce trouxe desvantagens para sua saúde. As pernas “estouram”, tem problemas de visão, por causa de fogo de lenha, de muita fumaça, sente dor na “pá” (escápula) e sente dor nos ossos, de reumatismo. Reafirma que ficou sem saúde de tanto carregar água, quebrou a clavícula, pois não deixava a mãe carregar.

Na terceira árvore, aborda o seu desejo em termos de profissão, ela logo de início faz uma ressalva: se estudasse, gostaria de trabalhar de merendeira em colégio ou de faxineira em hospital, para ajudar os doentes, reafirmando que esse era seu sonho, mas não outros serviços.

Na quarta árvore, a pesquisadora aborda se sua vida poderia ser diferente. Vera elabora um discurso cujo fluxo conecta a idéia de que se tivesse mais estudo poderia ser diferente e não viveria na situação em que vive.

Na quinta árvore, quando abordado pela pesquisadora sobre quando Vera toma consciência de que a vida poderia ser diferente, Vera afirma que isso ocorreu depois que teve sua filha, pois pensou em qual futuro poderia lhe dar, se não tinha emprego. E conclui que “se tivesse estudo as coisas seriam melhores hoje”.

Na sexta árvore, a pesquisadora apresenta a relação entre trabalho precoce e a vida hoje, indagando se ter trabalhado quando criança tem a ver com a vida atual. Fala consigo mesma, constrói algumas reflexões e aí conclui que tem relação, já que trabalhou tanto e não teve um futuro melhor; pensou que aos quarenta (anos) teria um futuro melhor, mas não ganhou nada.

Na sétima árvore, a pesquisadora aborda junto à Vera como se sente com a vida hoje. O fluxo do seu discurso remete a elementos religiosos. Ela traz que se sente às vezes ruim e que “se agarra com Deus” para se sentir um pouco melhor.

Percebemos que Vera identificou implicações do trabalho precoce para os estudos, para a saúde e também para a obtenção de trabalho hoje. Afirma que se tivesse estudado, a vida hoje seria melhor.

4.5.4. Análises

As condições de vida de Vera, quando era criança, foram, segundo seu discurso, muito difíceis, marcadas pela ausência do pai, o que a literatura aponta como um dos fatores que contribuem para a entrada de crianças no trabalho com fins a ajudar no sustento da família (Kassouf, 2007; Alberto, Wanderley et al., 2006). Além disso, as necessidades de sobrevivência, a falta de equipamentos sociais e o grande número de pessoas na família contribuiu também para a inserção dela e dos irmãos em atividades de trabalho, o que corrobora os achados de pesquisas na área (Kassouf, 2004a; Rizzini & Holanda, 1996; Passetti, 2002). As implicações psicossociais dessas condições de vida foram a não escolarização, a dificuldade de ir à escola, adoecimento dela e dos irmãos, devido à falta de moradia adequada e vivências de sofrimento pela perda da infância (Alberto (2002). Além disso, a necessidade do trabalho e as difíceis condições não permitiram que ela tivesse lazer durante a infância, nem brinquedos, que são fundamentais para o desenvolvimento infantil, sobretudo no que concerne ao pensamento abstrato (Vigotski, 1933/ 2008).

As condições de trabalho, a falta de equipamentos institucionais na infância trouxe implicações tanto para a escolaridade (Kassouf, 2004b; Kassouf, 2007; Schwartzman, 2004; Estrela, 2004; Haas, 2003), quanto para a obtenção de trabalho hoje, o que confirma o que M. A. Moura (1996) e Sampaio e Ruiz (1996) encontram em seus estudos sobre o trabalho precoce, de que esse prejudica a formação profissional (Alberto, Silva et al., 2006; M. A. Moura, 1996; Sampaio & Ruiz, 1996).

As condições de vida de Vera hoje são muito precárias, desde a moradia, alimentação, acesso a serviços de saúde, dentre outros. Essas condições fazem com que a família busque ajuda de diversas formas, desde o auxílio de profissionais de programas sociais, aos pedidos de ajuda em emissoras de rádio e televisão. Mendes (2004) afirma que o trabalho precoce tende a perpetuar nas famílias a situação de pobreza na infância, o que denomina de transmissão intergeracional da pobreza.

Percebemos que no discurso de Vera que não insere as filhas no trabalho porque a assistente social que acompanha a família insiste para que ela não o faça. Entendemos que, para Vera, a proibição do trabalho para os filhos vem muito mais de um caráter externo, do que propriamente de uma compreensão dos prejuízos que o trabalho traria para eles, a despeito das implicações que ela aponta em relação à própria vida.

Compreendemos que a consciência dessa possibilidade encontra-se fragmentada para ela. Percebemos que, para Vera, há uma falta de perspectivas de mudança de vida, o que conclui relacionando-a com sua história de vida: se até hoje a vida não mudou, pode ser que não mude mais. M. A. Moura (1996) identifica que as vivências no trabalho precoce podem implicar em uma alteração nos ciclos de otimismo e pessimismo, ficando a pessoa em um desses extremos, devido à dureza das atividades de trabalho e às privações que muitas vezes este provoca. Compreendemos que, no caso de Vera, ante as condições que constituíram sua

história, identificamos um pessimismo e falta de perspectivas para o futuro, o que corrobora os achados do autor.

Outra implicação do fato de não saber ler, que lhe causa vergonha, e dificulta sua possibilidade de locomoção pela cidade, pode ser compreendida a luz do referencial de Sampaio e Ruiz (1996) que identificam que adultos que foram trabalhadores precoces têm maiores dificuldades de aprendizagem de novas informações. Podemos dizer também que a introdução do tema por parte da pesquisadora desencadeia em Vera uma consciência da sua história familiar em relação ao trabalho e aos estudos, processa-se uma auto-reflexão acerca dessa realidade, relacionando as condições sociais de sua mãe a as suas, e também as relações entre a avó e a mãe, e entre sua mãe e si mesma (Vygotsky, 2004).

Compreendemos que Vera relaciona vários problemas de saúde ao trabalho precoce desenvolvido, o que é atestado pela voz do médico. Podemos dizer que na comparação que faz da sua saúde com a da sua mãe, há algo parecido com o que chamamos aqui de consciência: a reflexão sobre a saúde de sua mãe e da história da mesma no trabalho, mais uma vez, remete a uma reflexão e conclusão sobre sua própria história. O mesmo parece ocorrer anteriormente, quando Vera aborda a questão da relação entre trabalho precoce e estudos. Inclusive para ela, a questão da impossibilidade dos estudos torna-se um empecilho para a realização de seus sonhos profissionais: ser merendeira ou faxineira. Essa idéia é confirmada no momento em que, para Vera, o fator que seria mais relevante para ter uma vida diferente seria os estudos, o que poderia lhe permitir se manter e também manter a outros, trazendo o discurso religioso da ajuda como justificativa.

Ao ser abordado com Vera sobre quando tomou conhecimento de que a vida poderia ser diferente, ela remete-se ao nascimento da primeira filha. Compreendemos que a consciência emerge do desafio de criar uma criança nas condições em que se encontrava; na impossibilidade de prover a filha como desejava, Vera constrói seu sentido pessoal da

situação a partir do discurso de que só se tem aquilo que Deus permite, o que parece oferecer certo alento para continuar a vida ante as condições em que se encontra. Vigotski (1934/2009), ao discutir as relações da criança com o pensamento e a linguagem, afirma que os empecilhos ou obstáculos encontrados na realização das tarefas é que desencadeia na criança todo um processo não só de pensamento, mas de consciência da situação, o que fará com que planeje o curso da ação posterior, o que compreendemos que é o que ocorre no caso de Vera.

Para Vera, ter sido trabalhadora precoce relaciona-se com a vida hoje por que o trabalho realizado não foi “bom”, não tinha direitos garantidos; se assim o fosse, talvez hoje a vida seria melhor. Conclui que a relação é a de que o trabalho não lhe proporcionou nenhum ganho, um futuro melhor, o que é apontado na literatura (Alberto, 2002; M. A. Moura, 1996). Ou seja, a consciência, enquanto reflexão acerca de sua situação atual, está presente, sendo que sua subjetividade parece ter sido constituída por aquilo que não teve, que lhe foi negado a partir do trabalho desenvolvido.

4.6. Marcos

4.6.1. Contextualização

O senhor Marcos tem 45 anos, se auto-define como branco, cursa o ensino superior e mora em uma comunidade popular da cidade de João Pessoa. Na infância, morava em outro bairro da cidade de João Pessoa, chamado Rua do Rio, com os irmãos e os pais, totalizando 12 pessoas. Trabalhou como entregador de jornal quando criança, sendo iniciado na atividade com 7 anos.

Hoje trabalha como pastor de uma igreja evangélica e mora com a esposa, dois filhos e um cunhado. Cursa o ensino superior, assim como sua esposa, e os filhos são adolescentes e egressos do PETI.

4.6.2. Mapas de associação

No bloco **condições de vida na infância**, emergiram repertórios que foram organizados de acordo com as categorias empíricas características e vivências. Quanto às características, foram expressos os repertórios *origem familiar*, *composição* e *manutenção familiar*, *equipamentos sociais*. Com relação às vivências, os repertórios que emergiram foram *acesso à equipamentos sociais*, *manutenção familiar era difícil*.

Quanto à categoria características, Marcos traz um panorama das condições de vida na sua infância, que eram muito difíceis. A *origem familiar* é de João Pessoa e sempre residiu em comunidades populares do município. A *composição familiar* era numerosa e passava por dificuldades financeiras. Essa necessidade delineava a *manutenção familiar*: os dois genitores trabalhavam, período que Marcos caracteriza como tendo sido difícil. Ambos trabalhavam de gari, o pai fazendo a limpeza das ruas e a mãe cozinhando para os trabalhadores, e ganhavam pouco. Essas dificuldades citadas dificultavam o acesso à alimentação, que é ilustrado pelo fato de a família consumir muito cuscuz, o que é lembrado por Marcos hoje como algo que deixou marcas nos irmãos, já que não gostam mais do alimento, o que o faz rir. Quando faltava algo, Marcos afirma que ficavam sem, pois não existiam outras alternativas.

O acesso a *equipamentos sociais* na época era restrito. Ainda que já existissem escolas, segundo Marcos, o acesso era difícil, e, na época, utilizava-se ainda da palmatória como método educativo, ao que Marcos lembra como sendo ruim, mas cuja ação não sofreu muito. Ele teve de parar os estudos por um período, por causa do trabalho. Não havia postos de saúde próximos a sua residência. A única medida governamental em termos de saúde eram as vacinas. Os cuidados de pessoas enfermas eram feitas em casa, por conta da família. Além disso, não havia acesso à assistência governamental.

M22 - ...trabalhava...minha mãe trabalhava em casa de família, e meu pai trabalhava vendendo é...varas, pra fazer cercas...na aquela época não havia muros, era cercas...depois desse período que

foi muito difícil, eles arrumaram um emprego na prefeitura, e trabalharam durante um período até falecerem...como funcionários da prefeitura...como trabalhador como gari...ambos...minha mãe atuava mais cozinhando, pro pessoal que trabalhava na rua, que ela ficava cozinhando pro pessoal, e meu pai na área externa com os demais... (Marcos, 45 anos, sexo masculino).

Enquanto vivências, para Marcos, em comparação com os dias atuais, o *acesso a equipamentos* é melhor. Ele afirma que, para enfrentar todas essas dificuldades, e conseguir a *manutenção familiar*, contaram com a graça divina, e que aos poucos foram vencendo. Percebemos que, para Marcos, ante as impossibilidades de ajuda na dimensão terrena, só a ajuda divina é quem pôde lhes auxiliar para a sobrevivência: “P21 – *E assim nessa época, quem trabalhava da casa? M22 – ah nessa época era muito difícil...*”. “M24 - *...mas foi, nessa época foi muito difícil... mas nós vencemos, com a graça de Deus nós vencemos...*”.

No bloco **trabalho precoce**, os repertórios foram organizados a partir das categorias empíricas: características, implicações e vivências. Quanto às características, emergem os repertórios *trabalho de vendedor de doces, configuração do trabalho na venda de jornais, clube do menor trabalhador*. Em termos de implicações, emerge os repertórios *trabalhar na venda de jornais ajudou na leitura, e exposição a roubos por parte de outros meninos em condição de rua*. No que se refere às vivências, emergiram do discurso de Marcos os repertórios *obrigação de trabalhar, Clube do Menor Trabalhador como maravilhoso, trabalho precoce como necessário e bom*.

No que se refere às características, temos que a inserção de Marcos no *trabalho de vendedor de doces* se dá aos 6 anos, através da venda de doces e tapiocas. A atividade era realizada próximo de casa, dentro do bairro. Depois passa ao *trabalho na venda de jornais*. Ao falar sobre o trabalho na venda de jornais, Marcos afirma que começou a trabalhar na atividade quando tinha 7 anos e que foi crescendo dessa forma, saindo bem cedo de casa, para vender com os irmãos. As empresas de comunicação que fabricavam os jornais repassavam-

nos para os donos de bancas, que era para quem Marcos trabalhava, então, as crianças vendiam os jornais nas ruas.

A jornada de trabalho começava às 5 e meia da manhã e terminava às 9 horas. Concluída a venda, Marcos e os irmãos iam para o Clube do Menor Trabalhador. Segundo Marcos, a organização do trabalho dava-se da seguinte forma: os jornais eram vendidos nas ruas, nos sinais, onde se vendiam aos motoristas que passavam no local. Cada grupo tinha um ponto de venda fixo. Marcos diz que trabalhou desde seis anos e nunca mais parou, o que lhe provoca risos. Na venda de jornais, o trabalho foi dos sete aos dezoito anos, ou seja, durante todo o período quando era criança e adolescente. Depois ele fez um curso teológico e mudou-se para o sertão.

Marcos traz em seu discurso o *Clube do Menor Trabalhador*. Segundo ele, lá as crianças eram alfabetizadas e o restante da escolarização ocorria nas escolas regulares dos bairros. No clube, também era ensinado profissões e cursos.

P37 – aí vocês começavam a vender de que horas?

M38 – começava de que horas...a gente saía cedinho...5 e meia, 6 horas da manhã...já tava...na rua, vendendo jornal...

P39 – aí geralmente terminava assim de que horas?

M40 – o jornal a gente terminava um tanto cedo, 9 horas no máximo, 9 e meia... de lá do jornal nós íamos pro Clube do Menor Trabalhador...nós quando saíamos do jornal íamos direto pra lá...

P41 – e aí o senhor, o senhor vendia como, pra casa, como era?

M42 – nós vendíamos nas ruas, saía nas ruas ia pra os sinais, e lá, a gente ficava aguardando o pessoal que vinha nos carros comprar...cada um no seu pontinho pra poder vender os jornais...

Como implicações, emerge do discurso de Marcos que *trabalhar na venda de jornais trouxe implicações positivas no sentido da leitura*: ter acesso aos jornais permitiu que

cultivasse o hábito de ler. Por outro lado, ele e os irmãos *ficavam expostos aos roubos e abordagens dos meninos em condição de rua*, o que para ele era complicado.

M30 - ...e aí foi um período até...bom, porque nos ajudou a ler... antes, eu gostava muito de esporte, da parte policial, e lia no jornal a parte esportiva e a parte policial...isso foi positivo porque deu uma...uma contribuição na questão da leitura...porque tinha o acesso todos os dias aos jornais...

M32 - ...tínhamos às vezes contato com cheira cola, que queria roubar, e era meio complicado, porque o cheira cola já via que tinha dinheiro porque vinha vendendo jornal, né? Então às vezes éramos abordados por eles prá tomá tudo...

Em relação às vivências, ao ser abordado sobre o que fazia quando criança, Marcos afirma que foi *obrigado a trabalhar na rua*. Ele vê o *Clube do Menor Trabalhador* como *maravilhoso*, já que tinham acesso à alimentação e à escolarização, além da profissionalização. Ele considera que, na época, o *trabalho era necessário e bom*; era a única alternativa para conseguir garantir a alimentação familiar, visto as condições de vida precárias em que a família encontrava-se. Contudo, para ele, hoje as crianças devem estar estudando e brincando.

P57 – e o que é que o senhor acha assim de ter trabalhado quando criança?

M58 – olhe...na época foi necessário...hoje é diferente né...hoje nossas crianças devem estar estudando e brincando...mas pra nós foi, como era extremamente necessário, foi útil...foi bom né! Porque a gente tinha que fazê alguma coisa pra podê alimentá a própria família...que era enorme...

No bloco **condições de vida adulta**, os repertórios expressos no discurso foram organizados na categoria empírica características. Os repertórios que foram destacados como

características foram *composição familiar atual, manutenção familiar, acesso a equipamentos sociais*.

A *composição familiar atual* de Marcos é formada por ele, a esposa, dois filhos e mais um cunhado que mora com eles. Na casa, a *manutenção familiar* fica a cargo dele e da esposa, trabalhando ambos em uma igreja evangélica. A família de Marcos hoje sobrevive do salário que ele recebe do trabalho na igreja. Para ele, hoje, a realidade em comparação com a de sua infância é outra, pois tem *acesso a equipamentos sociais*, sobretudo os de saúde próximos a sua residência, o que não ocorria no passado. A família não recebe hoje assistência governamental.

P65 – E assim, vocês hoje tem acesso a posto de saúde, a escolas,

M66 - temos, hoje em di...hoje a realidade é outra né? Tem posto de saúde em tudo que é lugar, próximo de casa...

P67 – E assim, assistência do governo, hoje, hoje, vocês recebem alguma?

M68 – não...

No bloco **implicações do trabalho precoce para a vida adulta**, os repertórios foram organizados a partir das categorias empíricas implicações e vivências. No que concerne às implicações, temos os repertórios *teve de parar de estudar para trabalhar, trabalho trouxe responsabilidade, quando se enfrenta uma realidade dura se distancia dos sonhos, desejo de ser professor e falta de apoio do governo, tudo coopera para a desistência da escola, trabalho na rua expunha a riscos*. No tocante às vivências, os repertórios que emergiram foram o *trabalho faz a criança se tornar mais esperta, vida hoje é diferente, vida poderia ser menos sofrida, hoje lamenta e corre atrás do tempo perdido, se sente bem e se esforça pra ter algo melhor*.

As implicações do trabalho identificadas por Marcos foram na escolaridade, uma vez que precisou *parar de estudar para trabalhar*, optando por aquele, ante a necessidade econômica e a impossibilidade dos pais de sustentar a família. No tocante às vantagens ou desvantagens para a saúde trazidas pelo trabalho quando criança, Marcos afirma que o trabalho trouxe-lhe vantagens, porque não se envolveram com “coisas erradas”; o *trabalho trouxe responsabilidades* cedo e puderam ajudar na manutenção da família.

Marcos afirma que, *quando a realidade é dura, os sonhos ficam sendo algo distante*, o que faz com que nem pensasse nisso ou tivesse sonhos. Após alguma hesitação, Marcos afirma que *desejava ser professor*, e atribui a impossibilidade disso à *falta de apoio governamental* e do sistema. Ao ser abordado que se pudesse não ter trabalho e ter estudado hoje ganharia melhor, Marcos afirma que sim e traz o discurso corrente na sociedade que, a partir do estudo, as portas se abrem. Afirma que logo cedo tiveram de optar entre trabalho e estudo, o que para ele, junto com o cansaço do trabalho, as greves, a distância do colégio, *tudo contribuía para a desistência escolar*. Marcos ainda traz que o *trabalho na rua expunha a riscos*, uma vez que havia o risco de ser assaltado e de perder a vida.

P53 – e assim seu Marcos, ter trabalhado quando criança ajudou ou atrapalhou seus estudos?

M54 – ah! Atrapalhou...atrapalhou com certeza!...tivemos de parar de estudar para trabalhar!...foi...meus pais não tinham condições de nos sustentar dignamente,...eu tive que ir pra rua mesmo, pra comprar suas coisas, suas sandálias...suas roupas...era comprado fruto do nosso trabalho, do que a gente conseguia ganhar na rua vendendo jornais...sem ter dinheiro pra comprar...

No que concerne às vivências, para Marcos, se por um lado o trabalho atrapalhou os estudos, por outro, *a criança se torna mais esperta com o trabalho*, porque permite conhecer a realidade e vida cedo, o que auxilia a não ser enganado, o que afirma com um semblante triste. A questão religiosa assume um caráter muito importante em sua vida, inclusive é a

justificativa que usa para avaliar a *vida atual como sendo diferente e boa*, mesmo com os problemas que identifica na comunidade em que trabalha. Para ele, a religião passou a ordenar sua vida, evitando que se envolvesse com “coisas ruins”. Inclusive é onde tem a oportunidade de fazer outros cursos e continuar estudando.

Quando abordado se a vida poderia ter sido diferente, Marcos afirma que a *vida poderia ter sido menos sofrida*, com menos trabalho, se os pais tivessem condições de prover a família, não precisaria trabalhar quando criança. Ele hoje *só pode lamentar e procura correr atrás do tempo perdido*, lamenta de só poder estudar mais tarde e hoje tenta recomeçar os estudos, o que afirma expressando certa tristeza.

Ainda que para ele a vida pudesse ter sido menos sofrida, há a possibilidade de recuperar o que foi perdido, tanto em termos de conhecimento, quanto de estrutura e melhoria de recursos. Nesse sentido, ele *sente-se bem com a vida e procura obter algo melhor*, considerando que a despeito de todas as dificuldades, é possível ter mais conhecimento e recursos para a vida: “*P73 – sua vida podia ter sido diferente de alguma forma? M74 – acredito que sim...poderia ser menos sofrida...menos...trabalhada né...se nós tivéssemos condições, meus pais tivessem condições, nós não estaríamos na rua, né, vendendo jornais...*”.

4.6.3. Árvores de associação

Como realizado com as outras entrevistas, foram organizadas as árvores de associação para auxiliar na compreensão do fluxo do discurso dos participantes, no que concerne às implicações do trabalho precoce para a vida adulta.

Na primeira árvore, a relação entre trabalho precoce e vida adulta emerge quando a pesquisadora aborda a questão da relação entre trabalho e estudos. Marcos afirma que o trabalho atrapalhou os estudos, uma vez que teve que parar de estudar para trabalhar.

Na segunda árvore, a relação entre trabalho precoce e vida adulta aparece ao ser abordada a questão da relação entre trabalho precoce e saúde. Marcos afirma que o trabalho não trouxe desvantagens para a saúde, trouxe algumas vantagens, porque começaram a trabalhar cedo e nenhum dos irmãos se envolveu com “coisa errada”, porque começaram a ter responsabilidade cedo e ajudavam em casa.

Na terceira árvore, a pesquisadora aborda como é a vida hoje, o fluxo do seu discurso é organizado, sinalizando que hoje a vida é diferente, pois trabalham em uma igreja; o que não deixa de ser duro por trabalharem em uma periferia com muitas coisas ruins, como drogas e prostituição, e procuram conduzir as pessoas com a palavra de Deus.

Na quarta árvore, a relação entre trabalho precoce e vida adulta surge quando a pesquisadora fala do que ele gostaria de ter como profissão. Ele afirma que não lembra dos sonhos quando criança, pois “quando se enfrenta uma realidade dura se fica distante dessas coisas”, acha que não tinha essa expectativa. Afirma que acha que desejava ser professor, de ensinar ao povo. A pesquisadora intervém abordando o que faltou para ser professor; ele afirma que faltou apoio do governo, o sistema os obrigava a trabalhar ao invés de estudar, faltou incentivo para isso, pois hoje é que estão podendo conquistar isso, depois de um período bem mais longo de tempo.

Na quinta árvore, a pesquisadora aborda a relação entre trabalho precoce e vida adulta através da possibilidade de que se não tivesse trabalhado poderia ter estudado mais. Marcos afirma que, com certeza, e ante a isso, a pesquisadora realiza uma nova abordagem, colocando se tivesse estudado mais, se ganharia melhor hoje, ao que ele afirma que com certeza, uma vez que com os estudos as portas se abrem. Ele afirma que eram obrigados, ou trabalhavam ou estudavam, o que leva à desistência, porque trabalhava de dia e estudava de noite, então, ficava cansado.

Na sexta árvore, aparece a relação entre trabalho precoce e vida adulta no momento em que pesquisadora aborda se a vida poderia ter sido diferente. Marcos afirma que sim, que poderia ser menos sofrida, menos trabalhada, se eles tivessem condições, se os pais tivessem condições; mas a necessidade os obrigou a trabalhar cedo, ao invés de estudar tinha de trabalhar. Na sétima árvore, a pesquisadora trata dessa relação entre trabalho precoce e vida adulta ao abordar junto a Marcos quando tomou consciência de que a vida podia ser diferente. Ele afirma que hoje só lamenta e corre atrás, continua estudando para tentar reparar o tempo perdido; lamenta de ser tarde, mas nunca é tarde para estudar, e eles fizeram isso e estão aí.

Na oitava árvore, a pesquisadora indaga como se sente com a vida hoje. Marcos afirma que se sente bem, ainda correndo atrás de melhorar, não se sentindo cem por cento realizado, mas se esforçando para ter algo melhor, mais conhecimento, estrutura e recursos para tocar a vida.

Para Marcos, portanto, o trabalho precoce trouxe implicações para os estudos e para a obtenção de um trabalho melhor hoje; mas para a saúde trouxe vantagens por trazer responsabilidade.

4.6.4. Análises

As condições de vida de Marcos durante a infância eram difíceis, marcada pelas necessidades financeiras, uma família numerosa, baixa remuneração do trabalho dos pais, moradia em comunidades populares e a falta de equipamentos sociais, fatores que a literatura aponta como sendo contribuintes para a inserção de forma precoce no trabalho (Kassouf, 2004a; Rizzini & Holanda, 1996; Passetti, 2002; (Alberto, Silva et al, 2006; OIT, 2001). Essa inserção ocorreu primeiro na venda de doces, aos seis anos, depois passa a trabalhar na venda de jornais, já aos sete anos. A exploração do trabalho das crianças era feito por parte dos donos das bancas de jornais, que aparece aqui como a rede de relações que oportuniza e consome o trabalho precoce (Alberto et al., 2005, Alberto, Wanderley et al., 2006). A inserção

nessa idade parece corroborar a idéia de Sarti (1996) de que a infância, para as classes populares, termina mais cedo, por volta dos 7 anos.

Havia uma organização da atividade de trabalho que era gerida pelas próprias crianças e adolescentes, o que corrobora os dados de Alberto (2002). Marcos identifica que o trabalho na venda de jornais trouxe-lhe implicações positivas e negativas: positivas, porque lhe ajudou na prática da leitura, já que a informação escrita era uma característica própria do produto que era vendido na atividade de trabalho, e com a qual tinha contato; e negativas, porque o fato de estar nas ruas expunha a roubos por parte de outros jovens, sendo que essa implicação é encontrada também por Alberto (2002) em seus estudos com trabalhadores precoces em condição de rua.

Ao mesmo tempo, avalia que o trabalho foi necessário e bom, já que permitiu a sobrevivência. Para ele, contudo, as crianças hoje não devem trabalhar, agregando em seu discurso o significado corrente acerca dos prejuízos do trabalho precoce. Marcos parece oscilar entre uma visão de aspectos positivos e negativos do trabalho, que se inter-relacionam para formar seu sentido pessoal do trabalho precoce: este trouxe tantos aspectos positivos como negativos, não podendo ser caracterizado apenas como tendo sido bom ou mau.

Marcos traz ainda em seu discurso que o Clube do Menor Trabalhador permitia-lhe o acesso a escolarização e cursos que não tinham acesso em outros espaços, o que o faz considerar o trabalho lá desenvolvido como sendo maravilhoso. Contudo, percebemos aqui um paradoxo: o Clube realizava atendimento ao menor trabalhador, todavia a época em que Marcos trabalhava nas ruas, por volta dos anos de 1972, a idade mínima para admissão ao emprego era de 12 anos, segundo o Art. 403 do Decreto-Lei nº 229 de 28/02/1967 (Decreto-lei nº 229, 1967). Assim, apesar de o trabalho de crianças neste período já ser ilegal, não só era conhecido o trabalho de menores, como estes recebiam atendimento em instituições, o que

demonstra que, apesar de estar oferecendo alguns benefícios às crianças, essa instituição acabava por ferir o direito à não exploração no trabalho prevista em lei.

Hoje, as condições de vida de Marcos se caracterizam pela composição familiar, que é constituída pelos dois filhos, a esposa e o cunhado. Ele e a esposa trabalham em uma igreja evangélica e vivem do salário que a igreja lhes fornece. Marcos chama a atenção para o fato de que hoje o acesso a equipamentos sociais é bem diverso do que quando criança, pois existem postos de saúde e escolar, o que não ocorria na época em que era criança.

No que concerne às implicações do trabalho precoce para a vida adulta, para ele, o trabalho atrapalhou os estudos, pois teve de deixar de estudar por um período para trabalhar, uma vez que estava posta a necessidade financeira da família, o que corrobora o que os autores que se debruçaram sobre a temática encontram tanto em termos de que o trabalho precoce pode provocar evasão escolar (Haas, 2003; Kassouf, 2007; Schwartzman, 2004, Souza, 2006), quanto os que afirmam que as necessidades financeiras são um dos fatores que contribuem para a inserção precoce no trabalho. Por outro lado, ao ser abordada a relação entre trabalho precoce e saúde, Marcos afirma que o trabalho precoce trouxe vantagens, porque permitiu que se adquirisse responsabilidade e ajudasse em casa, e ficassem mais “espertos” e fortes, deixando claro o discurso do trabalho precoce como formador e preventivo da marginalidade (Rizzini, 2004; Campos & Alverga, 2001). Parece que para Marcos é difícil conciliar essas duas mentalidades, a contradição existente no âmago da questão do trabalho precoce: é positivo e negativo ao mesmo tempo, o que faz com que o fluxo de seu discurso siga em uma linha e retorne à outra em seguida, com uma dificuldade e até impossibilidade de conciliação entre estes dois aspectos. Ao mesmo tempo, observa-se como os discursos sobre o trabalho existentes na sociedade se imbricam para formar seu sentido pessoal: tanto há o discurso do déficit da escolarização, como o da formação,

responsabilidade e prevenção da marginalidade, e os dois discursos aparecem no sentido que constrói sobre o trabalho precoce.

Marcos tem dificuldade em lembrar dos seus sonhos quando era criança, mas acredita que queria ser professor. Ele afirma que só está podendo conseguir agora, depois de um longo período. Para Marcos, se tivesse estudado mais, hoje poderia ter uma vida financeira melhor; o trabalho era uma obrigação e isso acarreta a desistência, sobretudo pelo cansaço – o que corrobora o que autores como Estrela (2004) e Dantas (2004), que afirmam que o cansaço do trabalho dificulta a escolaridade dos trabalhadores precoces - e também por outros fatores estruturais das escolas, como greves, distância dos equipamentos. Segundo Marcos, a vida seria diferente se seus pais tivessem condições de criá-los de forma digna e não tivessem precisado trabalhar e correrem riscos. Parece que, para ele, a consciência de que a vida poderia ser diferente advém do fato de hoje precisar buscar aquilo que não puderam obter quando criança e adolescente, os estudos para poder realizar o sonho de ser professor. Este fato da necessidade de agir para recuperar o que não foi possível obter no tempo devido vir junto com a consciência de que a vida poderia ser diferente parece-nos confirmar o que Vigotski (1934/ 2009) afirma que a consciência é desencadeada quando da existência de um desafio e da preparação para a ação.

Marcos define que se sente bem com a vida hoje e que busca obter melhorias em termos de recursos e conhecimento, para ter uma estrutura de vida melhor. É importante ressaltar que, na trajetória da história pessoal de Marcos, a igreja parece assumir um papel fundamental, pois permitiu-lhe concluir os estudos e ter uma renda para poder cursar o ensino superior. Nesse sentido, o apoio institucional parece ser relevante para construir perspectivas de vida e futuro diversas das vivenciadas na infância, o que é um elemento importante a ser considerado no trabalho junto a adultos com histórico de trabalho precoce. Marcos apresenta uma consciência do que o trabalho implicou em termos de impossibilidade de estudar quando

jovem; contudo, as oportunidades que lhe foram dadas em seu percurso de vida permitiram que sua subjetividade fosse constituída de forma a buscar novas perspectivas de futuro, para além das dificuldades vivenciadas.

4.7. Benedita

4.7.1. Contextualização

A senhora Benedita tem 55 anos, mora em um conjunto habitacional popular na cidade de João Pessoa, se auto-define como cor de canela e é não-alfabetizada.

Quando criança, morava com os pais e os irmãos, não tinham uma moradia fixa, sempre migrando para outros lugares, segundo ela, de acordo com a vontade do pai. Na casa, trabalhava a mãe e, quando estava em casa, o pai, uma vez que este separou-se e retornou a viver com a mãe várias vezes.

Hoje Benedita vive com o marido e mais 9 crianças, todos netos. Ela faz bicos de lavadeira e de catadora de material reciclável, além de trabalhar limpando túmulos no cemitério na época do feriado de finados. A única renda fixa é o benefício do Programa Bolsa Família. O marido faz bicos em uma pequena oficina de conserto de bicicletas, que fica em frente de sua casa.

4.7.2. Mapas de Associação

No bloco **condições de vida na infância**, temos os repertórios expressos no discurso de Benedita organizados nas categorias empíricas características, implicações e vivências. No que se refere às características, temos os repertórios *naturalidade, dinâmica e manutenção familiar, acesso a equipamentos de saúde, os pais não cuidavam dos filhos*. Quanto às implicações, os repertórios que emergiram do discurso de Benedita foram *o pai não deixava estudar, não quer que os netos sofram o que sofreu*. No tocante às vivências, surgiram do

discurso de Benedita os repertórios *não ter casa para morar, não ter felicidade, poderia ter arranjado homens em qualquer lugar*.

Quanto às características, Benedita afirma que sua *naturalidade* é da cidade de Recife, morou um período na cidade de Natal e depois em São Paulo, quando veio para João Pessoa aos 15 anos de idade. A *dinâmica familiar* de Benedita girava em torno do pai e das constantes mudanças que a família fazia. Segundo Benedita, ele decidia de repente e a família saía em mudança, e a pé, levando os pertences que possuíam, sem possuir uma moradia. O pai, que cometia agressões físicas contra a mãe, passava períodos em casa e períodos fora, sobretudo quando cometia alguma agressão. Depois retornava pedindo perdão e a mãe o aceitava de volta. O pai trabalhava, mas quando ele não estava em casa, quem trabalhava para manter a família era Benedita. A mãe sempre queria acompanhar a filha, pois, segundo Benedita, sabia que ela não deixaria a mãe passar fome.

Nessa idade, ela passou a trabalhar como doméstica em uma casa. A partir disso, pôde pagar o aluguel e uma casa e, segundo ela a família passou a morar em um local fixo, sem se mudar como antes. Para a *manutenção familiar*, Benedita pedia os itens de necessidade com os irmãos, pois o pai não queria deixar os filhos trabalharem. Na época em que viviam migrando, trabalhavam nos roçados e apanhavam algodão. Observamos que, desde muito cedo, antes mesmo do trabalho doméstico, Benedita já trabalhava na agricultura.

Com relação os *equipamentos de saúde*, como a família migrava muito, Benedita afirma que buscavam médico onde estivesse disponível. Depois que passou um período em João Pessoa, mesmo mudando constantemente de bairro, os equipamentos de saúde ficavam longe do local de residência, cujo deslocamento a longas distâncias expunha Benedita a riscos para ir ao médico, como de sofrer violência por parte de estranhos, uma vez que sempre ia ao médico sozinha. Segundo Benedita, os *pais não cuidavam de seus irmãos*. Quem acabava cuidando deles, inclusive quando adoeciam, eram ela a irmã.

P11 – ela foi pra São Paulo porque, tua mãe?

B12 – porque ele só vivia viajano...ela só vivia de viagem só, vivia como uns cigano...a gente no poder na minha mãe e do meu pai nunca pussia uma casa não...a gente morava no canto que a gente chegava a gente morava...num tenha esse negócio de tá morano em casa alugada, nem pussia casa não...era em pé de pau, era em alpendre, era em construção, era assim...isso era pra Canindé, isso era pra Fortaleza, e isso num era de carro não, era de pés, com as coisa na cabeça, como os cigano...

(Benedita, 55 anos, sexo feminino).

Quanto às implicações, segundo Benedita, o *pai não a deixava estudar*, isso porque dizia que ela ia “arrumar homem”. Narra que, quando voltou de São Paulo, foi morar próximo a um colégio e que, apesar de a professora insistir para que ela estudasse, o pai não deixou. Benedita afirma que *não quer que os seus netos sofram o que ela sofreu*, como o fato de os pais não levarem ela e os irmãos para o médico; a lembrança desses fatos a fazem chorar.

B42 - ...é por isso que hoje em dia eu vejo, eu olho assim, os meus neto sofre, assim, qué sofrê, eu num quero dexá eles sofrê que num quero fazê o que aconteceu cumigo não...[choro]...minha mãe nunca levou a gente pro médico, nunca! Nem meu pai, nem ninguém não! Pra eles prá morrê, podia morrê!...

No que se refere às vivências, Benedita traz em seu discurso que *não tinha casa para morar*, uma vez que a família migrava constantemente. Ela narra que *não teve felicidade* em sua vida, uma vez que sofria com o alcoolismo do pai e com a violência doméstica que ele cometia contra a esposa e os filhos. Benedita afirma - contrapondo-se à voz do pai que não a deixava estudar para não namorar homens - *que poderia ter tido homens em qualquer lugar*, uma vez que não tinha a segurança de um lar; ao mesmo tempo, aponta que a forma de criação que recebeu favoreceria ter um comportamento que considera inadequado. Contudo, apesar de todos esses fatores, isso não ocorreu. “*B12 - ...aí debaixo dos pé de pau a gente*

num arranjava não...pur certo...se tivesse de arranjá né, se a gente tivesse de ser ruim, pela criação dele minha fia num...e nada num apresentei não...”.

No bloco **trabalho precoce**, os repertórios foram organizados a partir das categorias empíricas características, implicações e vivências. Nas características, apareceram os repertórios *trabalho cuidando do irmão e da casa, trabalho doméstico, trabalho de lavagem de roupa*. No que concerne às implicações, emergiram do discurso de Benedita os repertórios *não ter pai, assédio no trabalho doméstico*. Enquanto vivências aparecem no discurso de Benedita, os repertórios *trabalhar para não ver a mãe sofrer e não ter felicidade, raiva da patroa, raiva do assédio sofrido*.

Em relação às características, Benedita traz em seu discurso que começou a trabalhar com dez anos no trabalho doméstico. Contudo, desde os 6 anos de idade já *trabalhava cuidando do irmão recém-nascido e da casa* enquanto a mãe procurava trabalho, uma vez que o pai havia saído de casa..

Após esse período, quando completou dez anos, Benedita foi inserida no *trabalho doméstico*, quando residia em Natal. O trabalho começava bem cedo e terminava às seis horas da noite. As atividades consistiam em lavar louças e cuidar de um filho deficiente. Contudo, na atividade real, Benedita ainda teve de lavar roupa, o que ela apresenta em seu discurso como uma exploração da patroa, já que não fazia parte do combinado. De acordo com ela, a patroa o fez com fins a dispensar a lavadeira e economizar dinheiro.

A relação entre Benedita e a patroa era tensa, baseada na exigência e na grande demanda de atividades. Ante a situação de exploração, Benedita deixa o trabalho. Além das demandas do trabalho doméstico, a patroa ainda exigia que Benedita fizesse alimentos de milho, já que era época das festas juninas. O pagamento era feito em espécie, mas como a exploração no trabalho era insuportável para Benedita, ela deixou esse trabalho antes de receber o primeiro pagamento.

Quando completou 12 anos, Benedita e a família mudaram-se para a cidade de Santos, interior de São Paulo. Lá, ela trabalhava com *lavagem de roupas* dos trabalhadores de uma companhia siderúrgica, que pagavam em espécie por peça de roupa lavada e em gêneros, como a feira básica que recebiam da empresa.

B20 –...e quando eu tava em São Paulo eu trabalhava assim, fazia, lavava a roupa dos pião né, aí lava a rôpa daqueles trabalhado da COSIPA⁷, que trabalhava, eu lavava assim, lavava em casa, que lá eles lava assim por peça, uma zorba é um preço, uma camisa é um preço, aí cada uma coisa é um preço...sabe? Era o que tinha de fazê...os trabalhado da COSIPA, sabe? Em Santos... aí os pião da COSIPA quase tudo dava as rôpa pra gente lavá...aí no fim de mês eles vinha cum dinheiro, pagava a gente e as vez ele tinha muito rapaz soltero que num tinha a quem dá, aí aquelas fera que eles ganhava todo mês aí eles dava a gente...

No que concerne às implicações, Benedita descreve que, quando trabalhava como doméstica, ela precisava dar conta de várias tarefas. Pensava em desistir, mas não podia, já que *não tinha pai*, apenas mãe. Ela discursa que sofria *assédio no trabalho doméstico* por parte do filho da patroa, que, segundo ela, a beijava, “alisava”, situação que a incomodava e fazia com que sentisse muita raiva.

B30 - ...o minino passava pur mim, me biliscava, o rapaizinho que ela tinha...ficava mangano de mim, “Benedita, eu fiz tudo pra você gostá de mim!”..aí chegava atrás de mim me beijava, me cherava...chegava vinha, me biliscava, passava me alisava...eu dizi: “você vá se aquetá, você vá se aquetá!”, e ele mexeno cumigo...aí foi um dia num me agüentei dei um tapa nele...

Enquanto vivências, Benedita narra que começou a *trabalhar como doméstica porque não queria que a mãe sofresse*, uma vez que não tinham moradia. Em seu discurso, emerge que *nunca teve felicidade*, pois precisou trabalhar a vida toda na casa das pessoas.

⁷ Companhia Siderúrgica Paulista.

O trabalho que provocava sofrimento em Benedita também provocava *raiva da patroa*, que a obrigava a trabalhar fazendo “comida de milho” a noite inteira. Ela expressa na sua fala ter *raiva do assédio* que sofria na casa da patroa, do qual não gostava.. “B12 -...*pra num vê minha mãe tá sofreno...por debaixo de pé de pau, por debaixo de construção...num tive assim uma filicidade na vida não...minha vida toda vida foi assim trabalhano, na casa de um, na casa de outro...*”.

No bloco **condições de vida adulta**, os repertórios que emergiram do discurso de Bendita foram organizados nas categorias empíricas características e vivências. Quanto às características, apareceram os repertórios *composição familiar atual, manutenção familiar, equipamentos sociais*. No que se refere às vivências, temos os repertórios *é preciso se esforçar e só se entrega após a morte*.

No tocante às características, Benedita demonstra na sua fala que hoje a *composição familiar* consiste de onze pessoas, sendo ela, o marido e mais nove crianças. A *manutenção familiar* atualmente depende do benefício do Programa Bolsa Família e dos bicos que ela faz, catando material reciclável, vendendo produtos de terceiros e realizando lavagem de roupas. O marido, segundo Benedita, não ajuda a manter a família, então, ela mesma busca realizar atividades para obter os itens de necessidade.

Ela discursa que recebe doações das pessoas, o que auxilia na sobrevivência da família. As doações vão desde alimentos a móveis e roupas, sendo que ela recebe tanto de pessoas que a conhecem, quanto de instituições religiosas, associações, de programas sociais, entre outros. Quanto aos *equipamentos sociais* disponíveis, Benedita afirma que não recebe assistência, apesar de a família ser inserida no Programa Bolsa Família. As netas têm acesso à escola e ela só acessa equipamentos de saúde que fornecem gratuitamente a medicação prescrita, uma vez que não tem condições de comprar.

B54 - ...aí me ajuda uma mulé que mora na vila aí...me dá as coisa...tem outra cumade aqui também me dá...que ela trabalha no mercado central , traz aqueles osso de ...assim uma pontinha de queijo, carne pra butá no feijão...me dá...as veiz traz um pedacin de carne verde...a outra também dá..e tem também a fêra do dia 30, da igreja do rusário...as veiz aí, pronto, eu ricibi já duas veiz fêra ali da prefeitura...aí chega fim de ano aqui, no ano eu peço a papai Noel, aí a a minha neta...ela faz a carta pra papai Noel, aí manda, ele manda, aí quando chega, chega...eu arrecebo...e vem a cesta básica...aí ela recebe ela vai e me dá...sabe? eu passo assim por causa de ajuda, mais minha filha aqui tem dia de ano que ceia de ano você olha assim só tem água dentro de casa, mas eu faço...só Deus né?...tem uma associação ali que eu arrecebo as coisa também, ele dá dois real, quando chega as coisa o rapaz manda me chamá...quando chega feijão, macaxera, quando chega abacaxi, quando chega aí ele manda me chamá e eu arrecebo sabe?

Ela traz como vivência, que é *preciso se esforçar* para garantir a sobrevivência, que não pode esperar por ninguém. Por isso, realiza bicos catando material reciclável, o que soma ao benefício do Programa Bolsa Família e usa para pagar as contas da casa. Benedita traz em seu discurso que *só se entrega após a morte*; enquanto estiver viva, ela busca lutar para conseguir os meios para sua sobrevivência e da família.

B60 - ...o do bolsa família agora eu tiro pra comprá negócio de cumida amanhã, aí intero com o dinhêro que eu vendo os lixo ali, aí intero pra pagá a água...paguei semana passada, paguei duas luz e uma água...pronto ainda tem uma água e uma luz já...pra pagá...num vô esperá ninguém, tem que me esforçá né?...Eu só me intrego depois que eu tivê treis dia dentro de um caixão, aí que eu me entrego...mas aí eu digo agora eu vô mermo...enquanto eu tive bulino com os óio...

No bloco **implicações para a vida adulta**, os repertórios que emergiram do discurso de Benedita foram organizados nas categorias empíricas implicações e vivências. Quanto às implicações, aparecem no discurso os repertórios *nunca estudou, o pai não deixava estudar, trabalho trouxe desvantagem para a saúde, profissão desejada, vida seria diferente se tivesse*

*casado com o ex-noivo. No que se refere às vivências, surgiram os repertórios *vergonha de sair, vida hoje melhor que quando adolescente, sente-se melhor com a vida hoje que antes porque tem o amor dos netos, vida diferente se tivesse ficado em São Paulo.**

Benedita traz em seu discurso como implicações que *nunca estudou*, e que hoje estuda, que consegue escrever, mas não sabe ler. Ela afirma que *o pai não a deixava estudar*, porque acreditava que ela iria “arrumar homem” na escola. Para Benedita, *o trabalho trouxe desvantagem para a saúde*, uma vez que sente-se doente e não teve tranquilidade na vida.

Benedita apresenta em seu discurso como *profissão desejada* o trabalho de limpeza de hospital ou colégio, uma vez que suas condições de saúde a impedem de exercer outra atividade. Ela aponta, a partir de intervenção da pesquisadora, que o que faltou para poder trabalhar com limpeza de hospitais ou colégios foi a falta de escolarização, que foi impedida por seu pai.

Benedita apresenta em seu discurso que percebeu que a vida poderia ter sido diferente quando foi residir na cidade de Natal, quando ficou noiva. O pai, que já não permitia que tivesse contato com o noivo, queimou todo o enxoval de Benedita, o que fez com que ela desistisse do casamento. Para ela, *a vida poderia ter sido diferente se tivesse casado com o noivo*, mas como isso não ocorreu, a vida acabou sendo como é hoje. “P39 – *E assim, ter trabalhado quando criança trouxe vantagem ou desvantagem pra sua saúde? A40 – eu acho que trouxe foi muita desvantage...porque dos jeito que eu sou hoje em dia toda doente...nunca tive um dia de sossego...*”.

No tocante às vivências, Benedita afirma que sente *vergonha de sair*, isso porque não sabe ler nem escrever, e as pessoas sabem mais que ela. Contudo, ela precisa sair para tentar buscar o que a família necessita, então ela enfrenta sua vergonha e sai. A avaliação da *vida atual como melhor que quando adolescente* perpassa pela autonomia na gestão de seus bens e em sua obtenção: ela quem decide o que fazer e como conseguir. Por outro lado, o *sentir*

melhor com a vida hoje em comparação com a de antes está relacionada ao amor dos netos.

Ainda que não possua amor por parte do marido, e mesmo cuidando dos netos da maneira que pode, eles sempre a procuram, o que para ela demonstra que eles a amam.

Para Benedita, permanecer *em São Paulo representaria a chance de ter uma vida diferente*, de aprender a ler e escrever, já que lá as pessoas ajudam as outras. No entanto, isso foi impossível devido ao seu pai, que lhe impediu de ser feliz.

B36 - ...é por isso mulé que eu fico cum vergonha de ir pros canto, assim sem sabe assiná...às veze dá vontade de saí, mas eu tenho vergonha, que os pessoal sabe mai do que eu...ái eu digo: “mais eu tenho de infrentá!”...

4.7.3. Árvores de Associação

Conforme realizado nas demais entrevistas, o discurso de Benedita sobre as implicações do trabalho precoce para a vida adulta foi organizado em árvores de associação, com fins a facilitar a compreensão do fluxo de seu discurso.

Na primeira árvore, Benedita narra em seu discurso, a partir de intervenção da pesquisadora, que nunca estudou, por isso, tem vergonha de sair para outros lugares, ela tem vontade de sair, mas sente vergonha porque as outras pessoas “sabem mais” do que ela. Ela afirma que, se não estiver nervosa, consegue escrever o nome, mas ela ainda não sabe ler.

Na segunda árvore, a relação entre trabalho precoce e vida atual é abordada pela pesquisadora através da relação entre trabalho precoce e estudos, Benedita afirma que o trabalho não atrapalhou os estudos porque o pai não a deixava estudar por acreditar que ela ia “arrumar homens”. Na terceira árvore, essa relação trabalho precoce e vida atual é discutida pela pesquisadora através da relação entre trabalho precoce e saúde, em que Bendita afirma que o trabalho precoce trouxe desvantagens, já que hoje vive doente, e conclui que viver migrando pelo mundo, não é nada fácil.

Na terceira árvore, ela narra que a vida hoje é melhor do que quando era jovem, porque hoje ela mesma quem faz suas coisas, decide, vende, troca o que tem e, quando isso não é suficiente para a manutenção da família, ela vai catar lixo para reciclar, uma vez que não pode trabalhar mais.

Na quinta árvore, ao ser abordado pela pesquisadora sobre o que gostaria de ser em termos profissionais, Benedita afirma que gostaria de trabalhar varrendo hospitais ou creches, já que não pode mais fazer outra coisa. Quando a pesquisadora intervém para saber o que faltou para ter esse trabalho, Benedita afirma que faltou estudo, pois o pai não a deixava estudar e trabalhar.

Na sexta árvore, a pesquisadora aborda junto à Benedita se a vida poderia ser diferente, ela afirma que poderia ser muito diferente se tivesse ficado em São Paulo, porque teria oportunidade de aprender a ler em uma escola, já que lá as pessoas ajudam demais as outras. Contudo, o pai não quis. Para ela, nesse tempo, ela poderia ter uma chance, mas seu pai impediu sua felicidade.

Na sétima árvore, Benedita elabora um discurso para relatar que percebeu que a vida poderia ser diferente quando foi morar em Natal, pois na época ela era noiva e o pai não queria; por isso ele queimou seu enxoval, com desgosto, ela não casou e veio morar em João Pessoa.

O fluxo do discurso para abordar como se sente com a vida hoje é construído afirmando que se sente melhor do que antigamente, porque apesar de não ter amor de marido, tem o dos filhos e netos; mesmo brigando com eles, eles sempre a procuram.

Portanto, Benedita identificou implicações do trabalho na saúde. Com relação à escolarização, ainda que reconheça que a falta de estudos atrapalha a vida profissional hoje, ela não relaciona trabalho precoce aos estudos, mas sim ao impedimento por parte do pai.

4.7.4 Análises

As condições de vida na infância de Benedita eram marcadas pela extrema pobreza, que são apresentadas por ela em seu discurso, através da falta de moradia, constantes migrações e da necessidade de trabalhar junto com os irmãos para prover a sobrevivência, o que corrobora dados de Kassouf (2004a) e Tavares (2002). Além disso, a dinâmica familiar de Benedita, marcada pela violência, fazia com que ela assumisse o papel de chefe da casa, com apenas dez anos de idade, já que o pai não auxiliava na manutenção familiar, o que a impeliu ao trabalho. Essa realidade corrobora os dados de Alberto et al. (2005) e Kassouf (2007) sobre a ausência de um dos genitores da família ser fator que impele as crianças ao trabalho.

A responsabilidade dos cuidados na família parece confirmar o que Sarti (1996) afirma que a infância nas classes populares acaba mais cedo. No caso de Benedita, aos seis anos, já cuidava do irmão menor enquanto a mãe trabalhava, conclui-se, portanto, que a infância de Benedita acabou neste período.

Essas condições de vida trouxeram implicações para ela no sentido da não escolarização, proibida pelo pai e pelas constantes migrações da família. Essa dinâmica familiar aparece como sendo restritiva em seu discurso, como tendo impedido várias realizações e trazendo implicações para a relação com a família hoje. Por causa da falta de condições, Benedita apresenta-nos o sentido de sua vivência como não ter tido felicidade na vida.

Durante a infância e adolescência, ela exerceu diversas atividades de trabalho, desde o cuidado com a casa e os irmãos menores, o trabalho doméstico na casa de terceiros e a lavagem de roupa. Quando da execução do trabalho doméstico, ela fica exposta a longas jornadas de trabalho, a ritmos intensos de trabalho e a assédio sexual, o que faz com que vivencie uma raiva desse assédio e da patroa, que a explorava ainda para realizar outras atividades. Esses riscos do trabalho infantil doméstico são reportados na literatura por autores

como Tavares (2002), Rizzini e Fonseca (2002) e Alberto et al. (2005) e são aqui corroborados na história de Benedita. Sampaio e Ruiz (1996) afirmam que as crianças e adolescentes trabalhadores precoces podem apresentar sentimentos de desamparo ante a responsabilidade assumida, bem como Alberto et al. (2005) identificam uma adultização precoce em crianças trabalhadoras. Compreendemos que, no caso de Benedita, esses elementos dão sentido ao seu discurso, enquanto implicações da necessidade de trabalhar.

As condições de vida atuais de Benedita são marcadas pela pobreza, pela grande quantidade de pessoas na família e pelo benefício do Programa Bolsa Família como única renda fixa da casa, pois o marido não auxilia na manutenção familiar, e o que ela arrecada com a cata de materiais recicláveis e outras atividades é muito pouco para as necessidades familiares. Compreendemos que, no caso de Benedita, ocorre o que Mendes (2004) denomina de transmissão intergeracional da pobreza, que seria provocada pela existência do trabalho precoce e da baixa escolaridade das crianças, que, quando adultas, não conseguem uma ascensão sócio-econômica e continuam nas condições de pobreza vivenciadas durante a sua própria infância, perpetuando-a junto aos seus filhos.

Para manter a família, as estratégias utilizadas são diversas, vão desde ao trabalho informal ao pedido de ajuda de outras pessoas e instituições. Percebemos que Benedita e a família têm acesso a alguns equipamentos sociais, porém, nem sempre atendem todas as suas necessidades, como no caso do acesso a medicamentos. Esse acesso restringido pela oferta parcial dos serviços de saúde pode fazer com que alguns serviços e direitos acabem não sendo procurados, pela impossibilidade familiar de atender as recomendações dos médicos. Mesmo ante essas dificuldades, há uma busca por parte de Benedita de trabalho e da subsistência familiar, o que ela vivencia como uma obrigação de ter esforço próprio e não desistir de tentar prover recursos para a sobrevivência.

Quanto às implicações do trabalho precoce para a vida adulta, Benedita afirma que o trabalho precoce não atrapalhou seus estudos; o que na verdade a impediu de estudar foi o pai, que a proibia de freqüentar a escola. Percebemos que, neste caso, essa proibição do pai em relação à escolarização é anterior ao trabalho. Já no que concerne à relação entre trabalho precoce e a saúde, Benedita afirma que o trabalho precoce trouxe-lhe desvantagens, uma vez que vive doente, e associa isso também ao fato das constantes migrações quando criança, o que corrobora os dados de Kassouf (2000), e Rosati e Straub (2006), de que adultos que foram trabalhadores precoces reportam mais problemas de saúde na vida adulta. Esses problemas de saúde têm implicações também na vida profissional de Benedita, uma vez que hoje, para ela, a única atividade de trabalho vislumbrada é a de limpeza de creches e hospitais, já que, segundo a mesma, não tem saúde, nem estudos para exercer outra atividade, mostrando-nos que esses dois fatores para ela são vistos como limitantes da execução de outras formas de trabalho.

Benedita afirma que tomou consciência que a vida poderia ser diferente quando o pai a impediu de casar, o que nos remete à noção de Vigotski (1934/ 2009) de que a consciência emerge quando há uma situação de desafio ou impasse, que exige um redirecionamento do pensamento para a reflexão e a ação, o que aqui parece ocorrer com Benedita. Percebemos que para ela a consciência das dificuldades vividas na infância faz com que tenha uma conduta diversa daquela que seus pais tiveram, no cuidado com seus netos, sendo que sua subjetividade foi constituída a partir da rejeição dessas práticas e na busca de melhoria das condições de vida da família, mesmo ante as dificuldades que passa nos dias atuais.

Podemos perceber que no geral, as condições de vida dos participantes foram permeadas por diversas dificuldades que contribuíram para a inserção no trabalho precoce. A dificuldade de manutenção familiar estava presente em todos os casos, e em seis deles, a migração em busca de melhores condições de sobrevivência. Este é um fator importante,

porque mostra que a pobreza foi um elemento que marcou a vida dos entrevistados e que contribuiu para a inserção precoce no trabalho.

Ao mesmo tempo, a ausência de um dos genitores foi recorrente nos discursos dos participantes, seja uma ausência física, ou mesmo ausência no papel de cuidado ou de provisão familiar, o que tem sido apontado na literatura como fator importante para a entrada precoce no trabalho. Os equipamentos sociais precarizados ou ausentes também compõem este cenário da infância e adolescência dos entrevistados, indicando que a confluência destes fatores – necessidade financeira, migração, ausência dos genitores e precariedade dos equipamentos sociais – parece confluir para a criação de condições de vida desfavoráveis que empurram crianças para o trabalho. Os participantes identificaram implicações positivas e negativas destas condições, ainda que tenha predominado as implicações negativas, como a perda dos estudos, da infância e do lazer.

O trabalho precoce no geral aparece nos discursos dos participantes como sendo motivado pelas necessidades financeiras e de sobrevivência, e para alguns dos participantes, como forma de fugir da violência doméstica. Foi caracterizado nos discursos pelas longas jornadas, ritmos intensos e riscos. Emergiram como implicações ligadas à execução do trabalho a evasão escolar, falta de tempo para os estudos ou cansaço que o dificultava, a responsabilidade precoce. Apesar de alguns participantes identificarem que foi bom ser trabalhador precoce, as vivências que emergiram se referem à lembranças negativas do sofrimento imprimido pelo trabalho, dos riscos, dos conflitos vivenciados no mesmo.

As condições de vida atuais dos participantes são, no geral, marcadas pela necessidade financeira dos participantes, pelo desemprego – e para alguns, este está ligado aos poucos anos de escolaridade - pelo trabalho informal e pela relevância dos benefícios sociais. Ao mesmo tempo, reconhecem que ainda que hajam deficiências, os equipamentos sociais hoje estão mais presentes em seu cotidiano do que quando eram crianças. Essas condições

implicam para alguns participantes em “estresse” e uma modificação na relação com os filhos. As vivências em relação às condições de vida atuais são marcadas, para alguns, por uma avaliação da vida como boa em comparação com a vida na infância, e para outros, como ruim, devido à reprodução e permanência em suas vidas das dificuldades de sobrevivência. Neste contexto, o benefício do Programa Bolsa Família se reveste de valorização nos discursos, por permitir a manutenção familiar ante a dificuldade de obtenção de renda via emprego, sendo que este último é buscado pelos participantes e emerge como um desejo e necessidade em suas vidas.

Com relação às implicações do trabalho precoce para a vida adulta, os discursos dos participantes apresentaram uma diversidade de sentidos. Para alguns, o trabalho atrapalhou os estudos; para outros a impossibilidade decorria também das condições de vida, que incluíam a precariedade dos equipamentos sociais, o que mostra que esses dois elementos confluíam para a baixa escolarização dos participantes; o mesmo ocorreu no que concerne à saúde: aparecem sentidos diversos: ora em uma relação de prejuízo entre trabalho precoce e saúde; ora o discurso emerge como não havendo implicações, ora o discurso é da relação de favorecimento da saúde pelo trabalho, por conferir responsabilidade. Alguns participantes identificam em seus discursos implicações do trabalho para a obtenção de emprego hoje, dado o trabalho e as condições de vida terem dificultado a escolarização. Ao mesmo tempo, aparece o discurso de que o trabalho promove formação, e neste sentido, seria melhor do que os estudos, mostrando a diversidade dos sentidos presentes nos discursos.

O trabalho precoce assumiu diversos sentidos para os participantes. Para alguns, foi uma experiência vivenciada como ruim. Para outros, assume o sentido de oportunidade de fugir de outras formas de violência e de ter acesso a equipamentos sociais, que estavam ausentes em suas condições imediatas de vida, ante a ausência do Estado na provisão destes. Para outros ainda, emergiram sentidos contraditórios, mas coexistentes: o trabalho foi ruim

porque privou das brincadeiras, dificultou os estudos, expos a riscos; ao mesmo tempo, há o sentido e que as vivências neste promoveram aquisição de responsabilidade e proveram as necessidades familiares daquele momento. As entrevistas mostraram que os sentidos acerca do trabalho são diversos, ligados aos discursos presentes no meio social dos participantes, às condições de vida em que estavam inseridos, às experiências vivenciadas no trabalho. Na tentativa de formar o sentido pessoal, estes fatores interagiram de diversas formas, ora conferindo ao trabalho precoce um sentido pessoal positivo, ora negativo, ora contraditório, mas igualmente produtor de práticas sociais diversas. Essa diversidade ajuda a compreender as diferentes formas que estes adultos lidam com o trabalho precoce hoje, inclusive a inserção dos próprios filhos no trabalho, uma vez que estes últimos também foram trabalhadores.

Emergiram das histórias e discursos dos participantes algumas singularidades. Uma delas aparece na história de Glória, que traz o discurso de que o trabalho doméstico lhe propiciou uma melhoria nas condições de vida, pelo fato de através dele poder fugir da violência doméstica dos pais e ter a possibilidade da escolarização. Ainda que ela possa ter tido a chance de estudar com a saída de casa, Glória não vislumbrava outras alternativas que lhe garantissem o direito aos estudos e que não implicassem na inserção precoce no trabalho; alternativas estas que hoje estão postas na Constituição: a do acesso à escolarização e outras políticas públicas como um direito de cidadania. Não estavam postas condições - inclusive em termos de equipamentos sociais - que lhe permitissem construir um percurso de vida que não fosse marcado pela violação de direitos. A ela restou a exploração no trabalho.

A singularidade da história pessoal de Marcos, único participante da amostra que hoje possui emprego e cursa o Ensino Superior - portanto, melhores condições de vida atuais que os demais entrevistados - aponta para um aspecto relevante dentro da análise proposta: o apoio institucional parece ser fundamental para produzir mudanças nas trajetórias de vida marcadas pelo trabalho precoce, já que estas tendem a perpetuar a pobreza. No caso de

Marcos, este apoio ocorreu via igreja e vida religiosa, e não via Estado. Assim, a busca de políticas públicas que proporcionem este apoio institucional aos egressos do trabalho precoce se reveste de importância, e merecem destaque nas pautas e nos planos que configuram as políticas direcionadas à problemática, pelo potencial que trazem de uma ascensão econômica e social aos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação pretendeu-se analisar as implicações psicossociais do trabalho precoce em adultos. Nesse intento, o sentido dos discursos dos participantes, de um modo geral, revela que houveram implicações do trabalho realizado na infância, porém há variabilidades em termos de quais implicações.

Os sentidos dos discursos dos participantes trouxeram vários aspectos a serem abordados em relação às temáticas elencadas nessa dissertação. Através deles, observamos que muitos dos aspectos apontados pelos adultos entrevistados se coadunam com o que a literatura aponta como sendo realidades que permeiam o trabalho precoce e suas características, no caso de pesquisas com crianças e adolescentes.

Podemos observar que no tocante às condições de vida, a migração é um aspecto recorrente no discurso dos participantes. Essa migração aparece, sobretudo, como ocorrendo pela busca de melhores condições de vida. O acesso aos equipamentos sociais se revela como uma dificuldade na história dos entrevistados: seja porque não existiam, porque eram precários, porque ficavam distantes e inacessíveis ou por impedimento dos pais, o que confirma o que a literatura aponta, de que a falta de equipamentos sociais é um dos fatores que contribuem para o trabalho precoce.

Além disso, boa parte não possuía a presença de um dos genitores, e no caso dessa dissertação, a ausência do pai prepondera, seja numa ausência em termos físicos, ou na ausência no auxílio à manutenção familiar, o que compreendemos que também contribui para a inserção precoce no mundo do trabalho e se coaduna com o que a literatura acerca da temática afirma sobre a relação entre a ausência de um dos genitores e o trabalho precoce.

Na questão dos sentidos dos participantes sobre a inserção no trabalho, percebemos que a maioria é inserida nas atividades de trabalho em torno dos sete anos de idade,

confirmando a idéia de que nas classes populares a infância acaba mais cedo. A atividade em que a maioria é inserida na infância é o trabalho doméstico, seja na própria casa ou na de terceiros, ou ambos, o que se deve também ao fato de a maioria dos participantes serem do sexo feminino e assumirem o papel de referência na família e no cuidado dos filhos. Em alguns casos havia a inserção em mais de uma atividade de trabalho, com fins a obter alguma ajuda ou renda. As jornadas, no geral, eram extensas, com ritmos de trabalho intensos e uma diversidade de tarefas a serem cumpridas, com baixa ou mesmo sem nenhuma remuneração. A exposição a riscos no trabalho é trazida pelos entrevistados, seja no trabalho doméstico, no trabalho na agricultura, na feira livre ou nas ruas. Parte dos entrevistados traz como sentido a perda da infância e das brincadeiras, a impossibilidade de ter brinquedos e a falta de lazer, atividades que são identificadas por teóricos da Psicologia Histórico-cultural como essenciais para o desenvolvimento cognitivo, para a aquisição de regras, e em termos de desenvolvimento geral, para a elaboração afetiva e controle do seu comportamento. Compreendemos que a emergência dessa perda da infância para os participantes se reveste de importância em termos de desenvolvimento, mas também como a negação da vivência de uma etapa social importante na constituição da subjetividade.

Todos os participantes ainda passam por dificuldades na manutenção familiar, o que parece confirmar o que os estudos apontam: trabalhar precocemente tem impacto na escolaridade e renda dos participantes, e que há uma perpetuação da pobreza via trabalho precoce. No tocante aos sentidos dos discursos dos participantes sobre as condições de vida hoje, no conjunto estão desempregados ou inseridos em atividades de trabalho informais; destacamos que boa parte das que ainda trabalham estão no trabalho doméstico, ocupação em que trabalhara na infância e que agrega pessoas de baixa escolaridade, o que é apontado na literatura.

Quanto aos sentidos dos discursos referentes às implicações do trabalho precoce para a vida adulta, percebemos que todos identificam implicações negativas no que se refere aos estudos: cansaço que dificulta a aprendizagem, repetência, evasão, que se aliam à escassez e deficiência dos equipamentos de escolarização postos em suas condições de vida na infância. Essa impossibilidade de estudar implica também para alguns participantes na impossibilidade de obter emprego hoje, quando adultos, o que divide seus sonhos profissionais em dois caminhos opostos: o do desejo, que gostariam de ter trilhado, e o real, aquele que ainda é possível ante as condições de vida a que foram submetidos. Para alguns, o sentido que o trabalho assume é o de implicações para a saúde; para outros há uma dúvida com relação a danos nesse sentido.

No geral, os sentidos dos discursos dos participantes identificaram implicações em termos de escolarização, e avaliaram o trabalho como tendo implicações negativas. Contudo, aparece dentre os participantes o sentido de que, ao mesmo tempo em que o trabalho precoce trouxe pontos negativos, trouxe a responsabilidade e evitou a marginalidade: o trabalho então, para estes participantes, se reveste de um sentido formador e disciplinador, corrente na sociedade brasileira, sobretudo quando se refere à classes sociais pobres. Esses significados são utilizados pelos participantes para formar seu sentido pessoal para o trabalho precoce.

O sentido do discurso dos participantes revela que as vivências no trabalho precoce contribuem para a construção da subjetividade no momento em que limitam o acesso à escolarização, fundamental para a aquisição das funções psicológicas superiores e das conquistas obtidas numa cultura, sobretudo a acidental, pautada na valorização do capital cultural. O referido trabalho determina também a execução de atividades como as brincadeiras, fundamentais para a conformação na criança dos eventos e situações no mundo e constituição da personalidade. O trabalho precoce traz implicações para a identidade, uma vez que atribui responsabilidade para pessoas em processo de desenvolvimento, provocando uma

incoerência de papéis, e, muitas vezes, provoca um pessimismo e incerteza ante ao futuro, que, sem escola, sem emprego, fica limitado a precárias condições de vida e perpetua a pobreza.

Compreendemos que os sentidos que o trabalho precoce assume para os participantes são variados, e muitas vezes contraditórios. O trabalho que traz o sofrimento, causa pessimismo e o sentimento de inutilidade, que atrapalha a escolarização e para alguns traz problemas de saúde, também é visto como desejável e trazendo uma ocupação para as crianças e adolescentes. Parece-nos que a subjetividade dos participantes é construída em meio às vivências negativas do trabalho, sendo que, ao mesmo tempo, essas vivências são justificadas por um discurso do trabalho como formador. O resultado dessa contradição produzirá uma síntese que desemboca num sentido sobre o trabalho: este pode ser considerado positivo ou negativo, ou ambos. A consciência que emerge dessa realidade vivenciada parece estar relacionada à possibilidade de reflexão sobre a própria vida e constituição pessoais, que muitas vezes parecem ocorrer de forma dispersa e pontual no discurso dos participantes. Para estes, há uma identificação das implicações do trabalho precoce durante a infância; contudo, há uma dificuldade de estabelecer relações com as condições de vida atuais: passado e presente estão distantes no tempo e na consciência, o que pode justificar o fato de que, mesmo alguns entrevistados identificando implicações negativas, como a exposição a riscos, ainda haja a inserção dos próprios filhos no trabalho, perpetuando o ciclo de exclusão via transmissão intergeracional do trabalho precoce.

Portanto, percebemos que o trabalho precoce trouxe para estes adultos implicações, sobretudo em termos de escolarização e trabalho, que contribuíram para a configuração de suas atuais condições de vida. Este estudo levantou várias questões cuja investigação se mostrou além dos objetivos do presente trabalho: que fatores na história de vida desses participantes provocam mudanças nas perspectivas futuras ante ao trabalho; porque, apesar de

identificarem implicações do trabalho precoce para a vida adulta, inserem seus filhos precocemente em atividades de trabalho; que prejuízos a privação das brincadeiras pode trazer para os trabalhadores precoces, dentre outros.

Este trabalho buscou trazer para o centro da discussão sobre as implicações do trabalho precoce a visão daqueles que vivenciaram esta experiência, buscando compreender o desenvolvimento na visão dos participantes, mostrando que os sentidos sobre as realidades são múltiplos, e que esta diversidade deve ser considerada nos estudos dentro da Psicologia. Buscou resgatar, dentro de uma perspectiva em Psicologia Social, o papel da cultura na construção subjetiva, na formação da consciência, e na construção da dimensão subjetiva da realidade social. Buscou também trazer uma contribuição no que se refere à retomada da obra de Vigotski para a Psicologia Social, e não apenas como uma teoria que se detém sobre aprendizagem e desenvolvimento, mas como uma teoria sobre a constituição do ser humano em sua gênese histórico-cultural.

Desejamos que a presente dissertação possa contribuir para a compreensão de como se constrói a subjetividade daqueles que tem em suas vidas as marcas deixadas pelo trabalho precoce, trazendo reflexões que se somem ao corpo de estudos já existente. Esperamos também que este estudo possa trazer contribuições em relação à políticas públicas de combate a problemática do trabalho precoce, e no tocante ao trabalho com as famílias, avançando, nesse sentido, não só na concessão de benefícios, mas de serviços que contemplem em seu bojo os sentidos que construíram a partir da vivência do trabalho em tenra idade, e como estes, por sua vez, delineiam práticas sociais com seus próprios filhos.

REFERÊNCIAS

- Alberto, M. F. P. (2002). *A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Alberto, M. F. P., Nunes, T. S., Cavalcante, C. P. & Santos, D. P (2005). *O Trabalho Infantil Doméstico em João Pessoa- PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. João Pessoa: OIT.
- Alberto, M. F. P., Silva, A. C. S. da, Santana, R. V. M., Vasconcelos, T. T. V. A. & Cirino, D. C. S. (2006). *O trabalho infantil na atividade informal urbana em Guarabira – PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. Brasília: OIT.
- Alberto, M. F. P., Wanderley, J. C. V., Souza, G. P. & Gomes, V. C. (2006). *Trabalho infantil na cultura do abacaxi no município de Santa Rita – PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. Brasília: OIT.
- Alberto, M. F. P., Santos, D. P. dos., Leite, F. M., Lima, J. W. de., Paixão, G. P. & Silva, S. A. (2009). Trabalho Infantil Doméstico: perfil bio-sócio-econômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12 (1), 57-73.
- Alexei Nikolaevich Leontiev (1904-1979) (n.d.). Marxists Internet Archive. Recuperado em 05 de dezembro de 2010, de <http://www.marxists.org/portugues/leontiev/index.htm>.

- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2a ed. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Barros, J. P. P., Paula, L. R. C. de, Pascual, J. G., Colaço, V. de F. R. & Ximenes, V. M. (2009). O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 21 (2), 174-181.
- Becker, H. S. (1997). A história de vida e o mosaico científico. In H. S. Becker, *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais* (pp. 101-116). 3a ed. São Paulo: Hucitec.
- Beegle, K, Dehejia, R & Gatti, R. (2005, jan). Why should we care about child labor? The education, labor market, and health consequences of Child labor. *World Bank Policy Research Working Paper N.º 3479*. Recuperado em 18 de julho de 2009, de http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&piPK=64165421&theSitePK=469372&menuPK=64216926&entityID=000012009_20050210093624
- Bosi, E. (1987). Memória-sonho e memória-trabalho. In E. Bosi, *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (pp. 05-24). 2a ed. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Campos, H. R. & Alverga, A. R. de. (2001, julho/dezembro). Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estud. Psicol. (Natal)*. 6 (2), 227-233. Recuperado em 29 de agosto de 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7276.pdf>

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2007). *Referência Técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/ SUAS*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 12 de dezembro de 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

Convenção 138. Recomendação 146. Convenção 182. Recomendação 190 (n. d.). Brasília: OIT/ IPEC.

Convenção sobre os Direitos da Criança (2002). Rio de Janeiro: Save the Children Suécia.

Costa, A. C. G. da. (1990). *Participar é preciso*. [S. l.]: Ministério da Ação Social, CBIA.

Dantas, A. P. A. (2004). *Trabalho Infanto-juvenil Doméstico como violação dos Direitos Humanos*. Monografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 (1967). Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 13 de janeiro de 2009, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0229.htm>

Delari Jr. A. (2000). *Consciência e linguagem em Vigotski: aproximações ao debate sobre a subjetividade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (1998). Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 12 de dezembro de 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm

Emerson, P. M. & Souza, A. P. (2002, May). Is There a Child Labour Trap? Inter-generational Persistence of Child Labour in Brazil. *Working Paper nº 02-W14*. Nashville, TN: Vanderbilt University/Department of Economics. Recuperado em 13 de maio de 2009, de www.vanderbilt.edu/econ

Emerson, P. M. & Souza, A. P. (2007). *Is Child Labor Harmful? Working Earlier in Life on Adults Earnings*. Germany: Institut for the Study of Labour (IZA).

Engels, F. (1985). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. (R.C. Artigas e R. Forti, trad.). 2a ed. São Paulo: Global. (Original publicado em 1895).

Estatuto da Criança e do Adolescente (2005). Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas.

Estrela, M. S. (2004). *O trabalho infanto-juvenil enquanto violência aos direitos humanos de escolarização: o caso dos meninos trabalhadores na cultura do abacaxi*. Monografia de Especialização, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Goes, J. R. de & Florentino, M. (2004). Crianças escravas, crianças dos escravos. In M. Del Priore, *História das crianças no Brasil* (pp. 177-191). 4a ed. São Paulo: Contexto.

Haas, F. (2003). *O Trabalho Infantil Doméstico nas cidades de Belém, Recife e Belo Horizonte: um diagnóstico rápido*. Brasília: OIT.

Kassouf (2000). O efeito do trabalho infantil para o rendimento e a saúde dos adultos. Trabalho apresentado no *XXII Encontro Brasileiro de Econometria*. CEPEA/ EsalQ/USP. Recuperado em 16 de abril de 2009, de <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>

Kassouf, A. L., Mckee, M. & Mossialos, E. (2001). Early entrance to the job market and his effect on adult health: evidence from Brazil. *Healthy Policy and Planning*. 16 (1), 21-28.

Kassouf, A. L. (2004a) (Coord.). *O perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade*. Brasília: OIT.

Kassouf, A. L. (2004b) (Coord.). *O trabalho de crianças e adolescentes no Nordeste do Brasil*. Brasília: OIT.

Kassouf, A. L. (Coord.) (2004c). *O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21*. Brasília: OIT.

Kassouf, A. L. (2007, mai-ago). O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, 17 (2), 323-350.

Lee, C. & Orazem, P. (2007). Lifetime Health Consequences of Child Labour in Brazil. *Working Paper Series N°.08018*. Ames: Iowa State University/Department of Economics.

Recuperado em 19 de julho de 2009, de http://www.econ.iastate.edu/research/webpapers/paper_12933_08018.pdf

Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 (1971). Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 13 de janeiro de 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm.

Liebel, M. (2004). *A will of their own: Cross-cultural perspectives on working children*. London & New York: Zed Books.

Londoño, F. T. (1991). A origem do conceito menor. In M. Del Priore (Org.), *A História da criança no Brasil* (pp. 129-145). São Paulo: Cortez.

Lopes, J. L, Souza, E. L. C.& Pontili, R. M. (2008). Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná. Trabalho apresentado no *VI Seminário do trabalho: trabalho, economia e educação no século XXI*. Recuperado em 15 de agosto de 2009, de: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/janetelopesedicleiasouzaerosangelapontili.pdf>

Mancebo, D., Maués, O. & Chaves, V. L. J. (2006, jul/ dez.). Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. *Educar*, (28), 37-53. Recuperado em 25 de fevereiro de 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf>

Martinez, A. M. (2001). Trabajo infantil y Subjetividad: una perspectiva necesaria. *Estudios de Psicología*, 6 (2), 235-244.

- Martins, J. de S. (Coord.),(1993). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2a ed. São Paulo: Hucitec.
- Marx, K. (1987). *O Capital - crítica da economia política. O processo de produção do capital*. (Vol. 1, Tomo 1). 11a ed. São Paulo: DIFEL. (Original publicado em 1883).
- Mendes, R. (2004). O Brasil sem trabalho infantil doméstico. In M. F. P. Alberto (Org.), *Trabalho infanto-juvenil e direitos humanos* (pp. 37-42). João Pessoa: Universitária/UFPB.
- Minayo, M. C. de S. (1999). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. de S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11a ed. São Paulo: Hucitec.
- Molon, S. I. (2010). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. 3a ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moreira, M. I. & Stengel, M. (Orgs.),(2003). *Narrativas Infanto-Juvenis sobre o Trabalho Doméstico*. Belo Horizonte: PUCMinas.
- Moura, M. A. (1996). O trabalho precoce e a saúde das crianças e adolescentes. *Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes*. Brasília: [s. n.].

- Moura, W. (1996). A família contra a rua: uma análise psicossociológica da dinâmica familiar em condições de pobreza. In A. Fausto & R. Cervini (Orgs.), *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (pp. 151-194). 2a ed. São Paulo: Cortez.
- Nascimento, E. P. do. (1994, jul-dez.). Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Caderno CRH*, (2), 29-47.
- Nogueira, M. A. (1993). *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. 2a ed. São Paulo: Cortez.
- Organização Internacional do Trabalho (2001). *Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores*. Brasília: Autor.
- Passetti, E. (2002). Crianças carentes e políticas públicas. In M. Del Priore (Org), *História das crianças no Brasil* (pp.- 347-375). 3a ed. São Paulo: Contexto.
- Ramos, F. P. (2004). A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In M. Del Priore, *História das crianças no Brasil* (pp. 19-54). 4a ed. São Paulo: Contexto.
- Ranking Nacional do Trabalho Infantil (5 a 17 anos): Quadro comparativo dos dados da PNAD (2008 e 2009)*. (2009). [s.l.]: Ministério Público da União. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho – 7ª região. Coordenadora Regional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente.

- Rasia, M. da G. R. (2009). *Psicologia Histórico-Cultural na formação docente: estudo sobre a apropriação da obra de Vigotski em cursos de licenciaturas no Estado da Paraíba*. Tese de Doutorado, Centro de Educação, Universidade Federal Paraíba, João Pessoa.
- Rizzini, I. & Fonseca, C. (2002). *As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil - Aspectos históricos, culturais e tendências atuais*. Rio de Janeiro: OIT/IPEC.
- Rizzini, I. & Holanda, F. B. de. (1996). *A criança e o adolescente no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: USU/ Amais.
- Rizzini, I. (2004). Pequenos trabalhadores do Brasil. In M. Del Priore (Org.), *História das crianças no Brasil* (pp. 376-406). 4a ed. São Paulo: Contexto.
- Rosati, F. C. & Straub, R. (2006). Does work during childhood affect adult's health? An analysis for Guatemala. *Paper series, Understanding Children's Work (UCW) Project – An Inter-agency Research Cooperation Project*. ILO/ UNICEF/ World Bank Group. Recuperado em 15 de maio de 2009, de http://www.ucw-project.org/pdf/publications/standard_longrun_healtheffects2.pdf
- Sampaio, J. J. C. & Ruiz, E. M (1996). *Trabalho Precoce e Psiquismo Infantil*. [s.l.]: [s.n.].
- Santos (2006). *Trabalho Infantil Doméstico*. Relatório de Pesquisa do Programa de Voluntários da Iniciação Científica, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Sarti, C. (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados.

Schwartzman, S. (2004). *Tendências do Trabalho Infantil no Brasil entre 1992 e 2002*. Brasília: OIT.

Silva, M. P. & Conserva, M. de S. (2007). Trabalho precoce e precarização: um estudo da atividade fretista em Bayeux. In M. F. P. Alberto (Org.), *Crianças e adolescentes trabalhando? Uma estratégia de sobrevivência que atravessa gerações* (pp.61-74). João Pessoa: Universitária/UEPB.

Sousa, O. M. C. G. (2006). *A relação do trabalho precoce com o processo de escolarização de crianças e adolescentes*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Sousa, O. M. C. G. de & Alberto, M. de F. P. (2008). Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. *Psicol. estud.*, 13 (4), 713 – 722. Recuperado em 29 de junho de 2009, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722008000400009&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1413-7372. doi: 10.1590/S1413-73722008000400009.

Spink, M. P. J. (Org.).(2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3a ed. São Paulo: Cortez.

- Tavares, M. A. (2002). *Onde está Kelly? O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife*. Recife: CENDHEC.
- Thiollent, M. J. M. (1982). O processo de entrevista. In M. J. M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária* (pp. 79-100). São Paulo: Polis.
- Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. (R. B. Neto e C. R. de Almeida, trads.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Valla, V. V. (2005). Globalização, a questão social e a nova pobreza. In V. V. Valla, E. N. Stotz & E. B. Algebaile (Orgs), *Para compreender a pobreza no Brasil* (pp. 33-52). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Van der Veer, R & Valsiner, J. (1996). Teoria histórico-cultural. In R. Van der Veer & J. Valsiner, *Vygotsky – uma síntese* (C. C. Bartalotti, trad.) (pp. 207-265). São Paulo: Loyola.
- Vigotski, L. S. (1994). The problem of the environment. In J. Valsiner, J. & R. Van Der Veer, R. (Eds.), *The Vygotsky reader* (pp.338-354). Oxford, UK; Cambridge USA: Basil Blackwell.
- Vigotski, L. S. (2000, jul). Psicologia concreta do homem (A. A. Puzirei, trad.). *Educação e Sociedade*, 71, 23-44. (Original publicado em 1929).
- Vigotski, L. S. (2006). La crisis de los siete años. *Obras Escogidas. Tomo IV* (pp. 377-386). Madrid: Visor. (Original publicado em 1933-1934).

Vygotski, L. S. (2007, Abr). A brincadeira e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança (Z. Prestes, trad.). *Revista Virtual GIS*, (8), 23-36.

Vygotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. (P. Bezerra, trad.). 2a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1934).

Vygotski, L. S. (1997). Diagnóstico del desarrollo y clínica paidológica de la infancia difícil. In L. S. Vygotski, *Obras Escogidas. Fundamentos de defectología. Tomo V*. (J. G. Blank, trad.). (pp.275-338). Madrid: Visor. (Original publicado em 1983).

Vygotsky, L. S. (2004). A consciência como problema da psicologia do comportamento. In L. S. Vygotsky, *Teoria e método em psicologia* (pp. 55-85). 3a ed. São Paulo: Martins Fontes.

Woodhead, M. (2004). Psychosocial impacts of child work: a framework for research, monitoring and intervention. *Paper series N°. 43762. Understanding Children's Work (UCW) Project – An Inter-agency Research Cooperation Project*. ILO/ UNICEF/ World Bank Group. Recuperado em 15 de maio de 2009, de http://www.ucw-project.org/pdf/publications/standard_psychosocial_impacts_cw.pdf

ANEXOS

Anexo A - Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL -
NÍVEL MESTRADO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

<p>Roteiro por perguntas e tópicos a serem abordados</p> <p>Perfil</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Idade 2. Sexo 3. Etnia 4. Renda 5. Escolaridade 6. Numero de pessoas com quem reside hoje
<p>Primeiro bloco: infância</p> <p><i>Fale-me sobre sua origem</i></p> <p><i>Fale-me sobre as atividades que realizava na infância</i></p>
<p>Segundo bloco: Condições objetivas de vida na infância</p> <p><i>Fale-me sobre a configuração do ambiente em que residia e com quem co-habitava</i></p> <p><i>Fale-me sobre o trabalho dos membros com os quais residia ou co-habitava</i></p> <p><i>Fale-me sobre a suficiência dos recursos para a sobrevivência</i></p> <p><i>Fale-me sobre as estratégias utilizadas quando da insuficiência dos recursos</i></p> <p><i>Fale-me sobre o acesso a equipamentos sociais</i></p>
<p>Terceiro bloco: trabalho precoce</p> <p><i>Fale-me sobre o trabalho precoce</i></p> <p><i>Fale-me sobre a jornada e condições de trabalho</i></p> <p><i>Fale-me sobre o motivo da inserção no trabalho</i></p> <p><i>Fale-me sobre a avaliação afetiva do trabalho</i></p> <p><i>Fale-me sobre a relação trabalho e estudos</i></p> <p><i>Fale-me sobre a relação trabalho e saúde</i></p> <p><i>Fale-me sobre a avaliação do trabalho</i></p>
<p>Quarto bloco: Implicações para a vida atual</p> <p><i>Fale-me sobre as condições de vida hoje</i></p> <p><i>Fale-me sobre a ocupação que desejaria exercer</i></p> <p><i>Fale-me sobre a relação trabalho, estudos e renda</i></p>

Fale-me sobre a suficiência dos recursos para a sobrevivência

Fale-me sobre as estratégias adotadas quando da insuficiência dos recursos

Fale-me sobre os equipamentos sociais que tem acesso hoje

Fale-me sobre a relação da vida atual com a história de vida relatada

Fale-me sobre a avaliação da vida atual

Anexo B – Certidão de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS - CEP

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada dia 26/01/10, após análise do parecer do relator, resolveu considerar **APROVADO** o projeto de pesquisa intitulado **AS IMPLICAÇÕES DA VIVÊNCIA DO TRABALHO PRECOCE EM ADULTOS**. Protocolo CEP/HULW nº. 011/10 das pesquisadoras DENISE PEREIRA DOS SANTOS (mestranda) e Prof^a. Dr^a. MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO.

Ao final da pesquisa solicitamos enviar ao CEP/HULW uma cópia em CD.

João Pessoa, 01 de Fevereiro de 2010.

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - CEP/HULW

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW

Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley-HULW - 4º andar. Campus I - Cidade Universitária. Bairro:
Castelo Branco - João Pessoa - PB. CEP: 58051-900 CNPJ: 24098477/007-05
Fone: (83) 32167302 — Fone/fax: (083)32167522 E-mail - cepulw@hotmail.com

Anexo C – Termo de consentimento livre e esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL -
NÍVEL MESTRADO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Esta pesquisa, intitulada “**As implicações da vivência do trabalho precoce em adultos**”, procura compreender como adultos que foram trabalhadores precoces concebem e sentiam o trabalho que executaram precocemente, e está sendo desenvolvida por uma aluna do Curso de Pós Graduação em Psicologia Social – Nível mestrado, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.(a) Dr.(a) Maria de Fátima Pereira Alberto.

O objetivo geral deste estudo é compreender as implicações da vivência do trabalho precoce em adultos. Como objetivos específicos, tem-se traçar o perfil bio-sócio-demográfico desse adulto; caracterizar as condições objetivas de vida durante a infância e adolescência; caracterizar as vivências no trabalho precoce, durante a infância e adolescência; caracterizar as atuais condições objetivas de vida do adulto que foi trabalhador precoce; caracterizar as atuais vivências do adulto que foi trabalhador precoce; caracterizar a condição de vida atual e sua relação com o fato de ter trabalhado precocemente; e caracterizar a relação entre as vivências hoje e o fato de ter trabalhado precocemente.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o entendimento da problemática do trabalho precoce a partir da visão daqueles que o executaram, visando uma melhor atuação junto a esses sujeitos na promoção de seus direitos, e intervenção de políticas e programas sociais junto aos mesmos.

Solicitamos a sua colaboração para realizar entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Psicologia e ciências humanas e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis para o senhor (a).

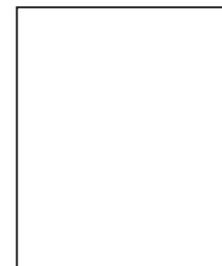
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha



Espaço para impressão dactiloscópica

CONTATO COM O PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL:
Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Denise Pereira dos Santos

Endereço (Setor de Trabalho): Universidade Federal da Paraíba- Campus I – Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes – Ambiente 25. Telefones: (83) 3216-7581/ (83) 8828-0695.

Atenciosamente,

Denise Pereira dos Santos

Maria de Fátima Pereira Alberto

Anexo D – Exemplo de mapa de associação de ideias

ANÁLISE ENTREVISTA HELENA

BLOCO 1 – CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA NA INFÂNCIA

COMO CARACTERIZA	IMPLICAÇÕES	VIVÊNCIA
<p>P15 – E... onde tu morava quando era criança? H16 – Em Alhandra... P17 – Alhandra cidade ou interior? H18 – Interior....</p>		
<p>P19– E o que é que tu fazia quando era criança? H20 – Minha mãe...começou logo pela minha mãe né...porque minha mãe cometeu o erro com meu pai, e deixou os dez nas custas do meu pai, aí ela foi embora pa Recife, aí retornou pá casa, grávida de outro, e me trouxe com ela...</p>		
<p>P43– E quando tu era criança tu morava com quem? H44 – Eu morava com meu pai, com meu pai e minha mãe entendeu? Meus 8 ano eu morava com minha mãe e meu pai. Só que a minha mãe, de tanto o meu pai dá macho a ela, em outro termo né? Ela ficou com outro cara, engravidou de outro cara, e foi simhora com ele, é...</p>		
<p>... Quando ela chegou, retomou de Recife pra casa novamente, que meu pai aceitou ela de volta, aí foi que ela pendeu pra cá pro lado de João Pessoa.</p>	<p>...e deixou a gente com a minha cunhada, que terminou de criar a gente.</p>	

Anexo E- Exemplo de organização dos blocos, categorias empíricas e repertórios interpretativos

Blocos	Categoria Empírica	Repertórios
Condições de vida na infância	<u>Caracterização</u>	<i>naturalidade, dinâmica familiar, manutenção familiar, equipamentos sociais.</i>
	<u>Implicações</u>	<i>criar-se separada dos irmãos, falta de paciência para estudar</i>
	<u>Vivências</u>	<i>começo da sua história de vida, amor de irmãos só quando convive, estrutura social</i>
	<u>Caracterização</u>	<i>configuração do trabalho doméstico, trabalho como necessidade de sobrevivência.</i>
Trabalho Precoce	<u>Implicações</u>	<i>evasão escolar e responsabilidade precoce</i>
	<u>Vivências</u>	<i>apoio divino, marcas do trabalho na memória, falta de retribuição da entrada dos filhos no PETI e manutenção familiar</i>
	<u>Caracterização</u>	-
	<u>Implicações</u>	<i>melhor viver de biscates do que ser humilhada, melhor trabalhar do que roubar, exemplo familiar, vida maravilhosa, dificuldade de conseguir trabalho, e a vida como um papel ruim</i>
Condições de vida adulta	<u>Vivências</u>	<i>melhor viver de biscates do que ser humilhada, melhor trabalhar do que roubar, exemplo familiar, vida maravilhosa, dificuldade de conseguir trabalho, e a vida como um papel ruim</i>
Implicações do trabalho precoce para a vida adulta	<u>Implicações</u>	<i>trabalho como impeditivo dos estudos, trabalho como não trazendo conseqüências para a saúde, privação da infância, responsabilidade precoce, apANHAR da vida, lembranças do passado, impossibilidade de melhores condições de vida, profissão desejada.</i>
	<u>Vivências</u>	<i>para ter trabalho precisa de estudos, incerteza quanto à saúde no futuro, avaliação negativa do trabalho, história de vida como pesado, viver feliz como pode, possibilidade de viver no luxo, trabalho precoce não ter relação com a vida atual, sentir bem com a vida atual.</i>

Anexo F – Exemplo de árvore de associação de ideias

